



REPÚBLICA DE ANGOLA
COMISSÃO INTERMINISTERIAL
PARA A IMPLEMENTAÇÃO
DO PLANO NACIONAL
DE FORMAÇÃO DE QUADROS

O CAPITAL HUMANO EM ANGOLA

REALIDADES PERSPECTIVAS DESAFIOS

Dezembro de 2018

O CAPITAL HUMANO EM ANGOLA

REALIDADES PERSPECTIVAS DESAFIOS

Dezembro de 2018

FICHA TÉCNICA

Título

O Capital Humano em Angola:
Realidades, Perspectivas e Desafios.

Edição

Unidade Técnica de Gestão do Plano Nacional
de Formação de Quadros

Tiragem

3000 Exemplares

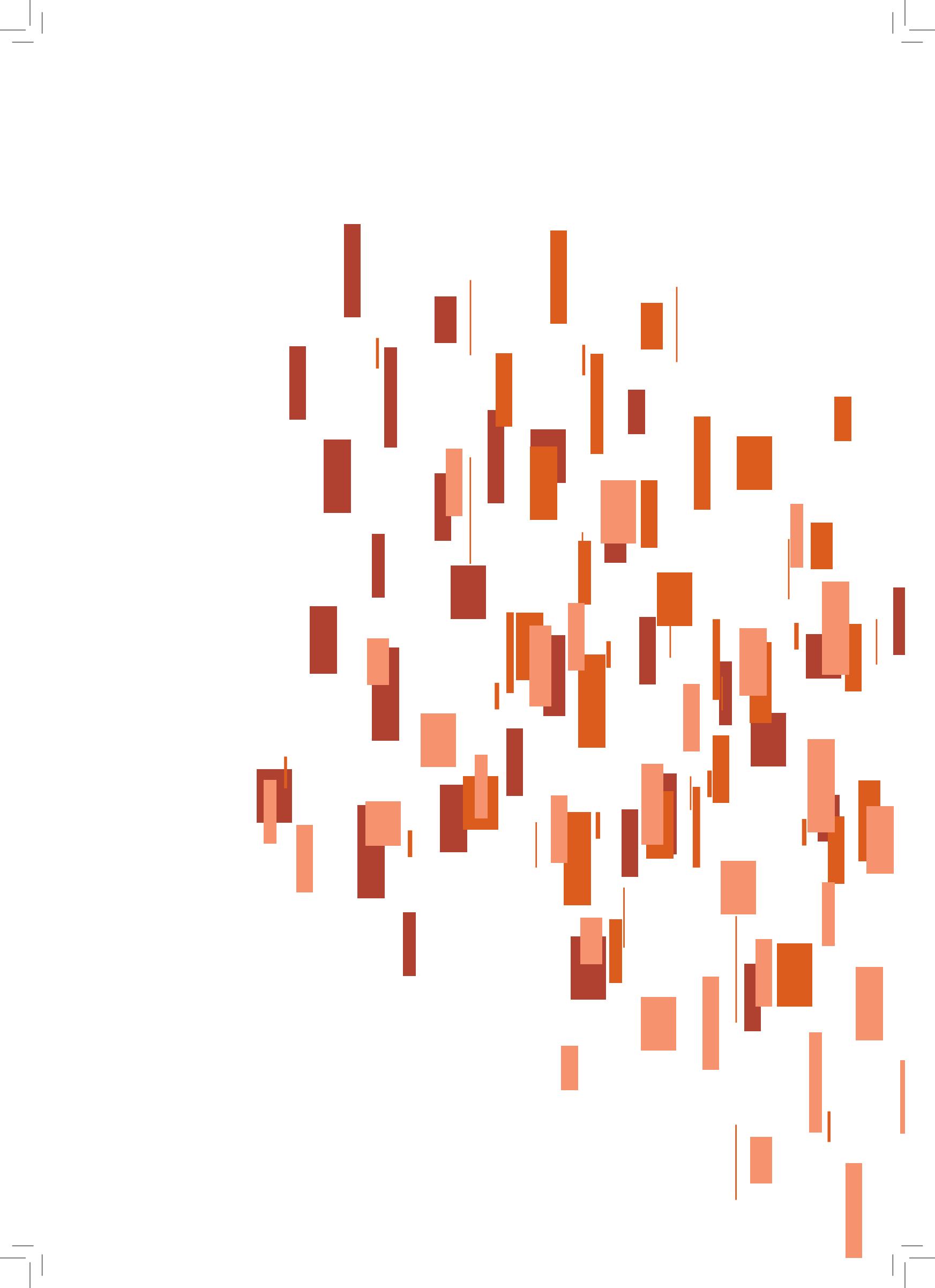
www.pnfq.gov.ao | +244 222 704 921

ÍNDICE

09	Sumário Executivo
13	Introdução
16	1. FORMAÇÃO DE QUADROS SUPERIORES
18	1.1 Âmbito e Objectivos
18	1.2 Ajustamentos da Oferta Formativa
18	1.2.1 Análise Global
24	1.2.2 Domínios Estratégicos de Formação Deficitários e Sem Oferta (Projecto 1.1)
24	1.2.3 Domínios Estratégicos de Formação Potencialmente Deficitários (Projecto 1.2)
27	1.2.4 Domínios Estratégicos de Formação Potencialmente Excedentários (Projecto 1.3)
29	1.2.5 Domínios Estratégicos de Formação Tendencialmente em Equilíbrio (Projecto 1.4)
30	1.3 Medidas de Regulação e Garantia da Qualidade da Oferta de Formação de Quadros Superiores
31	1.4 Conclusões e Recomendações
31	1.4.1 Conclusões
32	1.4.2 Recomendações
35	2. FORMAÇÃO DE QUADROS MÉDIOS
36	2.1 Âmbito e Objectivos
36	2.2 Ajustamentos da Oferta Formativa
36	2.2.1 Análise Global
40	2.2.2 Domínios Estratégicos de Formação Deficitários e Sem Oferta (Projecto 2.1)
44	2.2.3 Domínios Estratégicos de Formação Potencialmente Deficitários com Oferta (Projecto 2.2)
46	2.2.4 Domínios Estratégicos de Formação Potencialmente Excedentários (Projecto 2.3)
48	2.2.5 Domínios Estratégicos de Formação Tendencialmente em Equilíbrio (Projecto 2.4)
49	2.3 Medidas de Regulação e Garantia da Qualidade da Oferta de Formação de Quadros Superiores
51	2.4 Síntese: Conclusões e Recomendações
51	2.4.1 Conclusões
52	2.4.2 Recomendações
55	3. FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, ENSINO PRIMÁRIO, I E II CICLOS DO ENSINO SECUNDÁRIO E DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR
56	3.1 Âmbito e Objectivos
57	3.2 Formação Inicial de Quadros Médios e Superiores Docentes
57	3.2.1 Evolução da oferta formativa do Ensino Secundário Pedagógico
74	3.2.2 Evolução da Oferta Formativa do Ensino Superior Pedagógico

80	3.3 Medidas de Regulação da Qualidade da Oferta de Formação Inicial de Quadros Médios e Superiores Docentes
81	3.4 Síntese: Conclusões e Recomendações
81	3.4.1 Conclusões
82	3.4.2 Recomendações
83	3.5 Formação Avançada de Docentes para o Ensino Superior
86	3.5.1 Oferta Interna de Formação Avançada
90	3.5.2 Oferta Externa de Formação Avançada
94	3.6 Medidas de Regulação da Qualidade da Oferta de Formação Avançada
94	3.7 Síntese: Conclusões e Recomendações
94	3.7.1 Conclusões
94	3.7.2 Recomendações
99	4. FORMAÇÃO DE INVESTIGADORES DO SISTEMA NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (SNCTI)
100	4.1 Âmbito e Objectivos
100	4.2 Formação de Doutores/Investigadores
103	4.3 Síntese: Conclusões e Recomendações
103	4.3.1 Conclusões
103	4.3.2 Recomendações
105	5. FORMAÇÃO DE QUADROS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
106	5.1 Âmbito e Objectivos
106	5.2 Sistema Integrado de Formação da Administração Pública
107	5.3 Ajustamentos da Oferta Formativa
107	5.3.1 Carreiras de Regime Geral: Administração Pública Central
110	5.3.2 Carreiras de Regime Geral: Administração Pública Local
112	5.3.3 Carreiras do Regime Especial
113	5.4 Medidas de Regulação e Garantia da Qualidade da Oferta Formativa
113	5.5 Síntese: Conclusões e Recomendações
113	5.5.1 Conclusões
114	5.5.2 Recomendações
115	6. FORMAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL
116	6.1 Âmbito e Objectivos

117	6.2 Formação Inicial para o Empreendedorismo (Projecto 6.1)
118	6.3 Capacitação Empresarial (Projecto 6.2)
119	6.4 Formação em Gestão de Empresas
121	6.5 Medidas de Regulação e Garantia da Qualidade da Oferta Formativa
121	6.6 Síntese: Conclusões e Recomendações
121	6.6.1 Conclusões
121	6.6.2 Recomendações
123	7. QUADROS FORMADOS NO SISTEMA NACIONAL DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL
124	7.1 Âmbito e Objectivos
125	7.2 Ajustamentos da Oferta Formativa
129	7.3 Medidas de Regulação e Garantia da Qualidade da Oferta Formativa
132	7.4 Síntese: Conclusões e Recomendações
132	7.4.1 Conclusões
133	7.4.2 Recomendações
135	8. PRINCIPAIS CONCLUSÕES
136	8.1 Gerais
136	8.2 Por Programa de Acção
136	8.2.1 Formação de Quadros Superiores
137	8.2.2 Formação de Quadros Médios
138	8.2.3 Formação de Docentes
139	8.2.4 Formação Avançada de Professores e Investigadores
139	8.2.5 Formação de Quadros para a Administração Pública
139	8.2.6 Formação para o Empreendedorismo e o Desenvolvimento Empresarial
140	8.2.7 Formação Profissional
141	9. RECOMENDAÇÕES
142	9.1 De Natureza Transversal
142	9.1.1 Quadros Superiores
142	9.1.2 Quadros Médios
142	9.1.3 Quadros Médios e Superiores Docentes (Ensino Não Superior)
142	9.1.4 Professores Para o Ensino Superior
143	9.1.5 Investigadores
143	9.1.6 Quadros da Administração Pública
143	9.1.7 Empreendedorismo e Desenvolvimento Empresarial
143	9.1.8 Formação Profissional



SUMÁRIO EXECUTIVO

O Capital Humano constitui hoje o principal activo das economias modernas, cuja vitalidade e competitividade está fortemente associada à qualidade dos recursos humanos que dispõem.

Neste contexto, criar, qualificar e investir na expansão do **Stock Nacional de Quadros e Técnicos** é um contributo decisivo para expandir e qualificar o Capital Humano Nacional.

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento de Longo Prazo (“Angola 2025”) assenta no aumento da competitividade do mercado interno, considerando para isso prioritário o investimento na qualificação do capital humano.

Em 2013, deu-se o início do processo de implementação do Plano Nacional de Formação de Quadros (PNFQ), como principal instrumento de concretização da Estratégia Nacional de Formação de Quadros (ENFQ), cujos resultados demonstram um grau de sucesso assinalável e já beneficiam as famílias e as empresas angolanas.

O presente Relatório apresenta e analisa as actividades do Plano Nacional de Formação de Quadros, desenvolvidas pelos Departamentos Ministeriais com responsabilidades na sua implementação. Pretende-se, nele, dar conta das **realidades** que enformam os diferentes subsistemas de ensino e formação, traçar **perspectivas** e identificar os **desafios** mais prementes da política nacional de formação de quadros. A análise tem por referência o período de **2013 a 2017** e está estruturada em **sete grandes blocos**:

→ **Formação de Quadros Superiores:** No período em balanço foram implementados 4 (quatro) projectos que permitiram: o aumento de 58 para 65 Instituições de Ensino Superior ao nível de todo o País, das quais 24 são públicas; aumento do número de cursos de graduação de 644 para 734; aumento do número de matriculados de 217.442 para 254.816 e total de graduados de 13.502 para 17.381.

→ **Formação de Quadros Médios:** Ao nível da formação de quadros médios houve um incremento de 62% no número de instituições que compõe a rede escolar, passando a contar, em 2017, com um total de 246 escolas, das quais 104 são públicas e comparticipadas; aumento do número de cursos de 429 para 956, dos quais 95% oferecidos em escolas públicas; aumento do número de matriculados de 95.350 para 205.186, destes 66% ministrados em estabelecimentos de ensino públicos e consequentemente elevação do número de diplomados de 21.138 para 100.291.

→ **Formação de Professores para a Educação Pré-Escolar, Ensino Primário, I e II Ciclos do Ensino Secundário e Docentes do Ensino Superior.** Com o objectivo de assegurar uma maior disponibilidade da oferta formativa ao nível do ensino secundário pedagógico entraram em funcionamento, entre 2010 e 2016, um total de 26 novas escolas do ensino secundário pedagógico, das quais 16 são públicas; criados 110 cursos, sendo 72% em escolas públicas; elevação do número de matriculados de 60.635 para 94.428 e número de diplomados de 11.538 para 15.488. O número de matriculados ao nível dos **cursos de mestrado** passou de 753 para 2.297; o número de diplomados neste mesmo patamar de ensino passou de 27 para 655; ao nível dos **cursos de doutoramento** o total de matriculados passou de 3 para 124. Globalmente, a oferta de cursos de formação avançada passou de 12 cursos de especialização, 18 mestrados e 1 curso de doutoramento, para 4 cursos de especialização, 48 cursos de mestrados e 4 cursos de doutoramento, maioritariamente ministrados em instituições públicas.

→ **Formação de Investigadores do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.** Neste domínio houve um incremento de 67 investigadores, passando o stock de investigadores existentes nos Centros de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (ICDT) do País de 259 Investigadores para 327, dos quais 59 possuem o grau de doutor.

→ **Formação de Quadros para a Administração Pública.** A este nível foi possível, durante o período em referência, formar (formação geral e especialização) um total de 1.263 Directores e/ou equiparados e chefes de Departamento e um total de 21 quadros superiores, com a finalidade de agregar e actualizar conhecimentos em elaboração de leis. Assinala-se também o aumento de: número de cursos de 74, para 420; elevação do número de Dirigentes de Topo e Intermédios formados de 625 para 3626; Quadros Superiores de 230 para 926 e quadros médios de 588 para 3.788, entre 2013 e 2017.

→ **Formação para o Empreendedorismo e Desenvolvimento Empresarial:**

Foram desenvolvidas, durante o período em referência, um total 286 ações de formação, capacitados 74.653 indivíduos, tendo sido superada em 72% a meta estabelecida. O total de Diplomados nos Domínios de Gestão de Empresas, Gestão Comercial e Marketing e Contabilidade passou de 21.138 para 29.650.

→ **Formação de Quadros no Sistema Nacional de Formação Profissional:**

Em 2012 a rede de instituições de formação tuteladas pelo INEFOP foi alargada a todo o país, passando de 135 instituições de formação para 140 em 2016. O número total de matriculados em cursos de formação profissional, oferecidos em 2016, por instituições públicas e privadas ultrapassou os 67.000, dos quais 42.679 nas instituições tuteladas pelo INEFOP e 16.370 nos centros privados.

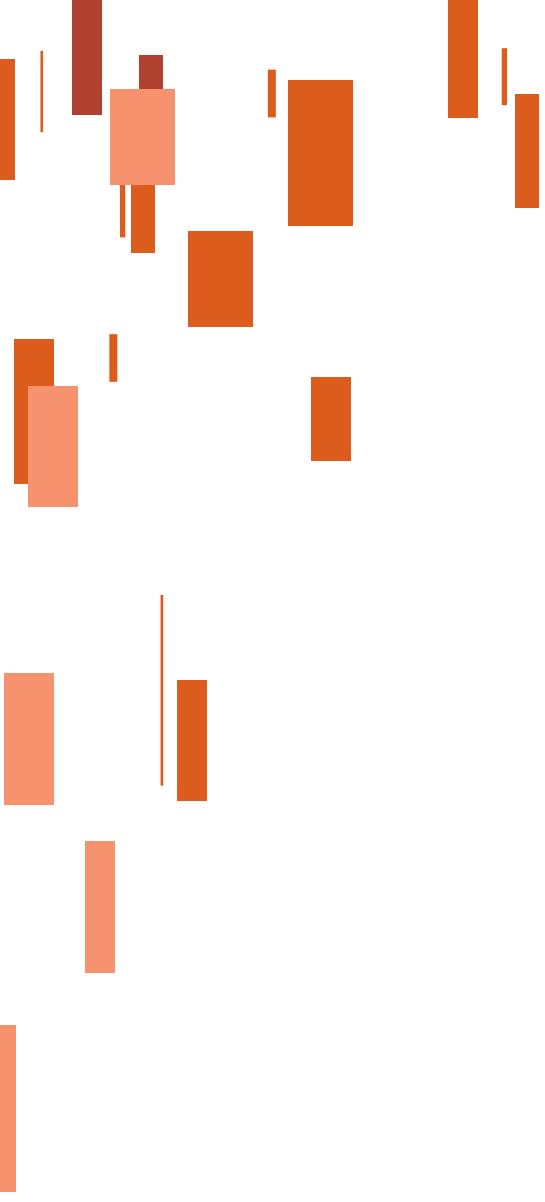
Neste Relatório são avançadas um total de **25 (vinte e cinco) Recomendações**, organizadas em 9 (nove) categorias analíticas, das quais se destacam a necessidade de: introduzir ajustamentos e inovações no conceito, na estrutura programática e no modelo de governação do PNFQ, como principal instrumento para a formação e expansão do Capital Humano Nacional; se estender o Estudo de Formação e Empregabilidade a novos domínios de formação, graduada, média técnica, média normal e formação profissional, e às demais províncias; avaliar o impacto da implementação do PNFQ no Stock Nacional de Quadros, médios e superiores, e criar a Bolsa Nacional de Quadros, prevista no PNFQ 2013-2020.

Em virtude de, ao longo do período de referência do presente relatório (2013 – 2017) terem ocorrido alterações na estrutura, composição, designação de alguns Departamentos Ministeriais com responsabilidades na implementação do Plano Nacional de Formação de Quadros, bem como na legislação sectorial aplicável a estas matérias, optou-se, em certos casos, por manter as designações anteriores.

Por outro lado, devido à existência de particularidades nos mecanismos de recolha e de prestação de informação à Unidade Técnica de Gestão do Plano Nacional de Formação de Quadros (UTG-PNFQ), verificar-se-á a existência de casos pontuais em que alguns indicadores apenas cobrem parte do período em referência e de alguma assimetria na quantidade e qualidade da informação recebida. •

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO



Em 2012, foi elaborada a **Estratégia Nacional de Formação de Quadros** que, com base na evolução da procura, enquadrada em **14 Mega-Clusters, explicitou um universo de 184 Profissões Estratégicas**, sendo 98 de nível superior e 86 de nível médio.

Tendo em vista enquadrar a resposta às necessidades destas Profissões Estratégicas, foram definidos **9 Grandes Domínios Estratégicos de Formação**, a saber: Ciências Exactas; Ciências Naturais e do Ambiente; Ciências Médicas e da Saúde; Ciências das Engenharias e Tecnologias; Ciências Agrárias e da Pesca; Ciências Sociais, Políticas e da Comunicação; Ciências da Gestão e Administração; Ciências da Educação; Artes e Humanidades.

Para definir a forma como o sistema angolano de educação-formação deverá responder a estas necessidades foi elaborado, em **2012, o Plano Nacional de Formação de Quadros (PNFQ) 2013-2020**, tendo sido identificados a existência e a previsão de fortes **deficits** de Quadros e Técnicos em vários domínios estratégicos de formação e, também, **potenciais excedentes**. O PNFQ visa, assim, promover o ajustamento, quantitativo e qualitativo, entre a oferta formativa e aquelas necessidades.

O PNFQ está estruturado nos seguintes **Programas de Acção**, que atravessam as componentes fundamentais de formação e capacitação de Quadros, Técnicos Médios e Profissionais Qualificados: Formação de Quadros Superiores; Formação de Quadros Médios; Formação de Professores e Investigadores para o Ensino Superior e Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; Formação de Quadros Docentes e de Especialistas e Investigadores em Educação; Formação de Quadros para a Administração Pública; Formação de Quadros para o Empreendedorismo e Desenvolvimento Empresarial; Formação Profissional.

Todavia, desde o momento em que foi elaborado, ocorreram diversas **alterações** que têm condicionado a implementação do PNFQ. Logo, em **2014**, Angola sofre em profundidade os efeitos da queda brusca e violenta do preço do petróleo, o que limitou drasticamente a disponibilidade de recursos para financiar os diferentes Programas de Acção, nomeadamente, o lançamento de novos projectos.

Também, em 2014, foi **realizado o Recenseamento Geral da População** que revelou uma população residente e uma população economicamente activa bem superiores (cerca de 17%) às projecções então existentes.

Estas ocorrências **alteraram significativamente os pressupostos** em que assentou o PNFQ limitando a concretização dos resultados esperados, conforme se pode constatar no presente Relatório, restringindo a desejável expansão do Capital Humano Nacional.

A **26 de Abril de 2018**, foi aprovado **o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022**, que estabelece novas Orientações Estratégicas e Prioridades para o desenvolvimento do País.

O Plano de Desenvolvimento Nacional assenta em **seis Eixos Estratégicos**, em que o primeiro é **“Desenvolvimento Humano e Bem-Estar”**, para o qual contribuem os restantes.

Este Eixo integra **oito Políticas**, em que sobressai a **Política de “Desenvolvimento dos Recursos Humanos”**, que tem sido uma das principais prioridades permanentes do Executivo, como dimensão fundamental para o desenvolvimento do País.

Esta Política abrange **três Programas**: Plano Nacional de Formação de Quadros; Reforço do Sistema Nacional de Formação Profissional; Estabelecimento do Sistema Nacional de Qualificações.

Todavia, o **PDN, para além destes Programas, contempla outros igualmente muito importantes para a necessária expansão do capital nacional e que se encontram abrangidos pelo PNFQ, como sejam**: Formação e Gestão de Pessoal Docente; Melhoria e Desenvolvimento do Ensino Técnico-profissional; Melhoria da Qualidade do Ensino Superior e Desenvolvimento da Investigação Científica e Tecnológica; Promoção da Empregabilidade; Capacitação Institucional e Valorização dos Recursos Humanos da Administração Pública; e Descentralização e Implementação das Autarquias Locais.

A nível internacional, a presente década tem sido igualmente fértil em mudanças e inovações.

Em **2012**, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) publicou um documento “**Better Skills, Better Jobs, Better Lives - A Strategic Approach to Skills Policies**” que sublinha que, sem competências e aptidões, não se consegue responder às necessidades do mercado de trabalho e fazer a transposição da evolução do conhecimento e da tecnologia para a economia e para a sociedade.

Igualmente em **2012**, realizou-se, em Shangai, o 3º Congresso Internacional sobre Educação e Formação Técnica e Profissional, subordinado ao tema “**Forjar Competências para o Trabalho e para a Vida**”. Entre as suas importantes Recomendações, que passaram a designar-se por “**Consenso de Shangai**”, destacam-se as seguintes:

- Actualizar e desenvolver os mecanismos e os instrumentos que permitam identificar as competências necessárias, para hoje e amanhã, por forma a garantir a pertinência dos Programas de Ensino e Formação Técnica e Profissional – EFTP (“TVET - Technical and Vocational Education and Training) em relação aos mercados de trabalho das economias e sociedades que evoluem rapidamente.
- Conceder uma atenção particular às profissões em que existem défice de pessoas formadas e às profissões necessárias para o desenvolvimento local.
- Envolver a sociedade civil, as instituições e as empresas nos processos de planeamento, gestão e avaliação dos Programas de EFTP.
- Desenvolver e melhorar as soluções de parceria para o desenvolvimento da EFTP, incluindo novas modalidades de financiamento.

Na sequência da Conferência de Shangai, o **Fórum Mundial sobre a Educação (2015)** aprovou uma declaração de intenções que define um quadro de acção para uma educação inclusiva e equitativa de qualidade e para a aprendizagem ao longo da vida para todos, destacando a importância da “**aprendizagem com base em competências**”.

Desde meados dos **anos 90**, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (**PNUD**) vem calculando o “**Índice de Desenvolvimento Humano**” (**IDH**), que suporta o respectivo “Relatório sobre Desenvolvimento Humano”, que em 2017 abrangeu 189 Países, com **Angola com um IDH de 0,581 a ocupar a posição 147 e a integrar o grupo de IDH médio**.

O “Fórum Económico Mundial” publica regularmente o Relatório sobre “Capital Humano Global”, em que o último (2017) tem como subtítulo “Preparando as Pessoas para o Futuro do Trabalho”. Este Relatório tem por base o “Índice de Capital Humano Global”, calculado para 130 países. **Não há cálculo do Índice para Angola.**

Finalmente, refira-se o lançamento, em 2017, pelo **Banco Mundial**, do seu “Projecto sobre o Capital Humano”, que retoma a ideia com origem nos anos 50 e 60 do século passado (T. Schultz e G. Becker), que deram origem à **Teoria do Capital Humano**.

Em consequência, o Banco Mundial lançou, já em 2018, um **novo “Índice de Capital Humano”**, com base num estudo piloto envolvendo 30 países.

Presentemente, considera-se “**Capital Humano**”: o conjunto dos conhecimentos, competências e condições de saúde que as pessoas “acumulam” ao longo da vida e que possibilitam a realização plena do seu potencial tornando-as membros produtivos da sociedade. É um conceito de **stock** que resulta do investimento nos indivíduos, essencial para permitir a inclusão económica e social e combater a pobreza.

Estima-se que somente um pouco de mais de 60% do capital humano existente a nível mundial seja efectivamente mobilizado.

Pode-se, assim, constatar que a presente década tem vindo a ser marcada por **significativas alterações nos pressupostos e nos contextos, nacional e internacional**, que presidiram à elaboração do PNFQ.

Esta evolução deverá implicar ajustamentos e inovações no conceito e na estrutura do PNFQ, sabendo que é o principal instrumento de expansão do capital humano nacional, através da formação e valorização de recursos humanos qualificados e altamente qualificados, constituindo uma experiência singular em toda a África.

O presente Relatório sintetiza as **actividades desenvolvidas e os resultados alcançados na implementação do PNFQ**, desde 2013, que poderiam ter sido mais significativos, se não tivesse havido a referida forte restrição de recursos. O Relatório evidencia também a **diferenciación e assimetria das informações disponíveis para cada um dos Programas do PNFQ**. •

I 01

FORMAÇÃO DE QUADROS SUPERIORES

1.1 ÂMBITO E OBJECTIVOS

O presente capítulo incide sobre os ajustamentos realizados na oferta formativa interna e o progresso alcançado face às metas definidas pelo PNFQ para a formação graduada.

Relativamente aos diplomados no estrangeiro, foram incluídos na análise apenas os Bolseiros do Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudo (INAGBE) – Ministério do Ensino Superior (MES).

O PNFQ estabelece, no âmbito da formação de Quadros Superiores, metas de diplomados, para a oferta interna e externa, a alcançar até 2020, em 43 domínios estratégicos de formação, totalizando 123.375 dos quais:

- **7.400** quadros superiores diplomados em **5 domínios estratégicos** com oferta inexistente em 2010;
- **85.225** quadros superiores diplomados em **28 domínios estratégicos** com oferta deficitária;
- **22.500** quadros superiores diplomados em **7 domínios estratégicos** potencialmente excedentários;
- **8.250** quadros superiores diplomados em **3 domínios estratégicos** com oferta tendencialmente em equilíbrio.

Sobre a oferta formativa do ensino superior graduado foi realizada uma análise global da evolução da rede de Instituições de Ensino Superior (IES), públicas e privadas, dos cursos oferecidos e respectivos matriculados e diplomados e a sua distribuição pelas diferentes Regiões Académicas (RA) (Tabela 1.1).

Tabela 1.1 – Regiões Académicas

Região Académica	Províncias
I	Luanda / Bengo
II	Benguela / Cuanza Sul
III	Cabinda / Zaire
IV	Lunda Norte / Lunda Sul / Malanje
V	Bié / Huambo / Moxico
VI	Huila / Namibe
VII	Cuanza Norte / Uíge
VIII	Cunene / Cuando Cubango

FONTE: MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR, 2017

No Programa de Acção 1, Formação de Quadros Superiores, estão contemplados **4 Projectos**:

- **Projecto 1.1** Domínios Estratégicos de Formação Deficitários e Sem Oferta em 2010;
- **Projecto 1.2** Domínios Estratégicos de Formação Potencialmente Deficitários com Oferta;
- **Projecto 1.3** Domínios Estratégicos de Formação Potencialmente Excedentários;
- **Projecto 1.4** Domínios Estratégicos de Formação Tendencialmente em Equilíbrio.

Para cada domínio de formação, conforme a oferta seja inexistente, deficitária, excedentária ou equilibrada, são identificados os ajustamentos específicos realizados entre 2013 e 2017, face à linha de base (2010) e metas definidas no PNFQ (2020).

Importa referir que só a partir de 2018 serão apurados os efeitos dos ajustamentos da oferta de formação graduada realizados de 2013 a 2017, na variação do número de diplomados e o seu impacto no mercado de trabalho.

1.2 AJUSTAMENTOS DA OFERTA FORMATIVA

1.2.1 Análise Global

Rede de Instituições de Ensino

O Subsistema do Ensino Superior é constituído, até 2017, por 83 Instituições criadas, das quais estão em funcionamento 65 IES, sendo 24 públicas e 41 privadas (Tabela 1.2). Dentro deste leque existem 18 Universidades, sendo 8 públicas e 10 privadas; 43 Institutos Superiores, dos quais 12 públicos e 31 privados e 4 Escolas Superiores, todas públicas.

Ao longo do período de 2013-2017, a rede de Instituições de Ensino Superior a oferecer cursos de formação graduada, excluindo o domínio de Formação de Professores, observou variações significativas.

No quadro das Regiões Académicas regista-se uma alteração com a abertura da Região Académica VIII em 2015, resultado da separação das províncias do Cuando Cubango e Cunene da Região Académica VI.

Tabela 1.2 – Rede de Instituições de Ensino Superior com Formação Graduada, por Regiões Académicas e Natureza da Instituição, 2013-2017

Regiões Académicas	2013			2014			2015			2016			2017		
	Públicas	Privadas	Total												
I	6	24	30	8	25	33	8	25	33	8	25	33	8	26	34
II	2	6	8												
III	1	2	3												
IV	2	1	3	4	1	5									
V	3	3	6												
VI	2	3	5												
VII	3	--	3												
VIII	--	--	--	--	--	--	1	--	1	1	--	1	1	--	1
TOTAL GERAL	19	39	58	23	40	63	24	40	64	24	40	64	24	41	65

FONTE: MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR 2017.

Em 2017 verificou-se um acréscimo à rede de IES, com 10 novas instituições criadas em Luanda, Malanje, Zaire, Huambo, Moxico, Bié e Uíge. Estas instituições vêm reforçar a rede de IES das regiões académicas I, III, IV, V e VII.

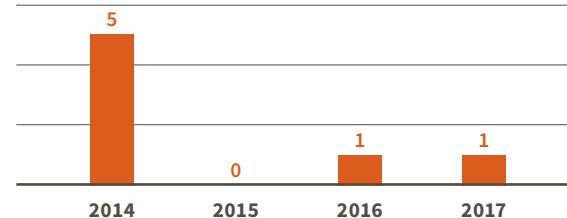
Entre 2013 e 2017, as IES criadas concentraram-se, na sua maioria, no ano de 2014. Nesse ano foram criadas 5 novas IES, nenhuma em 2015 e apenas uma nova instituição em 2016 e 2017.

Constata-se que, no período em análise, apenas 3 regiões contribuíram com a criação de novas IES, sendo que na Região I essa contribuição foi de 57%, contra 29% na Região IV e 14% na Região VIII. Nas restantes regiões, a contribuição foi nula.

Evolução do Número de Cursos

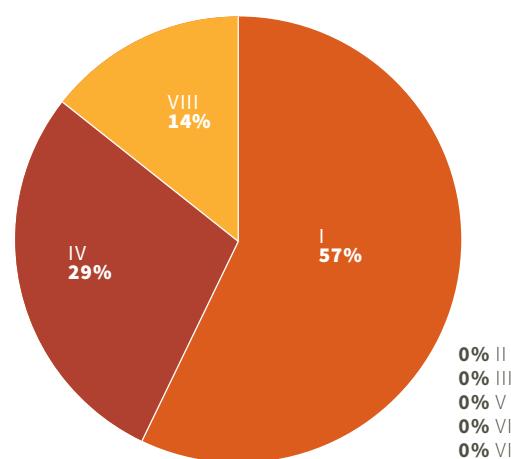
De 2013 a 2017, verificam-se alguns ajustes no número de cursos de graduação. Em 2013, existiam 644 cursos de graduação nas Instituições de Ensino Superior sendo que em 2017, observa-se um total de 734 cursos. Em relação à distribuição dos cursos, por região académica, em 2017 a Região Académica I é a responsável pela maioria dos cursos (392), conforme Tabela 1.3.

Gráfico 1.1 – Criação de Novas IES 2014-2017



FONTE: MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR 2017.

Gráfico 1.2 – Contribuição das Regiões Académicas na Criação de Novas IES no Período 2014-2017 (%)



FONTE: MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR, 2017

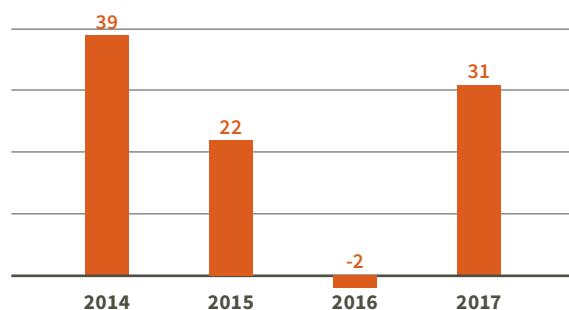
Tabela 1.3 – Número de Cursos para Formação Graduada, 2013-2017

Regiões Académicas	2013			2014			2015			2016			2017		
	Públicas	Privadas	Total												
I	59	278	337	70	291	361	72	311	383	72	301	373	72	320	392
II	22	56	78	21	60	81	21	60	81	21	64	85	21	68	89
III	20	11	31	19	11	30	21	13	34	22	12	34	21	12	33
IV	28	4	32	29	5	34	30	4	34	31	4	35	33	6	39
V	40	25	65	42	31	73	43	29	72	44	28	72	44	28	72
VI	44	28	72	45	26	71	37	19	56	37	27	64	40	27	67
VII	29	--	29	33	--	33	33	--	33	32	--	32	34	--	34
VIII	--	--	--	--	--	--	12	--	12	8	--	8	8	--	8
TOTAL GERAL	242	402	644	259	424	683	269	436	705	267	436	703	273	461	734

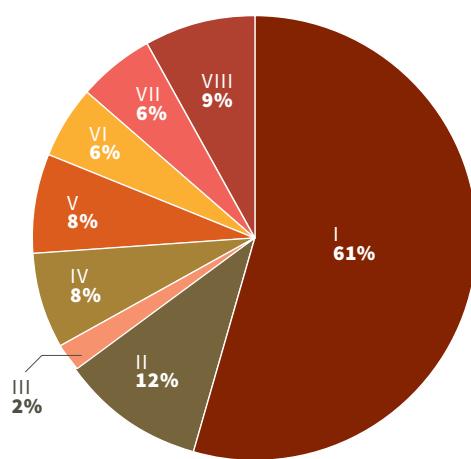
FONTE: MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR 2017.

É de notar que a rede de instituições privadas concentra a sua distribuição de cursos fundamentalmente nas regiões académicas I e II. Na região académica VIII apenas são oferecidos cursos nas instituições da rede pública.

Em termos de criação de novos cursos, 2014 foi o ano de referência, com 39 novos cursos, tendo em 2015 sido criados mais 22 novos cursos, o que se traduziu numa desaceleração não negligenciável relativamente ao ano anterior. Em 2016, esse abrandamento foi mais visível, chegando mesmo a haver encerramento de cursos, cuja recuperação se verifica no ano de 2017 para valores próximos de 2014 (Gráfico 1.3).

Gráfico 1.3 – Criação de Novos Cursos 2014-2017

Para os novos cursos, a região I contribuiu de forma efusiva, tendo no final do período representado mais de 61% dos novos cursos existentes. Todas as restantes regiões apresentam uma certa homogeneidade, com exceção da região III.

Gráfico 1.4 – Contribuição das Regiões Académicas na Criação de Novos Cursos no Período 2014-2017 (%)

FONTE: MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR, 2017

Evolução do número de Matriculados e Diplomados

De forma geral, o número de matriculados pelo ensino superior registou um crescimento acentuado, passando de 217.442 em 2013, para 254.816 em 2017 (Tabela 1.4). Verifica-se que a Região Académica I é a que contribui com o maior número de matriculados anualmente. Quanto aos diplomados, nos domínios estratégicos de formação identificados no PNFQ, mantém-se a mesma tendência de crescimento, a participação feminina também não sofre grandes altera-

ções, mantendo-se ao nível dos 50%. No entanto, com exceção do ano 2013, as IES privadas têm registado maior performance ao longo do período (Tabela 1.5).

Os matriculados da formação graduada aumentaram em média anual à taxa de 4% a nível nacional, mas com performances muito díspares entre as regiões académicas, com destaque para a região III onde aumentou à taxa média anual de 14,2%, a mais elevada no período e quase 11 vezes superior à da região I, a mais baixa.

Tabela 1.4 – Total de Matriculados em Formação Graduada, 2013-2017

Regiões Académicas	2013	2014	2015	2016	2017
I	128913	127974	123504	130100	136008
II	21538	19975	25154	21793	23262
III	8143	8484	9633	13363	13850
IV	9387	11468	8614	11608	13271
V	17234	17902	17975	22627	24718
VI	18734	19572	17808	20140	21085
VII	13493	12627	17226	18757	18906
VIII	--	--	1123	2896	3716
TOTAL GERAL	217442	218002	221037	241284	254816

FONTE: MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR 2017.

Tabela 1.5 – Taxa de Crescimento Anual e Taxa Média de Crescimento Anual dos Matriculados em Formação Graduada, em %, 2013-2017

Regiões Académicas	2013-2014	2014-2015	2015-2016	2016-2017	TMAC 2013-2017
I	-0,7	-3,5	5,3	4,5	1,3
II	-7,3	25,9	-13,4	6,7	1,9
III	4,2	13,5	38,7	3,6	14,2
IV	22,2	-24,9	34,8	14,3	9,0
V	3,9	0,4	25,9	9,2	9,4
VI	4,5	-9,0	13,1	4,7	3,0
VII	-6,4	36,4	8,9	0,8	8,8
VIII	-	-	157,9	28,3	-
TOTAL	0,3	1,4	9,2	5,6	4,0

FONTE: MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR 2017.

FONTE: MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR 2017.

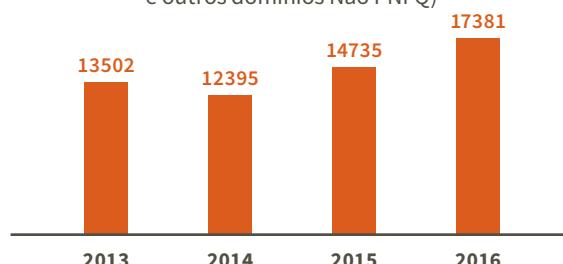
Eventualmente, as taxas anuais de crescimento suscitam algumas dúvidas devido à volatilidade ao longo dos anos. Crescimentos muito diferenciados ao longo dos anos levantam dúvidas de dois tipos: ou da qualidade dos dados ou da sustentabilidade do processo. Por esta razão merece ser estudado melhor esse processo.

Ademais, as assimetrias entre as regiões académicas são relevantes e indicam diferentes pontos de partida que, por sua vez, encorajam avaliações mais assertivas.

Ao nível do MES, o número de diplomados, incluindo formação de professores e outros domínios no PNFQ, passaram de 13.502 em 2013 para 17.381 em 2016, com um ligeiro abaixamento em 2014, retomando continuamente o crescimento até 2016. A expectativa é para que esse crescimento possa continuar a ocorrer nos próximos anos.

Gráfico 1.5 – Evolução do Número de Diplomados em Formação Graduada 2013-2016

(MES-Todos incluindo Formação de Professores e outros domínios Não PNFQ)



FONTE: MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR 2017.

Na verdade, após uma queda em 2014, as taxas de crescimento retomaram crescimentos a dois dígitos, indicando algum vigor na evolução de diplomados. No período 2013/2016, a taxa média de crescimento, para o total das regiões académicas foi de 8,8% ao ano, o que é um valor não negligenciável. No entanto, a performance das diferentes regiões académicas mantém assimetrias sensíveis. Se por um lado a região IV cresceu à taxa média de 82% ao ano, na região I esta taxa foi negativa (-3,3%). De uma forma global, a volatilidade das taxas anuais de crescimento indicam a necessidade de consolidação do processo, claramente um processo em curso.

Tabela 1.6 – Taxas de Crescimento de Diplomados em Formação Graduada 2013-2016

(MES-Todos incluindo Formação de Professores e outros domínios Não PNFQ)

Regiões Académicas	2013 2014	2014 2015	2015 2016	TMCA 2013-2016
I	-25,7%	-7,0%	30,7%	-3,3%
II	43,8%	13,0%	11,3%	21,8%
III	1,3%	7,6%	86,9%	26,8%
IV	141,2%	172,4%	-7,9%	82,2%
V	73,0%	72,6%	5,3%	46,5%
VI	11,6%	22,9%	-12,6%	6,2%
VII	-15,2%	72,4%	-8,2%	10,3%
VIII	-	-	94,6%	-
TOTAL GERAL	-8,2%	18,9%	18,0%	8,8%

FONTE: MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR 2017.

Regista-se uma tendência de maior crescimento do número total de diplomados na rede privada, incluindo formação de professores e outros domínios Não PNFQ. Na rede pública observa-se um decréscimo substancial de diplomados entre 2013 e 2014, recuperando nos anos seguintes para valores próximos de 2013 (Tabela 1.7).

Como se poderá constatar pelo gráfico seguinte, o número de diplomados na rede privada aumentou de 28% em 2013 para 52% em 2016, variação essa que muda por completo a estrutura da graduação no país, assumindo a rede privada um papel fundamental nesse processo.

O número de diplomados nos domínios de formação do PNFQ apresenta variações pouco consistentes. No período 2013-2016, os diplomados passaram de cerca de 10 mil para quase 12 mil.

Nesse período, os diplomados aumentaram à taxa média de 5,4% ao ano, com variações anuais muito acentuadas. Tendo em conta a criação acentuada de cursos em determinadas regiões, a oferta disparou para 3 dígitos de crescimento em alguns anos. De notar, ainda, que qualquer variação negativa na região I impacta os dados globais.

Tabela 1.7 – Total de Diplomados em Formação Graduada, 2013-2016

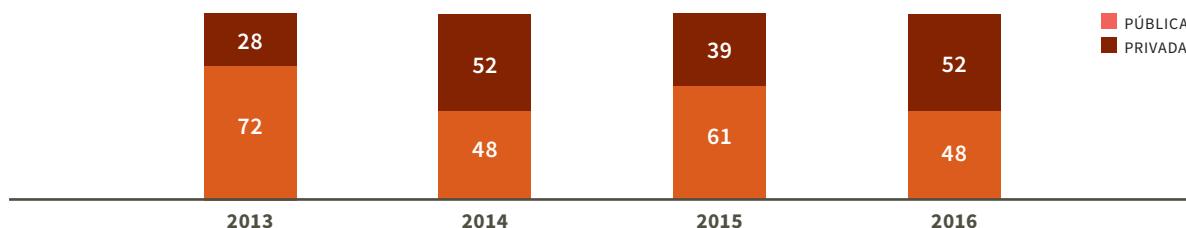
(Todos - incluindo Formação de Professores e outros domínios Não PNFQ)

Regiões Académicas	2013			2014			2015			2016		
	Públicas	Privadas	Total									
I	6281	3081	9362	1625	5332	6957	2092	4378	6470	1819	6640	8459
II	464	614	1078	991	559	1550	1092	659	1751	947	1002	1949
III	455	--	455	405	56	461	369	127	496	533	394	927
IV	177	--	177	427	--	427	1163	--	1163	1071	--	1071
V	737	--	737	1034	241	1275	1961	240	2201	1817	501	2318
VI	976	106	1082	968	239	1207	1197	286	1483	796	500	1296
VII	611	--	611	518	--	518	893	--	893	820	--	820
VIII	--	--	--	--	--	--	278	--	278	541	--	541
TOTAL GERAL	9701	3801	13502	5968	6427	12395	9045	5690	14735	8344	9037	17381

FONTE: MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR 2017.

Gráfico 1.6 – Evolução do Peso dos Diplomados por Natureza (%)

(Todos - incluindo Formação de Professores e outros domínios Não PNFQ)



FONTE: MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR 2017.

Tabela 1.8 – Formação Graduada Diplomados do PNFQ, 2013-2016

Regiões Académicas	2014	2014	2015	2016
I	8281	6146	5412	7244
II	680	686	776	1034
III	128	198	259	671
IV	44	43	341	362
V	253	238	897	1224
VI	559	607	468	764
VII	91	111	192	323
VIII	--	--	96	142
TOTAL	10036	8029	8441	11764

Tabela 1.9 – Taxas de Crescimento de Diplomados em Formação Graduada (%) 2013-2016

(MES - Domínios Não PNFQ)

Regiões Académicas	2013 2014	2014 2015	2015 2016	TMCA 2013-2016
I	-25,8	-11,9	33,9	-4,4
II	0,9	13,1	33,2	15,0
III	54,7	30,8	159,1	73,7
IV	-2,3	693,0	6,2	101,9
V	-5,9	276,9	36,5	69,1
VI	8,6	-22,9	63,2	11,0
VII	22,0	73,0	68,2	52,5
VIII	-	-	47,9	-
TOTAL	-20,0	5,1	39,4	5,4

FONTE: MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR 2017.

1.2.2 Domínios Estratégicos de Formação Deficitários e Sem Oferta (Projecto 1.1)

Para o Projecto 1.1 do PNFQ foram registados cinco domínios de formação sem oferta interna em 2010: “Engenharia de Transportes”, “Engenharia de Pescas e Agricultura”, “Engenharia Alimentar”, “Artes” e “Design e Moda”. Com a criação de cursos nos referidos domínios de formação, o PNFQ estabeleceu a meta de **7.400 quadros superiores diplomados**.

Distribuição Geográfica da Oferta Formativa

Em 2014, foram abertos cursos nos domínios de “Artes”, em Luanda, e “Design e Moda”, em Luanda e na Huíla. O domínio de “Engenharia Alimentar” entrou em funcionamento em 2016 com 1 curso em Malanje. No domínio de “Engenharia de Pescas e Aquicultura”, foi criado em 2017 o curso de Aquicultura na província do Huambo, que veio colmatar a oferta inexistente.

Matriculados e Diplomados

De 2013 a 2017, verifica-se um crescimento de matriculados nos domínios de “Artes” e “Design e Moda” (Tabela 1.10). O curso de Aquicultura aberto em 2017 contou com 84 matriculados. Importa referir que só a partir de 2019 haverá diplomados nestes domínios de formação, nomeadamente “Artes” e “Design e Moda”.

Devido à falta de oferta formativa, a evolução nestes domínios, mesmo tendo em conta o número limitado de matriculados, foi bastante positiva, tendo a taxa de crescimento média de matriculados aumentado 78% ao ano, que é um valor bastante elevado.

1.2.3 Domínios Estratégicos de Formação Potencialmente Deficitários (Projecto 1.2)

Neste projecto encontra-se o maior número de Domínios Estratégicos (28) deste Programa de Acção, nos quais se estabeleceu a necessidade de aumentar a oferta formativa para atingir a meta de **85.225 quadros superiores diplomados**, para responder às necessidades de quadros angolanos até 2020.

Distribuição Geográfica da Oferta Formativa

Em alguns domínios de formação a oferta de cursos como: “Engenharia Geográfica”, “Filosofia e Religião”, “Física”, “Línguas e Literaturas Portuguesa e Inglesa”, “Línguas, Literatura e Cultura Angolana”, “Matemática” e “Química” permanecem exclusivamente na Região Académica I. No entanto, houve outros domínios em que foi possível alargar a sua oferta em várias Regiões Académicas, como sejam: “Ciências Farmacêuticas”, “Contabilidade”, “Engenharia Mecânica” e “Gestão Hoteleira”. O domínio de “Enfermagem” apresenta a maior oferta a nível nacional, estando presente em todas as Regiões Académicas.

Tabela 1.10 – Número de matriculados nos domínios estratégicos de formação deficitários e sem oferta, 2013-2017

Domínios Estratégicos de Formação	2013	2014	2015	2016	2017
Artes	--	92	247	337	333
Design e Moda	--	44	85	87	188
Engenharia de Pescas e Aquicultura	--	--	--	--	84
Engenharia Alimentar	--	--	--	131	162
Engenharia de Transportes	--	--	--	--	--
TOTAL	--	136	332	555	767

FONTE: MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR 2017

Matriculados e Diplomados

São muitos os domínios que apresentam crescimento de matriculados entre 2013-2017. Os que apresentam um crescimento mais significativo são os de “Ciências Farmacêuticas”, “Ciências Veterinárias”, “Enfermagem”, “Filosofia e Religião”, “Gestão Hoteleira e do Turismo”, “Matemática” e “Medicina Dentária”.

Em relação aos diplomados, apenas o domínio de “Ciências Farmacêuticas” inverte a sua tendência de crescimento entre 2015 e 2016. De salientar os domínios de “Contabilidade”, “Enfermagem” e “Medicina Dentária”, em que o número total de diplomados sofreu um grande aumento, de 169%, 326% e 383%, respectivamente, acompanhado de um aumento de Matriculados no mesmo período, factor que sustenta a continuidade desta tendência.

Vagas

O aumento do número de vagas traduz esforços para contrariar a oferta tendencialmente deficitária destes domínios. No entanto, no período entre 2014 e 2017, registou-se um decréscimo no preenchimento das vagas.

De um modo geral, o preenchimento de vagas nos vários domínios de formação foi inferior em 2015, quando comparado com o ano de 2014. As situações menos favoráveis, neste período, registaram-se nos domínios de “Biologia”, “Física” e “Química”.

Em 2017, os domínios de “Medicina”, “Enfermagem”, “Língua e Literatura Portuguesa”, “Engenharia Química” e “Engenharia Mecânica” apresentam taxas de preenchimento de vagas acima dos 70% (Tabela 1.11).

Taxa de Execução

No período de 2013-2016, os domínios de “Línguas e Literatura Portuguesa” (57%), “Medicina” (36%), “Engenharia de Telecomunicações” (35%) e “Física” (32%) são os que apresentam maiores taxas de execução em relação às metas do PNFQ. O domínio de “Ciências Políticas” foi o único que ultrapassou largamente a meta estabelecida no PNFQ, o que implica a introdução de medidas de contenção nos próximos anos (Tabela 1.11).

Merecem uma especial atenção os domínios de “Engenharia Química” (2%), “Matemática” (3%), “Gestão Hoteleira e do Turismo” (3%), “Engenharia de Minas” (4%) e “Engenharia Electrotécnica e Electrónica” (5%), que pelas fracas taxas de execução apresentadas, devem ser corrigidos nos próximos anos.

Tabela 1.11 – Quadro geral dos domínios estratégicos de formação potencialmente deficitários, 2013-2017

Domínios Estratégicos de Formação	Total Diplomados 2013-2016	Taxa de Execução 2013-2016	Metas 2010-2020 PNFQ	Nº de Cursos			Preenchimento das Vagas			Variação Matriculados	Variação Diplomados
				2013	2015	2017	2014	2015	2017		
Biologia	185	7%	2500	3	3	3	188%	30%	50%	4%	-75%
Ciências Farmacêuticas	193	10%	1875	6	11	12	53%	17%	33%	189%	133%
Ciências Políticas	1700	151%	1125	20	22	22	30%	21%	36%	-22%	9%
Ciências Veterinárias	274	16%	1750	4	4	4	68%	42%	62%	80%	22%
Contabilidade	1989	24%	8250	22	23	28	38%	68%	62%	51%	169%
Enfermagem	2927	16%	18750	26	26	27	115%	31%	101%	48%	326%
Engenharia Agronómica	186	7%	2750	5	6	7	66%	87%	55%	74%	-43%
Engenharia Civil	503	22%	2250	21	25	25	48%	35%	38%	1%	24%
Engenharia Minas	150	4%	3750	7	8	8	90%	45%	41%	67%	144%
Engenharia Petróleos	188	6%	3250	7	8	9	121%	58%	37%	5%	109%
Engenharia Telecomunicações	394	35%	1125	16	16	16	41%	32%	54%	41%	26%
Engenharia Ambiente	279	25%	1125	4	6	7	17%	16%	30%	-22%	-17%
Engenharia Electrotécnica e Electrónica	335	5%	6750	12	12	15	62%	58%	55%	21%	550%
Engenharia Florestal e dos Recursos Naturais	93	8%	1125	3	--	--	86%	101%	62%	43%	N/A
Engenharia Geográfica	137	8%	1750	1	7	7	146%	25%	37%	-5%	-16%
Engenharia Mecânica	518	23%	2250	13	16	16	63%	52%	71%	16%	46%
Engenharia Química	83	2%	3500	4	5	5	59%	56%	80%	102%	128%
Filosofia e Religião	291	26%	1125	2	--	--	37%	50%	58%	-4%	-67%
Física	355	32%	1125	2	--	--	267%	67%	48%	-12%	-71%
Geologia	264	14%	1875	3	9	10	41%	41%	53%	-10%	-52%
Gestão Hoteleira e do Turismo	29	3%	1125	4	6	6	118%	60%	55%	360%	N/A
Língua e Literatura Portuguesa	636	57%	1125	2	2	2	103%	126%	100%	10%	-58%
Língua e Literatura Inglesa	427	31%	1375	2	3	3	107%	39%	51%	10%	-59%
Línguas, Literatura e Cultura Angolana	456	26%	1750	2	--	--	56%	164%	66%	11%	-75%
Matemática	103	3%	3350	1	3	3	81%	27%	40%	-8%	24%
Medicina	2066	36%	5750	12	14	14	84%	122%	130%	6%	37%
Medicina Dentária	309	22%	1375	8	8	8	100%	21%	48%	18%	383%
Química	114	8%	1375	1	1	1	396%	65%	68%	-1%	-71%

FONTE: MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR 2017.

Análise Global do Projecto

Não obstante a análise mais relevante ser a que é feita por domínio de formação, também é importante observar o cenário geral. Assim, através de uma análise global do projecto verificam-se algumas ten-

dências favoráveis para alcançar as metas do PNFQ até 2020. O total de diplomados em 2016 ascende a 15.184 equivalente a cerca de 18% dos **85.225 diplomados** referidos nessa meta (Tabela 1.12). Adicionalmente, o montante global de vagas apresenta um padrão de crescimento positivo.

Tabela 1.12 – Análise global do projecto 1.2, 2013-2017

Projecto 1.2 Domínios Estratégicos de Formação Potencialmente Deficitários	Meta PNFQ 2013-2020 85.225 Diplomados	Total de Diplomados		Total Matriculados pela 1ª vez		Aumento Global das Vagas	
		2013-2015	2013-2016	2013-2015	2013-2017	2013-2015	2013-2017
		10.329	15.184	41.227	76.621	85.591	149.027

FONTE: MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR 2017.

1.2.4 Domínios Estratégicos de Formação Potencialmente Excedentários (Projecto 1.3)

Para este Projecto está estabelecida como meta no PNFQ, até 2020, a formação de **22.500 quadros superiores diplomados**, distribuídos por sete domínios de formação. Igualmente, este Projecto tem como objectivo regular a oferta de cursos nos domínios potencialmente excedentários.

Distribuição Geográfica da Oferta Formativa

De 2013 a 2017, verifica-se um aumento do número de cursos nos referidos domínios, destacando-se os de: “Engenharia Informática”, “Economia”, “Gestão de Recursos Humanos” e “Ciências da Comunicação”. Encontramos a oferta de cursos nestes domínios em quase todas as regiões académicas, com exceção do domínio de “Ciências da Comunicação”, que é oferecido apenas em 3 regiões académicas (I, V e VI).

Esta tendência impõe para os próximos anos a tomada de medidas que visem a criação de novos cursos nos domínios excedentários apenas nas regiões académicas onde a oferta se manifesta reduzida.

Matriculados e Diplomados

No período 2013-2017, verifica-se um aumento do número de matriculados, excepto nos seguintes domínios: “Ciências da Comunicação”, “Gestão de Recursos Humanos” e “Gestão Pública”. Quanto ao número de diplomados, observa-se uma tendência de crescimento em quase todos os domínios, excepto “Ciências da Comunicação”, que em 2016, face a 2013, apresentava uma taxa de -55% (Tabela 1.13).

Vagas

Tendo em conta o objectivo principal deste Projecto (1.3), de redução da sua oferta formativa, é de salientar que, ao contrário do desejável, se verifica um aumento na oferta e no preenchimento de vagas, entre 2013-2017, nos domínios de “Ciências da Comunicação”, “Direito” “Engenharia Informática”, “Gestão de Recursos Humanos” e “Gestão e Administração de Empresas” (Tabela 1.13).

Taxa de Execução

Entre 2013-2016, três domínios de formação, nomeadamente “Ciências da Comunicação”, “Direito” e “Gestão Pública”, ultrapassaram já as metas estabelecidas, sendo que os restantes apresentam no mesmo período uma taxa de execução acima dos 50% dos diplomados necessários até 2020 (Tabela 1.13).

A este ritmo de execução e com a tendência de crescimento do número de cursos nestes domínios, em 2020 o Projecto ultrapassará largamente as metas definidas.

Tabela 1.13 – Quadro geral dos domínios estratégicos de formação potencialmente excedentários, 2013-2017

Domínios Estratégicos de Formação	Total Diplomados 2013-2016	Taxa de Execução 2013-2016	Metas 2010-2020 PNFQ	Nº de Cursos			Preenchimento de Vagas			Variação dos Matriculados 2013-2017	Variação dos Diplomados 2013-2016
				2013	2015	2017	2013	2015	2017		
Ciências da Comunicação	1275	146%	875	14	16	16	33%	39%	54%	18%	-55%
Direito	4448	137%	3250	39	39	40	64%	65%	77%	9%	33%
Economia	1727	53%	3250	25	28	28	85%	46%	64%	4%	133%
Engenharia Informática	2442	54%	4500	41	46	45	46%	56%	63%	17%	69%
Gestão de Recursos Humanos	1846	67%	2750	17	18	20	16%	56%	74%	15%	20%
Gestão e Administração de Empresas	5385	83%	6500	50	47	51	50%	58%	66%	-2%	70%
Gestão Pública	1626	118%	1375	7	7	9	49%	40%	36%	-15%	-84%

FONTE: MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR 2017.

Análise Global do Projecto

Numa perspectiva global, o aumento do número de cursos e de vagas, a tendência de crescimento do número de matriculados pela 1ª vez e dos diplomados nos 7 domínios de formação potencialmente excedentários, fará com que a meta definida para 2020 seja largamente ultrapassada (Tabela 1.14).

Neste contexto, esta tendência impõe medidas sérias para os próximos anos relativamente à criação de novos cursos.

Tabela 1.14 – Análise global do projecto 1.3 , 2013-2017

Projecto 1.3 Domínios Estratégicos de Formação Potencialmente Excedentários	Meta PNFQ 2013-2020 22.500 Diplomados	Total de Diplomados		Total Matriculados pela 1ª vez		Aumento Global das Vagas	
		2013/2015	2013/2016	2013/2015	2013/2017	2013/2015	2013/2017
		13.256	18.749	65.181	120.672	111.131	200.363

FONTE: MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR 2017.

1.2.5 Domínios Estratégicos de Formação Tendencialmente em Equilíbrio (Projecto 1.4)

Nos domínios estratégicos de formação tendencialmente em equilíbrio, o PNFQ prevê como meta, até 2020, a formação de **8.250 quadros superiores diplomados**, distribuídos por 3 domínios, “Arquitectura”, “Psicologia” e “Sociologia”.

Distribuição Geográfica da Oferta Formativa

Verifica-se, entre 2013-2017, um relativo aumento do número de cursos, sem grandes alterações ao nível da sua distribuição por região académica. Nos domínios estratégicos de formação tendencialmente em equilíbrio encontra-se oferta de cursos em quase todas as regiões académicas, excepto na VII e VIII. A rede privada é a que apresenta um maior peso em todos os domínios.

Matriculados e Diplomados

Entre 2013 e 2017 houve um aumento do número de matriculados na ordem dos 30% e 18% nos domínios de “Arquitectura” e “Psicologia”, respectivamente. O mesmo não se verificou no domínio de “Sociologia”, que registou um decréscimo na ordem dos 11%.

No período de 2013-2016, o domínio com melhor performance em relação aos diplomados foi o de “Arquitectura” (357%). Em oposição, o domínio de “Sociologia” apresenta uma taxa de crescimento negativa de diplomados (-64%).

Vagas

No que toca ao preenchimento das vagas, em 2017, os domínios de “Psicologia” e “Arquitectura” são os que apresentam maiores taxas, 65% e 49% respectivamente. Contudo, de um modo geral, as taxas de preenchimento dessas vagas mantêm-se em qualquer dos anos (2013-2017) abaixo dos 70%, registrando-se menor performance no domínio de “Sociologia” (17%) em 2015 (Tabela 1.15).

Taxa de Execução

O domínio de “Psicologia”, entre 2013-2016, ultrapassou as necessidades de diplomados até 2020 (209%). No entanto, “Arquitectura” e “Sociologia” apresentam taxas de execução de 34% e 19%, respectivamente. Estes dois domínios precisam de melhorar os seus níveis de eficácia para que em 2020 as metas sejam alcançadas. Contudo, a tendência no aumento global do número de vagas, dos matriculados pela 1^a vez e dos diplomados permitirá atingir as metas definidas para 2020 (Tabela 1.15).

Tabela 1.15 – Quadro geral dos Domínios estratégicos de formação tendencialmente em equilíbrio, 2013-2017

Domínios Estratégicos de Formação	Total Diplomados 2013-2016	Taxa de Execução 2013-2016	Metas 2010-2020 PNFQ	Nº de Cursos			Preenchimento de Vagas			Variação dos Matriculados	Variação dos Diplomados
				2013	2015	2017	2013	2015	2017		
Arquitectura	380	34%	1125	14	16	19	47%	49%	49%	30%	357%
Psicologia	2874	209%	1375	33	36	39	61%	34%	65%	18%	21%
Sociologia	1083	19%	5750	11	11	13	24%	17%	35%	-11%	-64%

FONTE: MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR 2017.

Análise Global

No cenário geral regista-se um total de 4.337 diplomados nos primeiros quatro anos de implementação do PNFQ, cerca de 53% dos diplomados em relação

à meta (Tabela 1.16). O aumento global das vagas, a tendência de crescimento de diplomados e matriculados pela 1^a vez irá permitir o alcance da meta estabelecida para 2020 (8.250 diplomados).

Tabela 1.16 – Análise global do projecto 1.4 , 2013-2017

Projecto 1.4 Domínios Estratégicos de Formação Tendencialmente em Equilíbrio	Meta PNFQ 2013-2020 8.250 Diplomados	Total de Diplomados		Total Matriculados pela 1ª vez		Aumento Global das Vagas	
		2013/2015	2013/2016	2013/2015	2013/2017	2013/2015	2013/2017
		2.921	4.337	13.880	24.953	31.759	53.130

FONTE: MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR 2017.

1.3 MEDIDAS DE REGULAÇÃO E GARANTIA DA QUALIDADE DA OFERTA DE FORMAÇÃO DE QUADROS SUPERIORES

Relativamente ao desenvolvimento e implementação de **medidas para a melhoria da qualidade do ensino superior graduado**, há uma dinâmica instalada nesse sentido e são disso exemplo os esforços de regularização dos cursos que se encontravam em situação ilegal, cujo resultado se verificou em 2017 com a realização do Estudo-Piloto de Formação e Empregabilidade e o desenvolvimento do processo de Avaliação e Acreditação dos cursos.

Elaboração de um Estudo-Piloto de Formação e Empregabilidade

Foi realizado o Estudo-Piloto de Formação e Empregabilidade, abrangendo os diplomados e os finalistas do ensino superior de três domínios de formação: “Energia e Instalações Eléctricas”, “Contabilidade” e “Hotelaria e Turismo”, das instituições do ensino superior de Luanda. O Estudo abrange também o Ensino Técnico-Profissional e a Formação Profissional.

Tal como previsto a sua conclusão teve lugar no final de 2016, embora no primeiro trimestre de 2017 ainda se tenham feito alguns ajustamentos decorrentes das contribuições dos departamentos ministeriais que participaram directamente na sua elaboração.

O Estudo-Piloto tinha como objectivos específicos a análise da adequação da oferta de formação superior graduada às exigências do mercado de trabalho e a identificação do grau de satisfação da procura social de quadros face à oferta de quadros superiores nos referidos domínios. A sua realização permitiu identificar as eventuais necessidades de adequação dos conteúdos programáticos e das competências adquiridas durante a formação, às exigências de qualificações pelo mercado de trabalho, nos domínios acima indicados. Foram abrangidos pelo Estudo cerca de 1.573 diplomados e finalistas, dos anos de 2013, 2014 e 2015, de um total de 11 cursos do ensino superior leccionados em 2 IES públicas e 7 IES privadas da Província de Luanda (conforme sistematizado na Tabela 1.17).

Financiamento do Ensino Superior

Tabela 1.17 – Domínios e cursos abrangidos pelo Estudo de Formação e Empregabilidade

Domínios de Formação	Nr. de Cursos IES	
	Públicas	Privadas
Contabilidade	2	6
Energia e Instalações Eléctricas	1	1
Hotelaria e Turismo	0	1
TOTAL	3	8

FONTE: ESTUDO-PILOTO DE FORMAÇÃO E EMPREGABILIDADE (2017).

No âmbito do financiamento, em 2016 foi elaborado o Estudo sobre os Custos e o Financiamento do Ensino Superior para apoiar o Ministério do Ensino Superior na análise das actuais políticas de financiamento deste subsistema de Ensino. Para a concretização do referido apoio institucional, o Estudo engloba como seus objectivos específicos: a análise dos aspectos institucionais do financiamento público do Ensino Superior e da Investigação em Angola; a análise da evolução dos recursos públicos mobilizados para o Ensino Superior e para a Investigação (bolsas para frequência de mestrados e doutoramentos no estrangeiro); a estimativa das despesas dos estudantes e das famílias no Ensino Superior, fazendo a distinção entre instituições de ensino superior públicas e privadas; bem como, a estimativa dos custos unitários das instituições do ensino superior, sempre que possível, por curso ou por Unidade Orgânica.

De igual modo, de forma a encontrar soluções para contornar as restrições financeiras, o MES tem procurado identificar parcerias com Instituições Internacionais, como é o caso: da parceria Angola-França através do projecto “Empregabilidade dos Jovens: Parcerias Público-Privadas ao serviço da formação superior em Angola”. Nesta parceria, foi prevista a criação de quatro cursos em domínios de oferta inexistente e deficitária: Domínios de Formação de Engenharia dos Transportes, Engenharias das Pescas e Aquicultura, Engenharia Mecânica e Engenharia Electrotécnica e Electrónica; e da parceria entre o Ministério do Ambiente, a Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto e a Universidade de Lisboa, para realização do Mestrado em Gestão e Governança Ambiental.

Promoção da Articulação entre Sector Público e Privado para a Reformulação de Cursos

Foram realizados encontros entre o MES e alguns Ministérios responsáveis pela programação e implementação de projectos estruturantes, em sectores prioritários, com vista à diversificação da economia.

Dos referidos encontros foram definidas actividades prioritárias de articulação entre os Ministérios, as IES e o meio empresarial, das quais se destaca a identificação de necessidades específicas de perfis de qualificação de médio prazo e de resposta conjunta às mes-

mas; definição de perfis de qualificação considerados prioritários para que possam servir de base à elaboração de Planos Curriculares e Programas do Ensino Superior, nesses domínios, e/ou reorientar os existentes.

1.4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

1.4.1 Conclusões

Domínios Estratégicos de Formação Deficitários e Sem Oferta

Os primeiros cursos nestes domínios de formação foram criados em 2014 (“Artes” e “Design e Moda”), em 2017 verifica-se a oferta de 7 cursos em 4 dos 5 domínios. Vários esforços têm sido feitos no sentido de criar condições para a abertura de cursos no domínio de “Engenharia de Transportes” e aumentar a oferta formativa nos restantes domínios.

Em 2017, o Projecto conta com um total de 1.790 matriculados. De referir que só a partir de 2019 sairão os primeiros diplomados nos domínios de “Artes” e “Design e Moda”.

Domínios Estratégicos de Formação Potencialmente Deficitários

O período de implementação do PNFQ (2013-2017) reflecte diferentes graus de execução entre os 28 domínios pertencentes a este Projecto. Estes domínios, até 2017, viram o número de cursos aumentado.

No período referido, os domínios que apresentam um crescimento de matriculados mais significativo são “Ciências Farmacêuticas”, “Ciências Veterinárias”, “Enfermagem”, “Filosofia e Religião”, “Gestão Hoteleira e do Turismo”, “Matemática” e “Medicina Dentária” havendo, contudo, também alguns domínios com uma variação negativa de matriculados e diplomados.

O período entre 2013-2016 integra um total de 15.184 diplomados, dos quais 4.855 apenas em 2016, o que equivale a cerca de 18% da meta de diplomados prevista no PNFQ. Vários domínios apresentam grandes taxas de execução: “Línguas e Literatura Portuguesa” (57%), “Medicina” (36%), bem como “Engenharia de Telecomunicações” (35%) e “Física” (32%). O domínio

de Ciências Políticas já ultrapassou a meta estabelecida no PNFQ. Contudo, é necessário ter especial atenção aos domínios que apresentam fracas taxas de execução, nomeadamente “Engenharia Química”(2%) , “Matemática” (3%) e “Gestão Hoteleira e do Turismo” (3%).

De um modo geral, o total de diplomados, de 2013-2016, e de matriculados pela 1^a vez, de 2013-2017, pressupõe uma tendência favorável para o alcance da meta do PNFQ em 2020.

Domínios Estratégicos de Formação Potencialmente Excedentários

De 2013 a 2017, o número de matriculados e diplomados apresentou uma taxa de crescimento positiva, esperando-se o mesmo padrão nos próximos anos. Os domínios de “Ciências da Comunicação”, “Direito” e “Gestão Pública” já ultrapassaram as metas estabelecidas e os restantes apresentam, no período em análise, uma taxa de execução acima dos 50% dos diplomados necessários até 2020. Deste modo, em 2020 o Projecto ultrapassará largamente as metas definidas no PNFQ.

Neste contexto, esta tendência impõe medidas que visem regular a oferta de cursos de acordo com a evolução da procura, bem como a redução do excedente potencial de 22.800 diplomados distribuídos pelos vários domínios de formação.

Domínios Estratégicos de Formação Tendencialmente em Equilíbrio

Os três domínios de formação identificados no PNFQ têm apresentado taxas de crescimento aceitáveis, um indicador favorável à manutenção da sua oferta formativa. No período de 2013-2016, o domínio com melhor *performance* em relação aos diplomados foi o de Arquitectura (357%).

Em oposição, o domínio da Sociologia apresentou uma taxa de variação de diplomados negativa (-64%).

Em 2017, face a 2013, houve um aumento do número total de matriculados na ordem dos 30% e 18% nos domínios de Arquitectura e Psicologia, respectivamente. O mesmo não se verificou no domínio de Sociolo-

gia, que registou um decréscimo na ordem dos 11%.

Neste contexto, esta tendência impõe medidas que visem regular a oferta de cursos de acordo com a evolução da procura, em particular no domínio de Psicologia, tendo em conta que já ultrapassou a meta definida no PNFQ até 2020. Por outro lado, os restantes domínios precisam de melhorar os seus níveis de eficácia para que as metas do PNFQ sejam alcançadas.

1.4.2 Recomendações

Assegurar o Alargamento da Oferta Formativa de Domínios de Formação Deficitários e Potencialmente Deficitários

Será necessário dar continuidade às medidas de promoção da oferta para os Domínios de “Engenharia de Transportes” (sem qualquer oferta), “Engenharia de Pescas e Aquicultura”, “Engenharia Alimentar”, “Design e Moda”, “Engenharia Química”, “Matemática” e “Gestão Hoteleira e do Turismo”. Adicionalmente, existem outros domínios de formação deficitários que carecem de ajustes na sua oferta formativa.

Promover a Redução da Capacidade Formativa nos Domínios de Formação Potencialmente Excedentários

Visando um equilíbrio entre a procura e a oferta, é importante ter especial atenção ao número de vagas oferecidas neste grupo de domínios de formação.

Implementar um Mecanismo de Programação e Gestão das Vagas a Oferecer

O processo de programação deve assentar na identificação do número desejável de vagas a oferecer em cada domínio de formação mediante as respectivas necessidades nacionais e provinciais e em função das quais devem ser definidos os recursos necessários a mobilizar para assegurar a qualidade da oferta. Assim sendo, a programação das vagas a oferecer tem, necessariamente, que ser feita em articulação com as IES. A gestão da oferta formativa assente num mecanismo de programação das vagas a oferecer e a monitorização das vagas preenchidas irá contribuir para uma alocação mais eficiente dos recursos disponíveis.

Definir e Operacionalizar o Sistema de Informação do Ensino Superior

A gestão da qualidade do ensino superior graduado é apenas possível se existir informação fidedigna sobre a oferta formativa e se a mesma for disponibilizada em tempo útil, pelo que é fundamental definir medidas concretas para a melhoria dos processos de recolha e validação da informação.

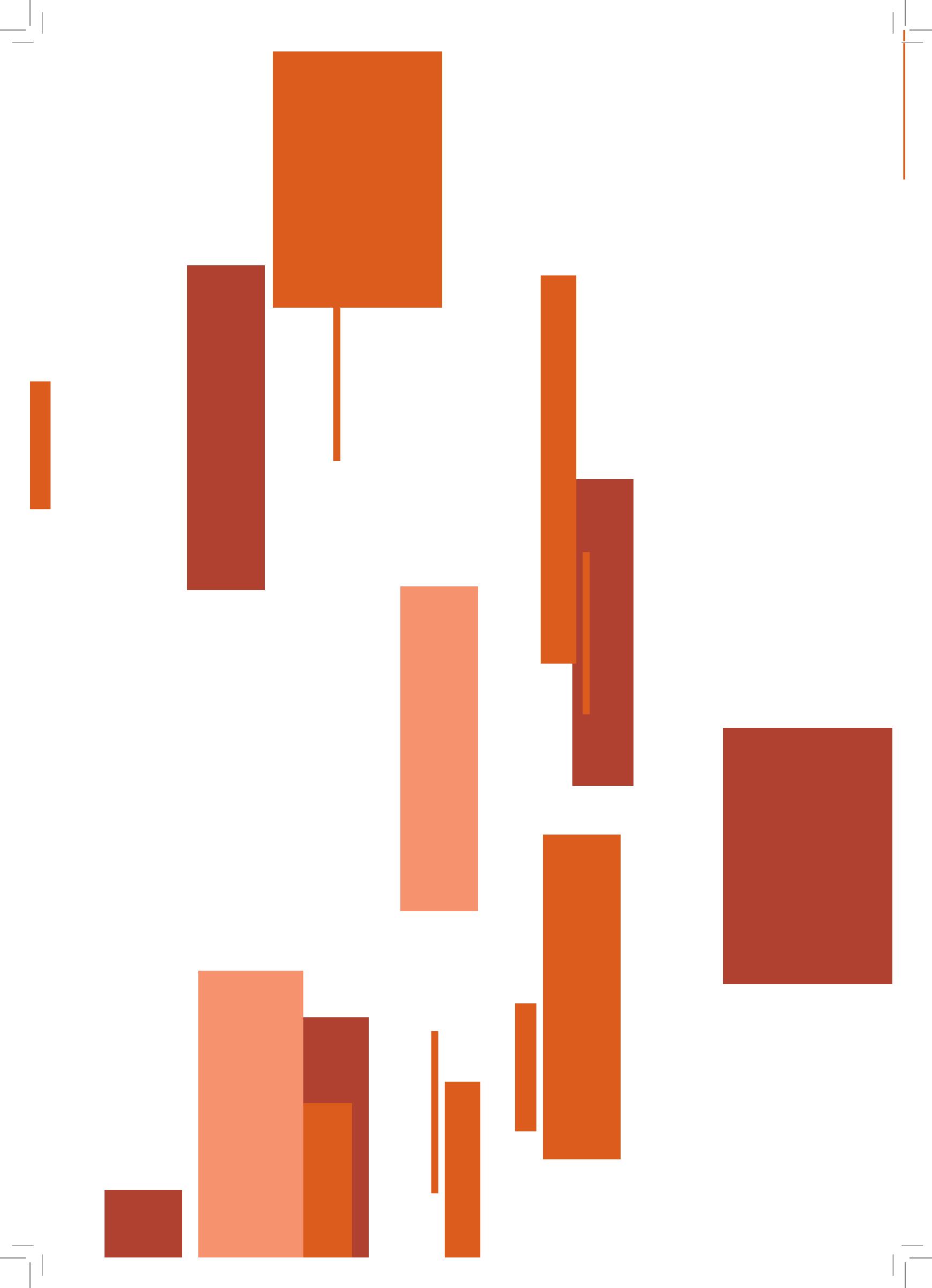
Estender a Realização de Estudos sobre Formação e Empregabilidade a outros Domínios de Formação e Províncias

Na sequência do Estudo-piloto sobre Formação e Empregabilidade, sugere-se, a médio-prazo, a sua gradual extensão a novos domínios de formação e províncias. Para o efeito, importará ajustar a metodologia e os instrumentos de recolha de informação agora aplicados e trabalhar sobre as lições aprendidas no âmbito do Estudo-piloto.

É importante dar seguimento às dinâmicas estabelecidas, continuando a trabalhar de perto com os Gabinetes de Inserção na Vida Activa das várias instituições e com as direcções nacionais do subsistema de ensino para que estas promovam, cada vez mais e de forma sistemática, o apoio aos estudantes neste âmbito, bem como uma análise regular da oferta educativa face às exigências do mercado de trabalho.

Assegurar o Acompanhamento e Avaliação dos Resultados do Programa de Acção 1 (Formação de Quadros Superiores) e o seu Impacto no Stock Nacional de Quadros Superiores

Recomenda-se, para este fim, a criação da Bolsa Nacional de Quadros prevista no PNFQ. •



02

FORMAÇÃO DE QUADROS MÉDIOS

2.1 ÂMBITO E OBJECTIVOS

O presente capítulo apresenta o balanço dos ajustamentos realizados e o progresso em relação às metas de diplomados definidas no PNFQ, face à linha de base de 2010, através da oferta de ensino técnico-profissional, cuja gestão cabe à Direcção Nacional de Ensino Técnico Profissional do Ministério da Educação (DNETP/MED).

O PNFQ estabelece metas de diplomados, a alcançar até 2020, em 47 domínios estratégicos de formação:

- **67.000** quadros médios diplomados em 22 domínios estratégicos com oferta inexistente em 2010;
- **72.600** quadros médios diplomados em 14 domínios estratégicos com oferta deficitária;
- **59.500** quadros médios diplomados em 5 domínios estratégicos excedentários;
- **87.550** quadros médios diplomados em 6 domínios estratégicos com oferta tendencialmente em equilíbrio.

O balanço da oferta formativa do ensino técnico-profissional compreende uma análise global da evolução da rede de escolas, públicas e privadas, dos cursos oferecidos e dos respectivos matriculados e diplomados.

A Formação de Quadros Médios contempla **4 Projectos:**

- Domínios Estratégicos de Formação Deficitários e Sem Oferta;
- Domínios Estratégicos de Formação Potencialmente Deficitários com Oferta;
- Domínios Estratégicos de Formação Potencialmente Excedentários;
- Domínios Estratégicos de Formação Tendencialmente em Equilíbrio.

Para cada domínio de formação são identificados os ajustamentos específicos realizados entre 2013 e 2016, o número de matriculados e de diplomados, face à linha de base (2010) e metas definidas no PNFQ (2020). Importa referir que ainda é cedo para verificar os efeitos de medidas de ajustamento tomadas a partir de 2013 pois, só a partir de 2017, existirão di-

plomados resultantes desses ajustamentos da oferta do ensino técnico-profissional.

Está em curso o processo de reestruturação do Ensino Técnico-Profissional, integrado no subsistema do ensino secundário, adequando-o às necessidades de recursos humanos formados e especializados nas diversas áreas estruturais da economia nacional, em particular nos sectores da agricultura, agro-pecuária, recursos naturais, indústria, serviços, turismo, obras públicas e saúde.

Em relação ao desenvolvimento e implementação de medidas para a melhoria da qualidade do ensino, destacam-se a realização de um Estudo-Piloto sobre Formação e Empregabilidade, que abrangeu os cursos nos domínios da Contabilidade e Energia e Instalações Eléctricas; o desenho de um Sistema de Avaliação da Qualidade dos cursos; e o funcionamento de Gabinetes de Inserção na Vida Activa (GIVA), na maior parte das escolas médias técnicas.

2.2 AJUSTAMENTOS DA OFERTA FORMATIVA

2.2.1 Análise Global

Rede de Escolas

Até 2013, o Ensino Técnico-Profissional, era composto por 152 escolas, das quais 80 unidades públicas e comparticipadas e 72 unidades privadas, estas últimas distribuídas por 5 províncias (Benguela, Cabinda, Huambo, Huíla e Luanda), mas muito concentradas na província de Luanda.

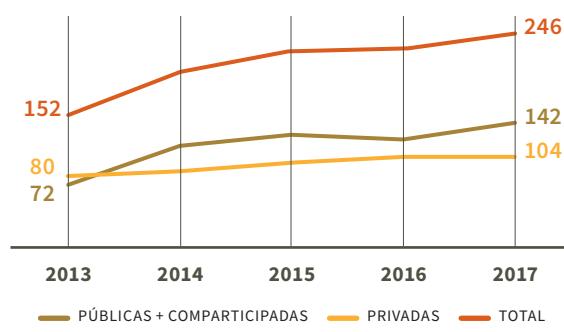
No período de 2013 a 2017, a referida rede de escolas sofreu um aumento significativo, na ordem dos 62%, conforme mostra a Tabela 2.1. Em 2017, o Ensino Técnico-Profissional contava com um total de 246 escolas, das quais 104 escolas públicas e comparticipadas e 142 escolas privadas. A província com maior concentração de estabelecimentos é Luanda, mas as províncias de Benguela, Huambo e Huíla foram as que registaram maior expansão da oferta formativa. Relativamente à oferta privada, é importante referir o alargamento substancial da rede de escolas que, desde 2013, mais do que duplicou.

Tabela 2.1 – Número de Escolas do Ensino Técnico-Profissional, 2013-2017

Natureza	2013	2014	2015	2016	2017
Pública + Comparticipada	80	88	98	104	104
Privada	72	115	128	124	142
TOTAL	152	203	226	228	246

FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO 2017.

A evolução no número de escolas indica claramente que as escolas privadas apresentaram uma evolução mais acentuada, especialmente em Luanda. No total, a evolução foi bastante positiva.

Gráfico 2.1 - Evolução do Número de Escolas 2013-2017

FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO 2017.

Constata-se que em 2013 as escolas públicas e comparticipadas tinham um peso de 53%, enquanto as privadas representavam 47% das escolas. Em 2017 essa tendência inverteu-se, tendo as escolas privadas passado a representar 58%, ou seja mais 11% do que 4 anos antes, e as escolas públicas e comparticipadas passaram a estar em minoria desde 2014 (Tabela 2.2).

A análise mais desagregada da oferta pública indica que em 2017 o tipo de escolas com maior peso eram os Institutos Médios Politécnicos (IMP), seguidos das Escolas de Formação de Técnicos de Saúde (EFTS) e dos Institutos Médios Agrários (IMAG). Deste conjunto de escolas as de Formação de Técnicos de Saúde foram as que apresentaram o maior aumento, no período de 2013 a 2017.

Esta evolução deveu-se ao facto das escolas públicas e comparticipadas terem crescido à taxa média anual de 6,8%, quase três vezes menos que a média de crescimento das escolas privadas (18,5% ao ano). A nível nacional o crescimento médio anual foi de dois dígitos (12,8%), conforme Tabela 2.3.

Tabela 2.2 – Evolução do Peso das Escolas por Natureza

Natureza	2013	2014	2015	2016	2017
Pública + Comparticipada	53%	43%	43%	46%	42%
Privada	47%	57%	57%	54%	58%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%

FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO 2017.

Tabela 2.3 – Taxa de Crescimento do Número de Escolas, por Natureza

Natureza	2013-2014	2014-2015	2015-2016	2016-2017	TMCA 2013-2017
Pública + Comparticipada	10,0%	11,4%	6,1%	0,0%	6,8%
Privada	59,7%	11,3%	-3,1%	14,5%	18,5 %
TOTAL	33,6%	11,3%	0,9%	7,9%	12,8%

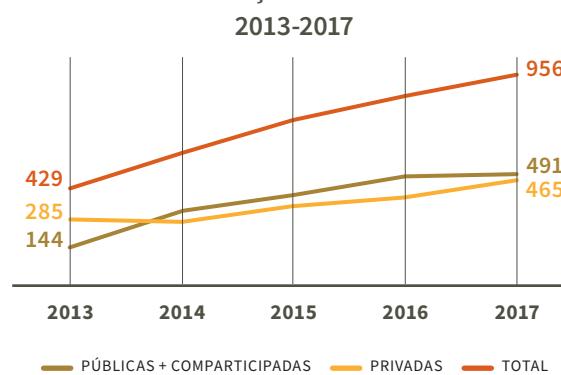
FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO 2017.

Número de Cursos

De 2013 a 2017, observa-se um aumento do número de cursos nas instituições de ensino técnico-profissional, passando de 429 cursos em 2013 para um total de 956 em 2017 (Tabela 2.4). De entre as províncias que mais contribuíram para esta evolução destacam-se Luanda e Benguela.

Segundo os dados compilados, o número de cursos mais do que duplicou em cinco anos. De realçar que em 2013 havia mais 141 cursos nas escolas privadas do que nas escolas públicas, no entanto, em 2017, inverteu-se essa tendência, com as escolas públicas a oferecerem um total de mais 26 cursos do que as escolas privadas.

Essa evolução deveu-se ao facto das escolas comparticipadas e públicas terem aumentado o número de cursos em 35,9% em média anual, valor esse que é quase três vezes superior ao das escolas privadas. A nível global, essa evolução foi de 22,2% (Tabela 2.5).

Gráfico 2.2 – Evolução do Número de Cursos

FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO 2017.

Tabela 2.4 – Número de Cursos das Escolas do Ensino Técnico-Profissional, por Natureza da Instituição, 2013-2017

Natureza	2013	2014	2015	2016	2017
Pública + Comparticipada	144	324	405	474	491
Privada	285	263	343	376	465
TOTAL	429	587	748	850	956

FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO 2017.

Tabela 2.5 – Taxas de Crescimento Anual e Média Anual do Número de Cursos , 2013-2017

Natureza	2013-2014	2014-2015	2015-2016	2016-2017	TMCA 2013-2017
Pública + Comparticipada	125,0%	25,0%	17,0%	3,6%	35,9%
Privada	-7,7%	30,4%	9,6%	23,7%	13,0%
TOTAL	36,8%	27,4%	13,6%	12,5%	22,2%

FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO 2017.

Número de Matriculados e Diplomados

O número de matriculados e diplomados no Ensino Técnico-Profissional tem vindo a crescer, sendo que grande parte desta população estudantil frequenta as escolas públicas. A tabela seguinte mostra a distribuição do número de matriculados, por natureza da

instituição, no período de 2013 a 2017. Em 2013, matricularam-se 95.350 estudantes, dos quais 92% nas escolas públicas, ao passo que em 2017 observa-se um total de 205.186 alunos matriculados, sendo que as escolas públicas comportam 66% destes.

Tabela 2.6 – Total de Matriculados por Natureza da Instituição 2013-2017

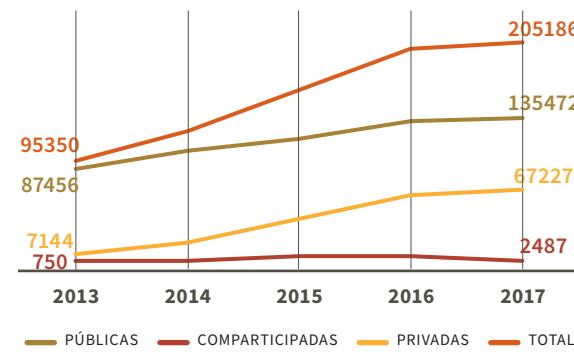
Natureza	2013	2014	2015	2016	2017
Pública + Comparticipada	88206	104764	120114	136095	137959
Privada	7144	17272	40278	62708	67227
TOTAL	95350	122036	160392	198803	205186

FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO 2017.

O gráfico ao lado demonstra a evolução notável do número de matriculados que mais do que duplicou em 5 anos. Apenas nas escolas públicas essa evolução não duplicou. Em contrapartida, nas escolas privadas aumentou mais de nove vezes e nas escolas comparticipadas mais de três vezes.

As taxas de crescimento reflectem essa evolução. No total, o número de matriculados aumentou 21,1% em média anual, sendo de 11,6% nas escolas públicas e 75,1% nas escolas privadas. Essas taxas indiciam uma dinâmica forte ao nível do PA2 (Formação de Quadros Médios).

Gráfico 2.3 - Evolução do número de Matriculados 2013-2017



FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO 2017.

Tabela 2.7 – Taxas de Crescimento Anual e Média dos Matriculados, 2013-2017

Natureza	2013-2014	2014-2015	2015-2016	2016-2017	TMCA 2013-2017
Pública	19,0%	11,5%	13,8%	2,6%	11,6%
Comparticipada	-6,9%	477,2%	-0,4%	-38,0%	34,9%
Privada	141,8%	133,2%	55,7%	7,2%	75,1%
TOTAL	28,0 %	31,4 %	23,9 %	3,2 %	21,1%

FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO 2017.

Quanto aos diplomados, em 2013, 21.138 estudantes concluíram o Ensino Técnico-Profissional. De há alguns anos para cá o número de diplomados tem vindo a aumentar. Em 2016, registou-se um total de 29.650 diplomados, perfazendo um total de 100.291 quadros médios técnicos diplomados, de 2013 a 2016 (Tabela 2.8).

Ao nível dos diplomados a evolução é menos evidente pelo facto de parte importante dos matriculados não ter chegado ainda à data de conclusão do respectivo curso. Essa dinâmica deve ser mais expressiva a partir do ano de 2017 e, especialmente, 2018. Entretanto, a evolução média anual foi de 11,9%, especialmente nas escolas privadas em que a média anual dos diplomados cresceu 31% contra 8,5% nas escolas públicas.

Tabela 2.8 – Total de Diplomados por Natureza da Instituição, 2013-2016

Natureza	2013	2014	2015	2016	2013/2016
Pública + Comparticipada	17545	18815	21688	21580	79658
Privada	3593	4458	4542	8070	20663
TOTAL	21138	23273	26230	29650	100291

FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO 2017.

Tabela 2.9 – Taxas de Crescimento Anual e Média de Diplomados 2013-2016

Natureza	2013-2014	2014-2015	2015-2016	TMCA 2013-2016
Pública	7,1%	17,8%	1,2%	8,5%
Comparticipada	9,7%	-27,5%	-47,9%	-25,4%
Privada	24,1%	1,9%	77,7%	31,0%
TOTAL	10,1%	12,7%	13,0%	11,9%

FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO 2017.

2.2.2 Domínios Estratégicos de Formação Deficitários e Sem Oferta (Projeto 2.1)

Número e distribuição geográfica dos cursos

Até 2013, os domínios de formação: “Formação Técnica em Produção Industrial e Qualidade”, “Formação Técnica Naval” e “Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica” eram os únicos que apresentavam oferta de cursos. A abertura de cursos nos domínios de “Ambiente e Conservação”, “Audiovisuais”, “Biblio-teconomia, Arquivo e Documentação”, “Bioquímica”, “Distribuição e Operações Logísticas”, “Electromecânica”, “Gestão de Recursos Humanos”, “Planeamento e Gestão de Transportes”, “Produção Agro-Alimen-

tar”, “Produção Alimentar” e “Técnicas de Laboratório” só ocorreu em 2013.

Actualmente, os cursos existentes estão concentrados nos domínios de “Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica”, “Gestão de Recursos Humanos” e “Formação Técnica em Produção Industrial e Qualidade”.

Os cursos nos domínios de “Formação Técnica em Audiovisuais”, “Formação Técnica em Bioquímica”, “Formação Técnica em Distribuição e Operações Logísticas” e “Formação Técnica em Planeamento e Gestão de Transportes” encontram-se disponíveis somente na província de Luanda e o domínio de “Formação Técnica em Produção Alimentar” em Benguela.

De referir que ainda não se verifica a oferta de cursos nos seguintes domínios: “Formação Técnica em Cuidados Veterinários e Sanidade Animal”, “Formação Técnica em Emergências Médicas/ Paramedicina”, “Formação Técnica em Técnicas de Obstetrícia”, “Formação Técnica em Higiene Oral”, “Formação Técnica em Têxtil”, “Formação Técnica em Gestão Offshore e Operações Subaquáticas” e “Formação Técnica em Segurança de Sistemas Petrolíferos e de Gás Natural”.

Matriculados e Diplomados

Em 2013 apenas os domínios de “Formação Técnica em Produção Industrial e Qualidade”, “Formação Técnica

nica Naval” e “Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica” apresentavam oferta de cursos e contavam com um total de 2.026 matriculados (Tabela 2.10). A necessidade de se aumentar a oferta de cursos nos domínios deficitários e a criação de cursos nos domínios em que não existia oferta fez com que houvesse um aumento do número de matriculados. Em 2017 registrou-se um total de 14.213 estudantes matriculados. No mesmo ano os domínios que contaram com um maior número de matriculados foram: “Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica” (5.826), “Gestão de Recursos Humanos” (3.727), “Formação Técnica em Produção Industrial e Qualidade” e “Electromecânica” (1.231).

Tabela 2.10 – Total de Matriculados nos Domínios Estratégicos de Formação Deficitários e Sem Oferta, 2013-2017

Domínios Estratégicos de Formação	2013	2014	2015	2016	2017
Formação Técnica em Ambiente e Conservação	--	--	36	384	521
Formação Técnica em Audiovisuais	--	--	--	49	76
Formação Técnica em Biblioteconomia, Arquivo e Documentação	--	288	--	47	85
Formação Técnica em Bioquímica	--	--	45	64	96
Formação Técnica em Distribuição e Operações Logísticas	--	144	--	--	--
Formação Técnica em Electromecânica	--	--	350	770	944
Formação Técnica em Produção Industrial e Qualidade	792	584	1034	1171	1231
Formação Técnica Naval	256	285	412	421	671
Formação Técnica em Gestão de Recursos Humanos	--	341	1083	2708	3727
Formação Técnica em Planeamento e Gestão de Transportes	--	180	--	100	106
Formação Técnica em Produção Agro-Alimentar	--	--	139	301	504
Formação Técnica em Produção Alimentar	--	--	--	80	129
Formação Técnica em Segurança Ambiental e Proteção Sanitária	--	--	--	58	60
Formação Técnica em Técnicas de Laboratório	--	--	81	175	237
Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica	978	1878	2352	3399	5826
Formação Técnica em Cuidados Veterinários e Sanidade Animal	--	--	--	--	--
Formação Técnica em Emergências Médicas/ Paramedicina	--	--	--	--	--
Formação Técnica em Técnicas de Obstetrícia	--	--	--	--	--
Formação Técnica em Higiene Oral	--	--	--	--	--
Formação Técnica em Têxtil	--	--	--	--	--
Formação Técnica em Gestão Offshore e Operações Subaquáticas	--	--	--	--	--
Formação Técnica em Segurança de Sistemas Petrolíferos e de Gás Natural	--	--	--	--	--
TOTAL	2026	3700	5532	9727	14213

FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO 2017.

No que se refere aos diplomados, entre 2013 a 2016, apenas os domínios de “Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica”, “Formação Técnica em Produção Industrial e Qualidade” e “Formação Técnica Naval” apresentam diplomados, com destaque para o do-

mínio de “Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica” (Tabela 2.11). Os diplomados resultantes da disponibilização de oferta de cursos noutros domínios só estarão representados em 2017.

Tabela 2.11 – Total de Diplomados nos Domínios Estratégicos de Formação Deficitários e Sem Oferta, 2013-2016

Domínios Estratégicos de Formação	2013	2014	2015	2016
Formação Técnica em Ambiente e Conservação	--	--	--	--
Formação Técnica em Audiovisuais	--	--	--	--
Formação Técnica em Biblioteconomia, Arquivo e Documentação	--	--	--	--
Formação Técnica em Bioquímica	--	--	--	--
Formação Técnica em Distribuição e Operações Logísticas	--	--	--	--
Formação Técnica em Electromecânica	--	--	--	--
Formação Técnica em Produção Industrial e Qualidade	154	152	180	153
Formação Técnica Naval	29	20	64	30
Formação Técnica em Gestão de Recursos Humanos	--	--	--	--
Formação Técnica em Planeamento e Gestão de Transportes	--	--	--	--
Formação Técnica em Produção Agro-Alimentar	--	--	--	--
Formação Técnica em Produção Alimentar	--	--	--	--
Formação Técnica em Segurança Ambiental e Protecção Sanitária	--	--	--	--
Formação Técnica em Técnicas de Laboratório	--	--	--	--
Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica	13	114	251	464
Formação Técnica em Cuidados Veterinários e Sanidade Animal	--	--	--	--
Formação Técnica em Emergências Médicas/ Paramedicina	--	--	--	--
Formação Técnica em Técnicas de Obstetrícia	--	--	--	--
Formação Técnica em Higiene Oral	--	--	--	--
Formação Técnica em Têxtil	--	--	--	--
Formação Técnica em Gestão Offshore e Operações Subaquáticas	--	--	--	--
Formação Técnica em Segurança de Sistemas Petrolíferos e de Gás Natural	--	--	--	--
TOTAL	196	286	495	647

FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO 2017.

Taxas de Execução

Como se pode observar na Tabela que se segue, apenas os domínios de “Formação Técnica em Produção Industrial e Qualidade”(21%), “Formação Técnica Naval” (5%) e “Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica” (26%) apresentam taxas de execução, uma vez que são os únicos domínios que apresentam diplomados.

Tabela 2.12 – Quadro geral dos Domínios Estratégicos de Formação Deficitários e Sem Oferta, 2013-2017

Domínios Estratégicos de Formação	Total Diplomados 2013-2016	Taxa de Execução	Metas 2010-2020 PNFQ
Formação Técnica em Ambiente e Conservação	--	--	4000
Formação Técnica em Audiovisuais	--	--	1750
Formação Técnica em Biblioteconomia, Arquivo e Documentação	--	--	1000
Formação Técnica em Bioquímica	--	--	2250
Formação Técnica em Distribuição e Operações Logísticas	--	--	2000
Formação Técnica em Electromecânica	--	--	12500
Formação Técnica em Produção Industrial e Qualidade	639	21%	3000
Formação Técnica Naval	143	5%	2750
Formação Técnica em Gestão de Recursos Humanos	--	--	2500
Formação Técnica em Planeamento e Gestão de Transportes	--	--	4000
Formação Técnica em Produção Agro-Alimentar	--	--	2500
Formação Técnica em Produção Alimentar	--	--	2000
Formação Técnica em Segurança Ambiental e Proteção Sanitária	--	--	1250
Formação Técnica em Técnicas de Laboratório	--	--	9000
Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica	842	26%	3250
Formação Técnica em Cuidados Veterinários e Sanidade Animal	--	--	6500
Formação Técnica em Emergências Médicas/ Paramedicina	--	--	400
Formação Técnica em Técnicas de Obstetrícia	--	--	1500
Formação Técnica em Higiene Oral	--	--	2750
Formação Técnica em Têxtil	--	--	1000
Formação Técnica em Gestão Offshore e Operações Subaquáticas	--	--	600
Formação Técnica em Segurança de Sistemas Petrolíferos e de Gás Natural	--	--	600

FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO 2017.

2.2.3 Domínios Estratégicos de Formação Potencialmente Deficitários com Oferta (Projecto 2.2)

Número e Distribuição Geográfica dos Cursos

Entre 2013 e 2017, houve um crescimento do número de cursos nos domínios estratégicos de formação potencialmente deficitários com oferta, passando de 97 para 154 cursos. Os domínios que mais se destacam são os de “Formação em Gestão Comercial e Marketing”, “Formação em Produção Agrícola”, “Análise Químicas e Microbiológicas” e “Enfermagem e Técnicas Auxiliares de Saúde”.

Nos dois últimos anos, a expansão dos cursos ocorreu com a preocupação da cobertura provincial, estando os mesmos presentes em grande parte das províncias. De referir que os cursos de *Design* e Moda, Geodesia e Topografia só existem em Luanda.

Matriculados e Diplomados

Entre 2013 e 2017, com o alargamento do número de cursos, verificou-se um aumento do número de matriculados em todos os domínios de formação potencialmente deficitários com oferta. Em 2013 encontravam-se matriculados 30.631 estudantes e em 2017 cerca de 100.000, como é possível verificar na Tabela 2.13.

Tabela 2.13 – Total de Matriculados nos Domínios Estratégicos de Formação Potencialmente Deficitários com Oferta, 2013-2017

Domínios Estratégicos de Formação	2013	2014	2015	2016	2017
Análises Químicas e Microbiológicas	3956	5973	11907	15269	17217
Formação Técnica em <i>Design</i> e Moda	--	--	7	--	--
Formação Técnica em Enfermagem e Técnicas Auxiliares de Saúde	11855	22925	34003	54491	53534
Farmácia	900	1671	2415	3267	5373
Geodesia e Topografia	1556	1447	1375	1830	1784
Formação Técnica em Geologia e Minas	94	223	398	437	603
Formação Técnica em Gestão Comercial e <i>Marketing</i>	7307	8564	10446	10689	11283
Formação Técnica em Hotelaria e Restauração	124	734	1096	1354	1526
Formação Técnica em Indústria das Pescas	137	110	202	304	531
Formação Técnica em Informação e Animação Turística	--	130	302	402	462
Instalação e Gestão de Redes e Sistemas Informáticos	855	883	1216	1433	1861
Formação Técnica em Produção Agrícola	3216	3346	3569	4018	4489
Formação Técnica em Prospecção e Perfuração de Poços	327	420	740	936	830
Formação Técnica em Refinação e Processamento de Petróleo	304	211	301	430	427
TOTAL	30631	46637	67977	94860	99920

FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO 2017.

De 2013 a 2016, para além do aumento do número de matriculados, assistiu-se também a um aumento do número de diplomados (de 5.820 em 2013, para 13.072 em 2016) nos domínios estratégicos de formação potencialmente deficitários com oferta. Em 2013, bem como em 2016, os domínios de “Formação Técnica em Enfermagem e Técnicas Auxiliares de Saúde”, “Formação Técnica em Gestão Comercial e Marketing” e “Formação Técnica em Produção Agrícola” eram os

que apresentavam um maior número de diplomados. Porém, no mesmo período verificou-se um ligeiro decréscimo do número de diplomados nos seguintes domínios: “Geodesia e Topografia”, “Formação Técnica em Indústria das Pescas” e “Formação Técnica em Refinação e Processamento de Petróleo”. Importa referir que os domínios de “Formação Técnica em Informação e Animação Turística” e “Formação Técnica em Design e Moda” ainda não apresentaram diplomados.

Tabela 2.14 – Total de Diplomados nos Domínios Estratégicos de Formação Potencialmente Deficitários com Oferta, 2013-2016

Domínios Estratégicos de Formação	2013	2014	2015	2016
Análises Químicas e Microbiológicas	478	637	1211	2206
Formação Técnica em <i>Design</i> e Moda	--	--	--	--
Formação Técnica em Enfermagem e Técnicas Auxiliares de Saúde	2084	2586	4414	7349
Farmácia	26	61	367	499
Geodesia e Topografia	256	286	264	226
Formação Técnica em Geologia e Minas	29	22	29	71
Formação Técnica em Gestão Comercial e Marketing	1831	2090	1782	1393
Formação Técnica em Hotelaria e Restauração	--	3	9	3
Formação Técnica em Indústria das Pescas	29	14	59	23
Formação Técnica em Informação e Animação Turística	--	--	--	--
Instalação e Gestão de Redes e Sistemas Informáticos	211	196	258	231
Formação Técnica em Produção Agrícola	746	745	698	837
Formação Técnica em Prospecção e Perfuração de Poços	54	116	128	173
Formação Técnica em Refinação e Processamento de Petróleo	76	88	86	61
TOTAL	5820	6844	9305	13072

FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO 2017.

Taxas de Execução

Os domínios de “Formação Técnica em Enfermagem e Técnicas Auxiliares de Saúde”, “Geodesia e Topografia” e “Análises Químicas e Microbiológicas” são os que apresentaram as maiores taxas de execução. Contudo, os domínios de “Formação Técnica em Enfermagem e Técnicas Auxiliares de Saúde” e “Geodesia e Topografia” já ultrapassaram as necessidades de diplomados até 2020, apresentando taxas de

execução superiores a 100%. Por outro lado, existem domínios que se encontram longe de atingir essas metas, são eles: os domínios de “Formação Técnica em Geologia e Minas” (1%) e “Formação Técnica em Hotelaria e Restauração” (0,3%). Os domínios estratégicos de “Formação em Informação e Animação Turística” e “Formação em *Design* e Moda” não apresentam ainda taxas de execução.

Tabela 2.15 – Quadro Geral dos Domínios Estratégicos de Formação Potencialmente Deficitários com Oferta, 2013-2016

Domínios Estratégicos de Formação	Total Diplomados 2013-2016	Taxa de Execução	Metas 2010-2020 PNFQ
Análises Químicas e Microbiológicas	4532	65%	7000
Formação Técnica em Design e Moda	--	0%	1250
Formação Técnica em Enfermagem e Técnicas Auxiliares de Saúde	16433	205%	8000
Farmácia	953	27%	3500
Geodesia e Topografia	1032	121%	850
Formação Técnica em Geologia e Minas	151	1%	3750
Formação Técnica em Gestão Comercial e Marketing	7096	43%	16500
Formação Técnica em Hotelaria e Restauração	15	0.3%	4500
Formação Técnica em Indústria das Pescas	125	4%	3000
Formação Técnica em Informação e Animação Turística	--	0%	850
Instalação e Gestão de Redes e Sistemas Informáticos	896	29%	3000
Formação Técnica em Produção Agrícola	3026	17%	17500
Formação Técnica em Prospecção e Perfuração de Poços	471	27%	1750
Formação Técnica em Refinação e Processamento de Petróleo	311	26%	1200

FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO 2017.

2.2.4 Domínios Estratégicos de Formação Potencialmente Excedentários (Projecto 2.3)

Número e Distribuição Geográfica dos Cursos

Este subgrupo contém 5 domínios estimados como potencialmente excedentários em 2010, sendo desejável a redução da sua oferta formativa. No entanto, a rede de cursos respeitante a este projecto apresenta uma taxa de crescimento anual positiva em instituições de natureza pública e privada, tendo aumentado 48 cursos na rede pública e 100 na rede privada. A abertura de cursos neste período cobriu todos os domínios de formação, mas teve maior peso nas áreas de Contabilidade e Gestão e Informática que representam 38% e 42%, respectivamente, do total da oferta formativa. Relativamente à distribuição provincial, o domínio de Economia foi o que mais alargou a oferta no território nacional, estando já presente em dez províncias. Contabilidade e Gestão é o domínio presente no maior número de províncias (15), seguido de Informática.

Número de Matriculados e Diplomados

Entre 2013 e 2017, houve um aumento significativo do número de matriculados nos 5 domínios. Em 2013 encontravam-se matriculados 28.225 estudantes, tendo aumentado para 43.868 em 2017 (Tabela 2.16).

Quanto ao número de quadros médios diplomados, a Tabela 2.17 apresenta o total de quadros médios técnicos formados nos domínios estratégicos de formação potencialmente excedentários, de 2013 a 2016. Como se pode constatar houve um crescimento de diplomados nos domínios de “Desenho” e “Informática”. Todavia, tendo em conta o número de quadros médios que se encontram matriculados espera-se um aumento do número de quadros médios diplomados, em 2019. O ano de 2015 foi aquele em que se diplomaram um maior número de quadros médios técnicos.

Tabela 2.16 – Total de Matriculados nos Domínios Estratégicos de Formação Potencialmente Excedentários, 2013-2017

Domínios Estratégicos de Formação	2013	2014	2015	2016	2017
Contabilidade e Gestão	13015	16059	18971	19241	15053
Desenho	3232	3622	4432	4084	4616
Economia	18	319	954	2224	3742
Informática	9597	11827	15793	16078	17423
Telecomunicações	2363	2170	2718	2859	3034
TOTAL	28225	33997	42868	44486	43868

FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO 2017.

Tabela 2.17 – Total de Diplomados nos Domínios Estratégicos de Formação Potencialmente Excedentários, 2013-2016

Domínios Estratégicos de Formação	2013	2014	2015	2016
Contabilidade e Gestão	4124	4053	5655	4048
Desenho	675	650	775	853
Economia	--	--	--	--
Informática	2568	2735	2599	3105
Telecomunicações	667	638	455	392
TOTAL	8034	8076	9484	8398

FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO 2017.

Taxas de Execução

Entre 2013 a 2016, verifica-se que os domínios estratégicos de formação potencialmente excedentários, nomeadamente “Formação Técnica em Contabilidade e Gestão” (72%), “Formação Técnica em Desenho” (98%) e “Informática” (63%) apresentam taxas de execução acima dos 50% (Tabela 2.18).

Tabela 2.18 – Quadro Geral dos Domínios Estratégicos de Formação Potencialmente Excedentários, 2013-2016

Domínios Estratégicos de Formação	Total Diplomados 2013/2016	Taxa de Execução	Metas 2010-2020 PNFQ
Formação Técnica em Contabilidade e Gestão	17880	72%	25000
Formação Técnica em Desenho	2953	98%	3000
Formação Técnica em Economia	--	0%	7000
Informática	11007	63%	17500
Formação Técnica em Telecomunicações	2152	43%	5000

FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO 2017.

2.2.5 Domínios Estratégicos de Formação Tendencialmente em Equilíbrio (Projecto 2.3)

Número e Distribuição Geográfica dos Cursos

Neste subgrupo, a Construção Civil (25%), a Energia e Instalações Eléctricas (47%) e a Mecânica (47%) são os domínios com maior número de cursos, num total de 167 em 2016. Neste contexto, a oferta formativa tem-se expandido, mas de forma mais moderada quando comparando com os projectos anteriores, com uma taxa de crescimento de 50%, entre 2010 e 2016. A distribuição entre províncias não sofreu grandes alterações, a maior regista-se com a abertura de cursos em Construção Civil e Energia e Instalações Eléctricas na província do Zaire.

Matriculados e Diplomados

Entre 2013 e 2017, o número de matriculados nos domínios tendencialmente em equilíbrio registou um crescimento, sendo que em 2013 encontravam-se matriculados 27.143 estudantes e em 2017 registaram-se 37.202 estudantes. De referir que durante este período, 2016 foi o ano em que se matricularam mais estudantes (39.232). Desde 2013 que os domínios de “Energia e Instalações Eléctricas” e “Mecânica” são os que apresentam um maior número de matriculados.

Entre 2013 e 2016 diplomaram-se 23.681 quadros médios técnicos. Os domínios que apresentam um maior número de diplomados são os mesmos quer em 2013 quer em 2016 (Tabela 2.20).

Tabela 2.19 – Total de Matriculados nos Domínios Estratégicos de Formação Tendencialmente em Equilíbrio, 2013-2017

Domínios Estratégicos de Formação	2013	2014	2015	2016	2017
Construção Civil	3971	4495	5466	5914	5881
Electrónica	1823	2384	2137	2961	2178
Energia e Instalações Eléctricas	9758	10327	12128	15047	14489
Estatística	1408	1449	1466	1474	1811
Mecânica	8552	8784	10118	11211	10373
Metalomecânica	1631	1535	2293	2625	2470
TOTAL	27143	28974	33608	39232	37202

FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO 2017.

Tabela 2.20 – Total de Diplomados nos Domínios Estratégicos de Formação Tendencialmente em Equilíbrio, 2013-2016

Domínios Estratégicos de Formação	2013	2014	2015	2016
Construção Civil	915	874	679	874
Electrónica	418	650	416	207
Energia e Instalações Eléctricas	2045	2259	1919	2088
Estatística	245	271	224	286
Mecânica	1890	2317	1997	1689
Metalomecânica	329	395	342	352
TOTAL	5842	6766	5577	5496

FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO 2017.

Taxas de Execução

No que se refere às taxas de execução, verifica-se que o domínio de “Estatística” (187%) já ultrapassou a meta estabelecida no PNFQ, sendo que os restantes apresentam taxas de execução abaixo dos 40%.

Tabela 2.21 – Quadro Geral dos Domínios Estratégicos de Formação Tendencialmente em Equilíbrio, 2013-2016

Domínios Estratégicos de Formação	Total Diplomados 2013/2016	Taxa de Execução	Metas 2010-2020 PNFQ
Formação Técnica em Construção Civil	3342	26%	13000
Electrónica	1691	21%	8000
Energia e Instalações Eléctricas	8311	33%	25000
Estatística	1026	187%	550
Mecânica	7893	23%	35000
Formação Técnica em Metalomecânica	1418	24%	6000

FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO 2017.

2.3 MEDIDAS DE REGULAÇÃO E GARANTIA DA QUALIDADE DA OFERTA DE FORMAÇÃO DE QUADROS SUPERIORES

Elaboração e revisão dos Planos de Estudo
O PNFQ introduziu a necessidade de criação de oferta em domínios estratégicos de formação inexistentes e para os quais foram identificadas necessidades de quadros no mercado de trabalho. Assim, foram elaborados 24 Dossiers de Curso, em novos domínios de formação, encontrando-se os mesmos em fase de finalização, envolvendo a recolha de contributos das escolas médias técnicas e de parceiros do sector empresarial e associações profissionais. Paralelamente, foram revistos e actualizados 26 Dossiers de Cursos em domínios de formação com oferta já existente em 2010, contemplando agora a 13ª classe dedicada à **realização de estágio profissional supervisionado**. Estão a ser revistos e actualizados 7 Dossiers de Cursos na área de Administração e Serviços. Foram, também, elaborados os Dossiers dos Cursos nos domínios de “Distribuição e Operações Logísticas”, “Tratamento e aproveitamento de resíduos” e “Cui-

dados Veterinários e Sanidade Animal”. Estão, igualmente, a ser elaborados os Dossiers dos Cursos nos domínios com oferta actualmente inexistente, cujo arranque está previsto para 2018: “Formação Técnica Têxtil, “ Sistemas de Informação Geográfica”, “Organização de Eventos” e “Turismo Ambiental e Rural”.

Desenvolvimento da Base de Dados da Oferta Formativa do Ensino Técnico-Profissional

Visando a constituição de uma Base de Dados da Oferta Formativa (BDOF) do ensino técnico-profissional, a Direcção Nacional do Ensino Técnico Profissional (DNETP) desencadeou, junto das escolas, públicas e privadas, um processo de recolha, verificação e validação de dados da oferta formativa nos anos de 2010 a 2017 (cursos oferecidos, data de início de funcionamento, respectivos matriculados, diplomados e aprovados por classe). Apesar de grande parte da informação ter sido recolhida, existem ainda alguns dados em falta, em particular no que diz respeito às instituições de ensino privadas. Existem algumas dificuldades na delimitação do universo das instituições privadas que oferecem cursos do ensi-

no técnico-profissional, na medida em que estas não solicitam previamente à DNETP a autorização para o funcionamento dos cursos. Adicionalmente, na maioria dos casos, as instituições privadas que oferecem cursos do ensino técnico-profissional oferecem também cursos de outros níveis e subsistemas de ensino, o que dificulta o acompanhamento da oferta por parte da DNETP. Entretanto, está em fase de conclusão a construção da Base de Dados da Oferta Formativa.

Elaboração de um Estudo-Piloto de Formação e Empregabilidade

Foi realizado um Estudo-Piloto de Formação e Empregabilidade, abrangendo os formados pelo ensino técnico-profissional em dois domínios de formação: “Energia e Instalações Eléctricas” e “Contabilidade” das Escolas do Ensino Técnico-Profissional de Lunda. O Estudo-Piloto teve como objectivos específicos a análise da adequação da oferta de formação às exigências do desempenho profissional e a identificação do grau de satisfação qualitativo da procura social de quadros face à oferta de técnicos médios. A sua realização permitiu identificar as eventuais necessidades de adequação dos conteúdos programáticos e das competências adquiridas durante a formação, às exigências de qualificações e desempenho do mercado de trabalho, nos dois domínios acima indicados. Foram abrangidos pelo Estudo cerca de 7.977 diplomados, dos anos de 2013, 2014 e 2015, de um total de 22 cursos do ensino técnico-profissional leccionados em 14 escolas públicas e 8 privadas, conforme Tabela 2.22:

Tabela 2.22 – Domínios e cursos abrangidos pelo Estudo de Formação e Empregabilidade

Domínios	Número de Cursos	
	Escolas Públicas	Escolas Privadas
Contabilidade e Contabilidade e Gestão	5	7
Energia e Instalações Eléctricas	9	1
TOTAL	14	8

FONTE: ESTUDO-PILOTO DE FORMAÇÃO E EMPREGABILIDADE (2017).

Desenvolvimento de um Sistema de Avaliação da Qualidade dos Cursos do Ensino Técnico-Profissional

O ajustamento da oferta do ensino técnico-profissional, em cada um dos domínios de formação, às exigências do mercado de trabalho, deverá contar com o suporte de um mecanismo de gestão da qualidade. Neste âmbito, está em curso o desenho de um Sistema de Avaliação da Qualidade dos Cursos do Ensino Técnico-Profissional que defina a metodologia, estabeleça os critérios e especifique os instrumentos de avaliação da qualidade dos cursos do ensino técnico-profissional. O desenvolvimento do referido Sistema é um dos resultados esperados do “Projecto de Apoio à Revitalização do Ensino Técnico e da Formação Profissional” (RETFOP), financiado pelo 11º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) da União Europeia.

Equipamentos e processos de formação prática

Foram apetrechados laboratórios (Química, Física e Informática) em vários Institutos Médios Politécnicos e formados técnicos nacionais para a sua manutenção. Foram realizados concursos públicos para a contratação de docentes expatriados de especialidade e para docentes nacionais, para cobrirem o défice das escolas. Foram assinados protocolos entre alguns Institutos e empresas do ramo, visando a formação dos seus formadores e de técnicos dessas empresas e a realização dos estágios curriculares supervisionados em contexto de trabalho.

Gestão da oferta formativa e articulação do MED com os organismos da Administração pública, central e local, escolas técnico-profissionais e associações empresariais e ordens profissionais

A gestão da qualidade da oferta do Ensino Técnico-Profissional vai além da articulação central/provincial pelo que envolve organismos da administração pública, central e local, responsáveis pela implementação de projectos estruturantes, das escolas do ensino técnico-profissional, bem como das associações empresariais e ordens profissionais.

Apesar de não estar ainda estabilizada a metodologia como esta articulação se deve traduzir nos processos anuais de programação e monitorização da oferta formativa, têm sido feitos esforços no sentido de promover o diálogo e a partilha de informação entre a DNETP e as referidas entidades:

→ Em 2015 foi realizado o primeiro Encontro do Ensino Técnico-Profissional com a presença de 319 participantes, entre eles: Membros do Conselho Directivo do MED; Directores Provinciais da Educação; Directores Municipais da Educação; Representantes de Ministérios dos Sectores Económicos, Transportes e Infra-Estruturas, Sociais e Institucionais; Directores e Subdirectores Pedagógicos das Escolas Técnicas Públicas e Privadas e Associações e Ordens Empresariais no sentido de promover uma maior articulação entre as instituições de ensino e o sector empresarial, nas diferentes fases do ciclo de gestão da oferta formativa, tendo em vista o reforço da capacidade do Ensino Técnico-Profissional para responder às necessidades, quantitativas e qualitativas, da procura de quadros médios. O encontro visou: auscultar as necessidades do mundo das empresas e do trabalho, sobre a formação média de técnicos angolanos; avaliar as propostas formativas do Ensino Técnico-Profissional; promover uma análise crítica das práticas de gestão do currículo nas Escolas do Ensino Técnico-Profissional, propondo alterações e boas práticas; apreciar as possibilidades de contratualização dos serviços de formação e proporcionar estágios profissionais aos alunos do Ensino Técnico Profissional.

→ Em 2015 e 2016 foram realizados encontros, no âmbito da programação da oferta formativa, com os Departamentos Ministeriais dos sectores económicos, sociais e institucionais responsáveis pela programação e implementação de projectos estruturantes, em particular nos mega-clusters prioritários: Ministério da Energia e Águas, Ministério da Indústria, Ministério da Geologia e Minas e Ministério das Pescas. Dos referidos encontros resultou a identificação de necessidades específicas de perfis de qualificação, de médio-prazo e de resposta conjunta às mesmas; definição de perfis de qualificação considerados prioritários para servirem de base à elaboração de Planos Curriculares e Programas nesses domínios, e/ou reorientar os existentes.

2.4 SÍNTESE: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

2.4.1 Conclusões

Domínios Estratégicos de Formação Potencialmente Deficitários Sem Oferta em 2010

Existem 8 domínios sem oferta actual, pelo que se concretizou menos de 2% da meta estabelecida, pelo PNQF, até 2020.

Domínios Estratégicos de Formação Potencialmente Deficitários Com Oferta em 2010

Verifica-se uma taxa de execução de 25% do total de quadros médio técnicos diplomados a alcançar até 2020 (72.600) distribuídos pelos 14 domínios de formação. No entanto, o domínio de *Design e Moda* só apresenta oferta na rede privada. As taxas de execução variam entre domínios: *Geodesia e Topografia* (95%), *Enfermagem e Técnicas da Saúde* (75%) e de *Gestão Comercial e Marketing* (33%). Por outro lado, existem domínios com baixas taxas de execução, tais como *Geologia e Minas* (2%) e *Indústria das Pescas* (3%). A Formação Técnica em Hotelaria e Restauração, Informação e Animação Turística e *Design e Moda* não apresentam diplomados neste período.

Domínios Estratégicos de Formação Potencialmente Excedentários

Contrariamente à redução desejada, verifica-se grande abertura de cursos, essencialmente nos domínios de Contabilidade e de Gestão e Informática, bem como um aumento de 2.837 quadros médios diplomados nas instituições de natureza pública, acompanhado de um aumento do número de matriculados em 2017.

Domínios Estratégicos de Formação Tendencialmente em Equilíbrio

A oferta formativa expandiu-se de forma mais moderada quando comparada com as situações anteriores, com uma taxa de crescimento, entre 2010 e 2016, de 50%. Ainda assim, registam-se quase 20.000 Diplomados desde 2013. Embora estas taxas de crescimento sejam estáveis no cenário geral, a variação de Matriculados na 10ª classe, no período em análise,

foi significativa para os domínios da Construção Civil (56%) e Energia e Instalações Eléctricas (30%).

Expansão da oferta de cursos técnico-profissionais pelas instituições privadas

Constatou-se um aumento significativo na oferta de cursos do ensino técnico-profissional por instituições privadas, cujo acompanhamento pela DNETP/MED tem sido um desafio. O arranque dos cursos pelas instituições de ensino privado, sem a aprovação prévia pelo MED, e a possibilidade de conjugação da oferta, por parte destas instituições, com outros níveis e subsistemas de ensino dificultam uma gestão coerente da oferta formativa pela DNETP, de acordo com as prioridades definidas.

Constrangimentos à Expansão da Oferta Formativa

Esta tem estado condicionada pela contratação de professores que, dados os constrangimentos financeiros, não tem sido possível assegurar.

Gestão da oferta formativa e articulação com os parceiros, escolas do ensino técnico-profissional e sector empresarial

Têm sido realizados esforços no sentido de envolver os parceiros, ao nível central e local, escolas do ensino técnico-profissional e representantes do mercado de trabalho, nas diferentes fases do ciclo de gestão da oferta formativa. No entanto, verifica-se a necessidade de tradução deste envolvimento e articulação nos processos de programação da oferta de formação, bem como dos meios necessários a mobilizar para a sua implementação e monitorização da execução dos mesmos.

Organização da informação sobre a oferta formativa do ensino técnico-profissional

Foi constituída uma Base de Dados da Oferta Formativa do ensino técnico-profissional, incluindo informação sobre cursos, matriculados e diplomados, no período compreendido entre 2010 e 2017. Não obstante as necessidades de melhoria da informação disponível, esta BDOF já constitui um repositório de informação fundamental e necessária para a programação e monitorização do desempenho da oferta formativa pelo ensino técnico-profissional.

Desenvolvimento e implementação de medidas para a melhoria da qualidade do ensino técnico-profissional

Neste âmbito, pode-se referir a realização do Estudo Piloto de Formação e Empregabilidade, que abrangeu os cursos nos domínios da “Contabilidade” e “Energia e Instalações Eléctricas” e o início da elaboração de um Sistema de Avaliação da qualidade dos cursos do ensino técnico-profissional.

2.4.2 Recomendações

Assegurar o Alargamento da Oferta Formativa nos Domínios de Formação Deficitária

Oito domínios de formação, de um total de 14, continuam sem oferta formativa face ao registado em 2010, bem como o domínio de *Design* e *Moda*, que continua com uma oferta deficitária forte.

Promover Ajustamentos na Oferta Formativa nos Domínios de Formação potencialmente Excedentária

Tendo em vista um equilíbrio entre a oferta e a procura, é impreterível ter em atenção a redução da oferta formativa nos domínios de formação potencialmente excedentária, com especial enfoque em Contabilidade e Gestão e Informática.

Implementar um Mecanismo de Programação e Gestão das Vagas a Oferecer

O processo e programação deve assentar na identificação do número desejável de vagas a oferecer em cada domínio de formação, mediante as respectivas necessidades nacionais e provinciais, e em função do qual devem ser definidos os recursos necessários a mobilizar para assegurar a qualidade da oferta. Assim sendo, a programação das vagas a oferecer tem que ser feita em articulação com as escolas do ensino técnico-profissional. A gestão da oferta formativa assente num mecanismo de programação das vagas a oferecer e monitorização das vagas preenchidas irá contribuir para uma mais eficiente alocação dos recursos disponíveis.

(1) Lei nº 2/11 de 14 de Janeiro

Implementar Mecanismos para Melhorar o Envolvimento do Sector Empresarial

Tendo em vista o constante ajustamento da oferta formativa do ensino técnico-profissional às necessidades do mercado de trabalho é fundamental assegurar o envolvimento (regular) do sector empresarial a vários níveis: identificação das necessidades quantitativas e qualitativas dos ajustamentos a implementar; elaboração e adequação dos Planos de Estudo e dos Programas; oferta e acompanhamento de estágios profissionais.

Promover o Reforço da Oferta Interna e incentivar o Estabelecimento de Parcerias

As parcerias público-privadas poderão constituir uma alternativa eficiente para maximização dos recursos disponíveis no reforço da formação interna, em particular nos domínios em que a mesma é ainda inexistente ou deficitária. Embora exista um diploma legal¹ que regula o estabelecimento de parcerias público-privadas, não existe nenhum instrumento que regule a sua aplicação ao contexto específico do ensino técnico-profissional, cuja componente prática em contexto de trabalho é fundamental para a obtenção do diploma. Importa referir, contudo, que a aplicação dos Contratos-Programa deverá basear-se no reconhecimento/certificação da competência da instituição de ensino, nacional ou estrangeira, no(s) domínio(s) de formação em causa.

Melhorar a Capacidade de Regulação da Oferta Privada

Dado o aumento substancial da oferta de cursos do ensino técnico-profissional pelas instituições privadas e as dificuldades no acompanhamento do mesmo pela DNETP, é fundamental identificar as medidas a tomar, de natureza legal e/ou metodológica, para uma melhor e mais eficiente regulação da oferta privada.

Assegurar a Articulação da Formação de Professores do Ensino Técnico-Profissional

A formação de professores para o II ciclo do ensino secundário, do qual faz parte o ensino técnico-profissional, cabe ao ensino superior. A formação de professores para o I ciclo do ensino secundário,

incluindo a formação profissional básica, cabe ao ensino secundário pedagógico, cuja gestão é da responsabilidade do Instituto Nacional de Formação de Quadros (INFQE). De acordo com o seu estatuto, cabe também ao INFQE, assegurar a formação dos professores que já se encontram em serviço no ensino primário, I e II ciclo do ensino secundário (geral, médio técnico e normal).

Implementar o Modelo Sequencial na Formação de Professores

As necessidades de formação de professores para as disciplinas técnicas, apesar de ainda não quantificadas são significativas, uma vez que não existe actualmente oferta, no ensino médio normal e no ensino superior pedagógico, para estas disciplinas. Na medida em que parece não fazer sentido criar cursos de formação inicial organizados segundo o modelo integrado para a docência nas disciplinas técnicas, a organização da oferta de formação para a docência nestas disciplinas deverá ser organizada, sobretudo, segundo o modelo sequencial. Assim sendo, para acesso à profissionalização pedagógica é necessário identificar os cursos, do ensino técnico-profissional e do ensino superior, não orientados para o ensino que asseguram a aquisição dos conhecimentos exigidos pelo ensino das respectivas disciplinas no ensino secundário.

Definir e Implementar o Sistema de Informação e Observação da Inserção dos Diplomados no Mercado de Trabalho

Para além da existência de informação fidedigna sobre a oferta formativa para a tomada de decisões de gestão do Ensino Técnico-Profissional, é fundamental a disponibilidade de informação sobre a integração dos diplomados no mercado de trabalho e a correspondência entre o perfil de qualificação e o perfil de desempenho. O Estatuto do Subsistema do Ensino Técnico-Profissional (Decreto-Lei n.º 90/04, de 3 de Dezembro) prevê a criação, em cada Escola do Ensino Técnico-Profissional, de um Gabinete de Inserção na Vida Activa (GIVA) que visa promover a ligação entre os diplomados e o mercado de trabalho de modo a agilizar a transição para a vida laboral e acompanhar o seu processo de inserção.

Estender a Aplicação de Estudos sobre Formação e Empregabilidade a outros Domínios de Formação e Províncias

Na sequência do Estudo-piloto sobre Formação e Empregabilidade, sugere-se, a médio-prazo, a sua gradual extensão a novos domínios de formação e a outras províncias. Para o efeito, importará ajustar a metodologia e os instrumentos de recolha de informação e trabalhar sobre as lições aprendidas no âmbito do Estudo-piloto.

A metodologia de implementação do Estudo-piloto procurou promover a crescente apropriação do processo por parte das estruturas competentes do Ministério da Educação. O referido Estudo pretendeu, igualmente, promover uma crescente sensibilização das próprias Escolas Médias Técnicas para a promoção de medidas de apoio e acompanhamento dos seus diplomados na procura de emprego e inserção no mercado de trabalho. É importante dar seguimento às dinâmicas criadas, continuando a trabalhar com os GIVA das várias instituições e com as direções nacionais do subsistema de ensino para que estas promovam, de forma sistemática, o apoio aos estudantes, bem como uma análise regular da adequação da oferta educativa às exigências do mercado de trabalho.

Com vista a um crescente ajustamento da oferta educativa às reais necessidades do mercado de trabalho, o Estudo-piloto procurou criar espaços de diálogo e concertação entre representantes do mercado de trabalho, (nomeadamente Ordens, Sindicatos e Associações empresariais) , e entre estes e as Escolas do Ensino Técnico-Profissional de Luanda. Dos encontros de reflexão resultaram pistas para a criação de iniciativas de promoção do ajustamento da oferta ao mercado de trabalho e de parceria entre instituições de ensino e entidades patronais, aprofundar e consolidar no futuro.

Assegurar o Acompanhamento e Avaliação dos Resultados do Programa de Acção 2 e o seu impacto no Stock Nacional de Quadros Médios

Recomenda-se, para este fim, a criação da Bolsa Nacional de Quadros prevista no PNFQ. •

I 03

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

para a Educação Pré-Escolar,
Ensino Primário, I e II Ciclos
do Ensino Secundário
e Docentes do Ensino Superior

3.1 ÂMBITO E OBJECTIVOS

Entre 2010 e 2017, a **rede de escolas públicas do ensino secundário pedagógico**, que assegura a cobertura nacional e o número de matriculados e de diplomados, em particular nos domínios da “Educação Pré-Escolar”, “Língua Inglesa”, “Língua Francesa”, “Educação Física” e da “Educação Visual e Plástica, aumentou de forma apreciável, mas o número de quadros médios docentes formados continua a ser insuficiente para cobrir as necessidades do sistema educativo.

No mesmo período, embora com maior incidência em 2013 e 2014, verificou-se um **aumento do número de cursos**. No total foram criados 110 cursos, 72% dos quais em escolas públicas. Foi no domínio do “Ensino Primário” que o alargamento da oferta de cursos foi mais significativo.

No **ensino secundário pedagógico**, verificou-se uma taxa de conclusão entre 50% e 60%, registando-se na maioria dos domínios uma tendência decrescente, embora as taxas de conclusão das escolas comparticipadas sejam superiores às apresentadas pelas escolas públicas.

Existem 33 IES, das quais 16 públicas e 17 privadas, que oferecem cursos de formação de quadros superiores docentes. A oferta pública do ensino superior pedagógico é, na sua maioria, assegurada pelas Escolas Superiores Pedagógicas (ESP) e Institutos Superiores de Ciências de Educação (ISCED), existentes em todas as Regiões Académicas e em todas as províncias, com exceção do Zaire, Malanje e Lunda Sul, nas quais a oferta de formação de quadros superiores docentes é assegurada por Institutos Superiores Politécnicos.

As Instituições do Ensino Superior Pedagógico (IESP) são as responsáveis pela oferta de formação de quadros superiores docentes para o II ciclo do ensino secundário, incluindo os formadores dos professores do I ciclo do ensino secundário, do ensino primário e educação pré-escolar.

Está em curso a elaboração, pelo MED, em colaboração com o MES, e com o apoio da UNICEF, da **Política de Formação de Professores**.

Foi elaborado o **Modelo de Formação Sequencial** de quadros médios docentes para o Pré -Escolar, Ensino Primário e I ciclo do Ensino Secundário.

Relativamente à evolução da **oferta do ensino superior pedagógico**, regista-se um alargamento, mas uma reduzida diversidade de domínios, acompanhada de um crescimento do número de matriculados e do número de diplomados (duas vezes mais diplomados), que decorre da expansão do ensino superior. No entanto, não existe ainda oferta para algumas disciplinas do II ciclo do Ensino Secundário Geral (Teoria e Prática do Design, Técnicas de Expressão Artística e História das Artes), bem como para todas as disciplinas da Componente Técnica, Tecnológica e Prática da Formação Técnico-Profissional.

Em relação à melhoria da qualidade do ensino, tanto ao nível do ensino secundário como ao nível do ensino superior pedagógico, estão a ser desenvolvidas e implementadas medidas, tais como o **sistema de avaliação da qualidade** dos cursos de formação inicial de docentes de nível médio, em fase de experiência-piloto, e a metodologia de avaliação e acreditação das instituições e cursos.

O presente capítulo incide sobre a evolução, em função da informação disponível, da:

→ **Oferta de formação inicial de quadros médios e superiores docentes, pelo Subsistema de Formação de Professores.** Compreende o Ensino Secundário Pedagógico, cuja gestão cabe ao MED, que forma professores para a Educação Pré-Escolar, Ensino Primário e I Ciclo do Ensino Secundário; e o Ensino Superior Pedagógico Graduado, que forma professores para o II Ciclo do Ensino Secundário, Geral, Médio Técnico e Secundário Pedagógico. O Ensino Secundário Pedagógico inclui ainda a oferta de formação avançada nas diferentes especialidades das Ciências da Educação, destinada sobretudo a formadores de professores, no ensino secundário pedagógico e docentes do ensino superior pedagógico. A gestão do sistema de ensino superior pedagógico, graduado e avançado, cabe ao MES.

→ **Oferta de formação superior avançada (Mestrados e Doutoramentos).** Destinada a docentes do ensino superior, abrangendo 43 domínios estratégicos identificados no PNFQ e outros. A gestão do subsistema do Ensino Superior, que inclui a formação avançada, é da responsabilidade do MES.

O PNFQ não define metas de professores formados em cursos de formação inicial ou contínua, da educação pré-escolar, ensino primário, I e II ciclos do ensino secundário (geral, médio técnico e secundário pedagógico). Contudo, orienta, para a criação e implementação de um Sistema de Informação sobre formação, recrutamento e carreira de professores que permita a identificação da oferta instalada de formação de professores, no ensino público e privado, por província e região académica, mas também da procura actual e futura de quadros docentes, para tornar possível a identificação das necessidades quantitativas de professores nos vários níveis e disciplinas de ensino e a subsequente definição de metas de formação inicial, organizada segundo o modelo integrado ou sequencial, e de formação em serviço, de professores de nível médio e superior, na educação pré-escolar, ensino primário e secundário (geral, médio técnico e secundário pedagógico).

O MED projectou para 2020 a formação de 12.807 professores para a classe de Iniciação e 54.812 professores para o Ensino Primário.

No que respeita à **formação avançada em Ciências da Educação** e em outros 43 domínios estratégicos, embora não sejam identificadas metas de formados para 2020, são definidas metas de impacto da oferta formativa de Mestres e Doutores, que estabelecem, para o conjunto dos domínios de formação e nas IES públicas e privadas de cada região académica, que existam 40% de mestres e 20% de doutores no pessoal docente do Ensino Superior.

3.2 FORMAÇÃO INICIAL DE QUADROS MÉDIOS E SUPERIORES DOCENTES

3.2.1 Evolução da oferta formativa do Ensino Secundário Pedagógico

Rede de instituições do Ensino Secundário Pedagógico

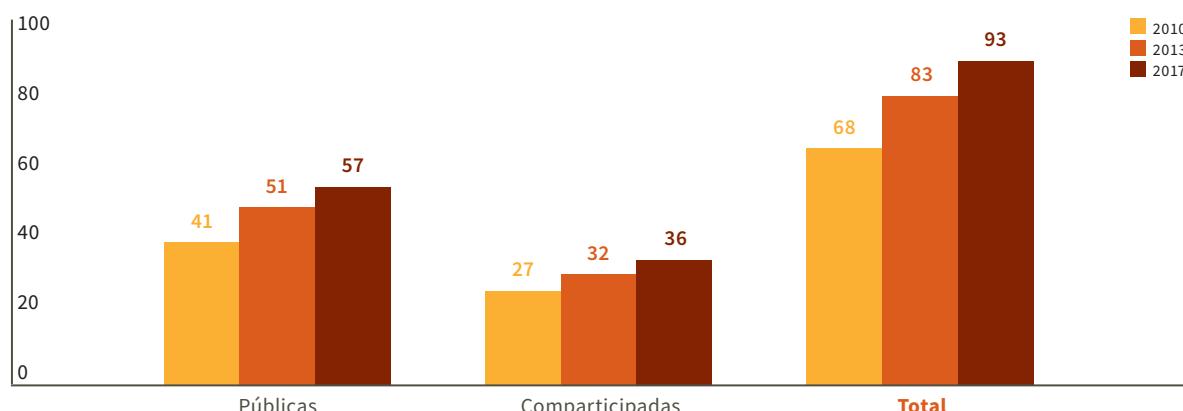
Em 2017, a rede de escolas do Ensino Secundário Pedagógico integrava **94 Estabelecimentos**, dos quais 60% públicos e 38% comparticipados, sendo que os primeiros abrangem cerca de 80% do total de matriculados. Entre 2010 e 2017, entraram em funcionamento **26 escolas** do ensino secundário pedagógico, 16 das quais públicas.

Entre as escolas comparticipadas, três estão vocacionadas, prioritariamente, para formar professores do ensino primário para as zonas rurais. Face a 2010, verificou-se um incremento de cerca de 40% e em relação a 2013 um aumento de 12% devido, sobretudo, ao aumento do número de escolas públicas. Em 2013, entrou em funcionamento a única escola privada que actualmente oferece cursos do Ensino Secundário Pedagógico. Uma parte considerável das novas escolas públicas funcionam em infra-estruturas já existentes, adaptadas para o efeito.

Evolução da distribuição provincial da Rede de Escolas

O aumento do número de escolas no ensino secundário pedagógico entre 2010 e 2017 foi mais elevado nas províncias de Benguela (5) e do Bié (4), onde se concentram actualmente 27% do total das escolas. Foi também mais significativo o aumento nas províncias do Cuanza Sul, Huambo e Lunda Sul, enquanto em Luanda o número de escolas permaneceu inalterado. No Uíge, só em 2017 abriu a primeira escola pública. A única escola privada existente entrou recentemente em funcionamento em Benguela (Tabela 3.3).

Gráfico 3.1 – Evolução do número de Escolas de Magistério



FONTE: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA OFERTA FORMATIVA – UTG/PNFQ

Tabela 3.1 – Número de Escolas de Magistério Primário 2013-2017

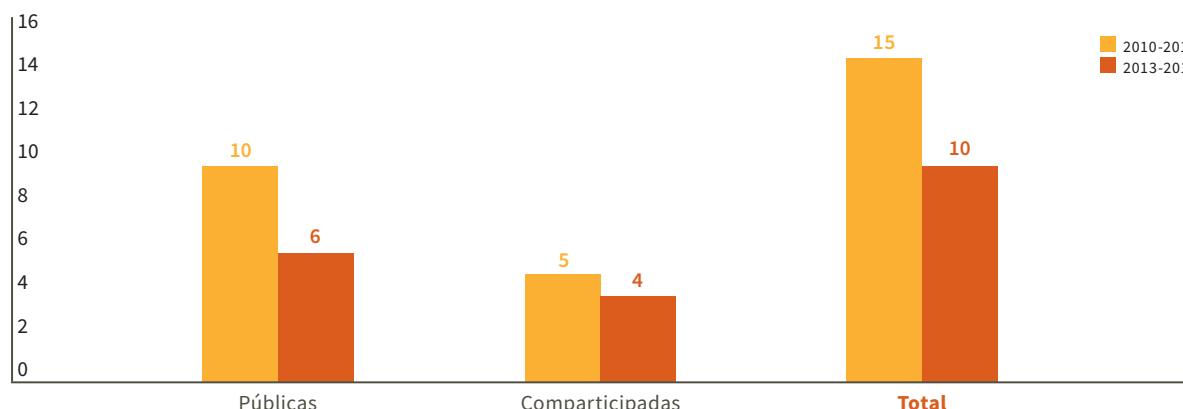
Natureza	2013	2017	TMCA
Comparticipadas	32	36	3,0
Privadas	1	1	0,0
Públicas	51	57	2,8
TOTAL	84	94	2,9

Tabela 3.2 – Peso das Escolas de Magistério Primário 2013-2017 (%)

Natureza	2013	2017
Comparticipadas	38,1	38,3
Privadas	1,2	1,1
Públicas	60,7	60,6
TOTAL	100	100

FONTE: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA OFERTA FORMATIVA – UTG/PNFQ

Gráfico 3.2 – Escolas do Ensino Secundário Pedagógico



FONTE: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA OFERTA FORMATIVA – UTG/PNFQ

Tabela 3.3 – Escolas de Magistério entre 2010-2017

Províncias	2010			2013				2017			
	Comp.	Público	Total	Comp.	Privado	Público	Total	Comp.	Privada	Público	Total
Bengo	1	1	2	1	---	1	2	1	---	1	2
Benguela	5	4	9	6	1	7	14	6	1	7	14
Bié	2	5	7	3	---	7	10	4	---	7	11
Cabinda	1	2	3	1	---	2	3	1	---	2	3
Cuando Cubango	---	1	1	1	---	1	2	1	---	1	2
Cuanza Norte (*)	2	2	4	2	---	3	5	2	---	3	5
Cuanza Sul	1	3	4	1	---	5	6	1	---	7	8
Cunene	1	2	3	1	---	2	3	1	---	2	3
Huambo	2	2	4	3	---	2	5	5	---	2	7
Huíla	2	2	4	2	---	2	4	2	---	2	4
Luanda	3	4	7	3	---	4	7	3	---	4	7
Lunda Norte	---	5	5	---	---	5	5	---	---	6	6
Lunda Sul	---	2	2	---	---	4	4	1	---	4	5
Malanje	2	1	3	3	---	1	4	3	---	2	5
Moxico	1	1	2	1	---	1	2	1	---	1	2
Namibe	1	2	3	1	---	2	3	1	---	3	4
Uíge	2	---	2	2	---	---	2	2	---	1	3
Zaire	1	2	3	1	---	2	3	1	---	2	3
TOTAL GERAL	27	41	68	32	1	51	84	36	1	57	94

FONTE: BASE DE DADOS DA OFERTA FORMATIVA / INFQE

(*) NO CUANZA NORTE, UMA DAS ESCOLAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PÚBLICA FUNCIONA NO IMP DE CAMBAMBE.

Domínios de formação

A oferta de formação inicial de quadros médios docentes abrange a “Educação Pré-Escolar” o “Ensino Primário” e nove especialidades para o I ciclo do Ensino Secundário: “Matemática/Física”; “Biologia/Química”; “História/Geografia”; “Língua Portuguesa/Educação Moral e Cívica (EMC)”; “Língua Inglesa/EMC”; “Língua Francesa/EMC”; “Educação Física”; “Educação Visual e Plástica (EVP)”; “EMC”. Importa referir que a oferta de formação de professores da educação pré-escolar e ensino primário começou mais recentemente a ser assegurada também no ensino superior pedagógico.

Aumento do número de cursos e de matriculados

Entre 2010 e 2017, embora com maior incidência em 2013 e 2014, verificou-se um aumento do número de cursos. No referido período foram criados 110 cursos, 72% dos quais em escolas públicas. Em consequência, o número de matriculados aumentou em 50%, sendo de 7% a taxa média anual de crescimento (Tabela 3.4).

Tabela 3.4 – Evolução do Número de Matriculados e de Diplomados no Ensino Secundário Pedagógico, por Ano

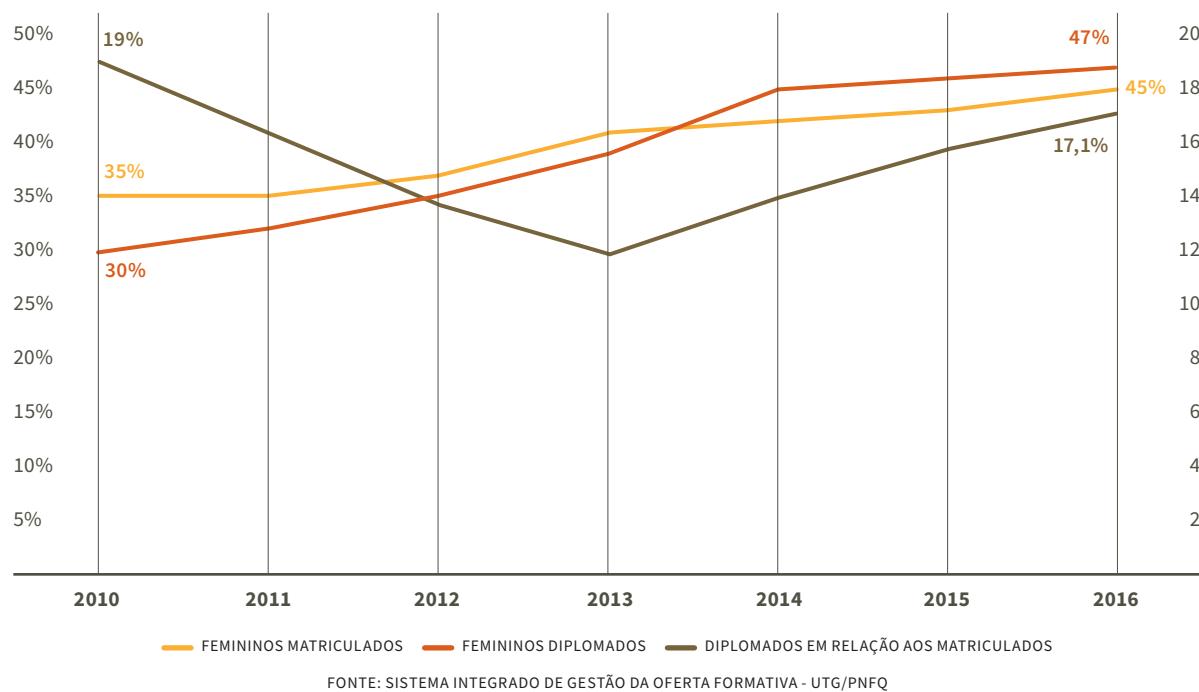
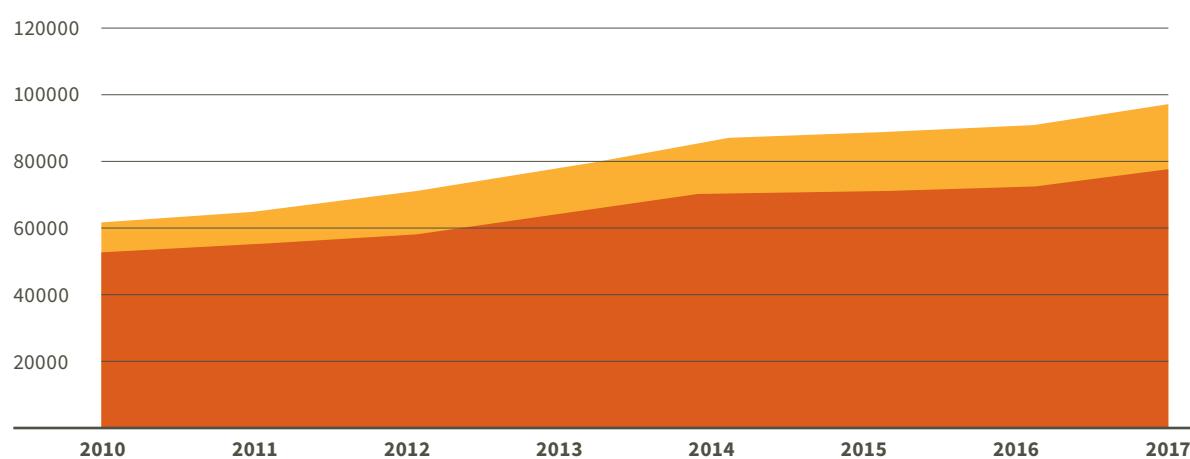
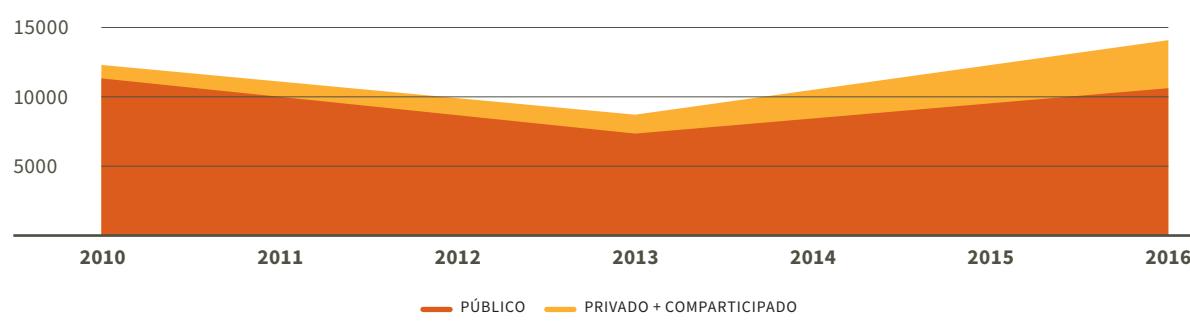
Ano	Total de Matriculados			Mulheres Matriculadas	
	Total	Público (%)	Comparticipado + Privado (%)	Público (%)	Comparticipado + Privado (%)
2010	60.635	85%	15%	45%	30%
2011	64.120	83%	17%	46%	32%
2012	69.870	82%	18%	44%	35%
2013	77.913	83%	17%	44%	39%
2014	85.381	81%	19%	43%	45%
2015	89.408	79%	21%	44%	46%
2016	90.328	80%	20%	45%	47%
2017	94.428	81%	19%	46%	47%

Ano	Total de Diplomados			Mulheres Diplomadas	
	Total	Público (%)	Comparticipado + Privado (%)	Público (%)	Comparticipado + Privado (%)
2010	11538	86%	14%	46%	35%
2011	10468	85%	15%	46%	35%
2012	9601	83%	17%	45%	37%
2013	9336	80%	20%	45%	41%
2014	11976	78%	22%	44%	42%
2015	14035	79%	21%	44%	43%
2016	15488	79%	21%	43%	45%

FONTE: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA OFERTA FORMATIVA – UTG/PNFQ

No ensino secundário pedagógico, constata-se que a proporção de Mulheres no total, quer dos matriculados quer dos diplomados, tem crescido de forma relativamente sustentável. Entre os matriculados as Mulheres aumentaram o seu peso em 17 pontos percentuais, enquanto nos diplomados aumentaram 10 pontos percentuais. Eventualmente, a entrada mais tardia das mulheres levou a uma menor performance do indicador.

Relativamente aos diplomados, constata-se que no período em análise a proporção entre os matriculados passou de 19% para 17%. O indicador apresenta uma evolução negativa mas consentânea com as actividades realizadas. Em 2014 e 2015 foram os anos em que mais cursos foram criados, por isso, espera-se que em 2018 o número de diplomados comece a crescer de forma mais significativa. Existe, no entanto, o risco da crise económica ter funcionado como um amortecedor desse impacto.

Gráfico 3.3 – Evolução da Proporção de Diplomados nos Matriculados e das Alunas no Total (%)**Gráfico 3.4 – Evolução do número de matriculados no Ensino Secundário Pedagógico 2010-2017****Gráfico 3.5 - Evolução do número de diplomados no Ensino Secundário Pedagógico 2010-2016**

Decréscimo do peso das escolas públicas

Em 2015 as escolas públicas formaram cerca de 80% dos quadros médios docentes. Contudo, o peso relativo do seu contributo decresceu ligeiramente face a 2010, ano em que representavam 86% (Tabela 3.4).

Crescimento da participação das mulheres nas escolas comparticipadas

Enquanto a percentagem do total de mulheres matriculadas e diplomadas pelas escolas públicas se tem mantido relativamente constante ao longo do período considerado (44%), verifica-se uma tendência crescente da representação das mulheres nas escolas comparticipadas (Tabela 3.4).

Variação positiva do número de matriculados em todas as províncias, com exceção da Huíla e do Namibe

Com exceção da Huíla e do Namibe, embora mais acentuado na primeira do que na segunda, o número de matriculados aumentou em todas as províncias entre 2010 e 2017. A maior taxa de crescimento registou-se nas províncias do Bié e Huambo, onde o peso relativo no total de matriculados passou de 5% e 7%, em 2010, para 9% e 13%, respectivamente, em 2017.

Variação positiva do número

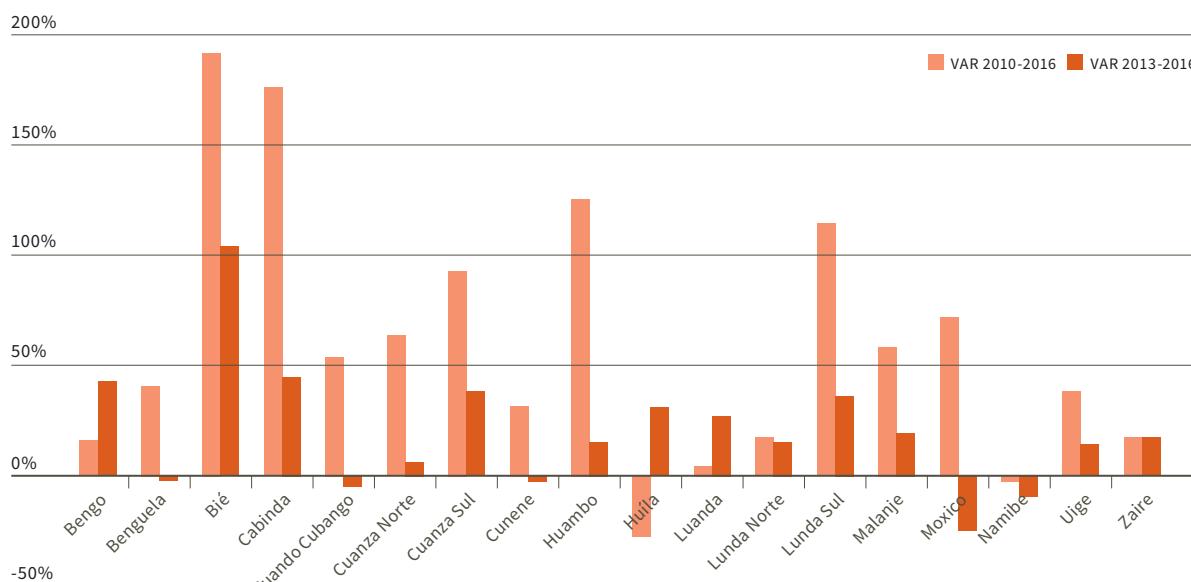
de diplomados na maioria das províncias

Embora o número de diplomados tenha aumentado na maioria das províncias, entre 2010 e 2016, verifica-se que nas províncias do Bengo, Huíla, Zaire, Luanda e Lunda Norte houve um decréscimo. A província que registou uma maior variação foi o Huambo. No Bié, ao contrário do Huambo, o número de diplomados não acompanhou o aumento do número de matriculados, o que poderá ser indício de uma reduzida taxa de aprovação.

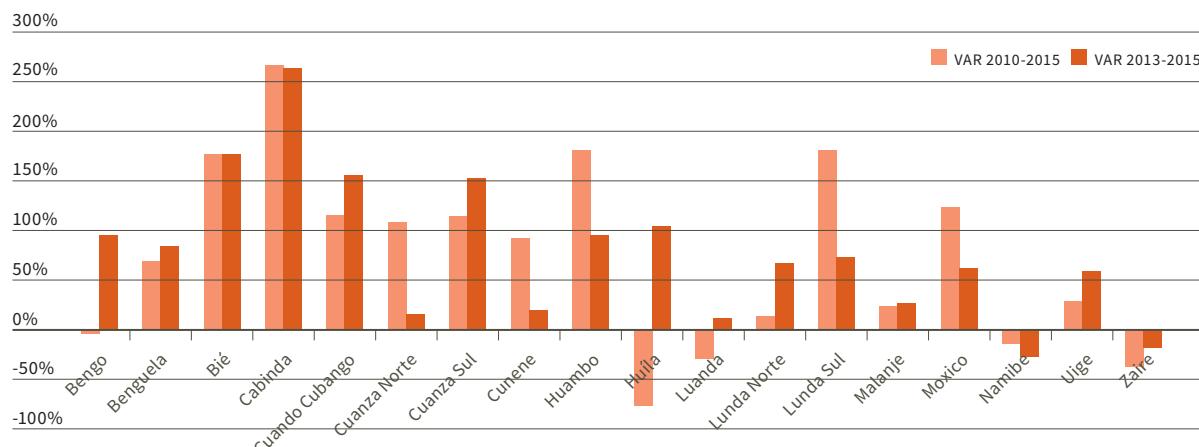
Evolução da oferta “Educação Pré-Escolar”

Até 2012, a oferta de formação em “Educação Pré-Escolar” pelo Ensino Secundário Pedagógico só era assegurada por Escolas comparticipadas e existia apenas em duas províncias - Luanda e Huambo. Em 2012, foi criada, no Namibe, oferta pública nesta especialidade, tendo sido progressivamente alargada, em anos subsequentes, a seis províncias: Cabinda e Cuanza Norte (2013); Huíla (2014); Luanda (2015); Moxico e Lunda Norte (2016). Com efeito, entre 2012 e 2016, a oferta de cursos de “Educação Pré-Escolar” mais do que duplicou (Gráfico 3.8), sendo, hoje, maioritariamente oferecida pelas escolas públicas.

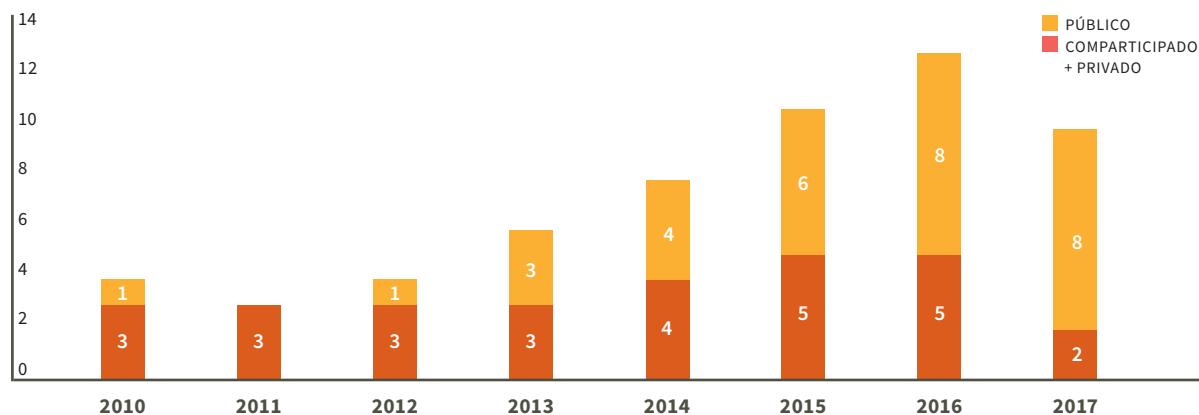
Gráfico 3.6 – Variação do número de Matriculados por província



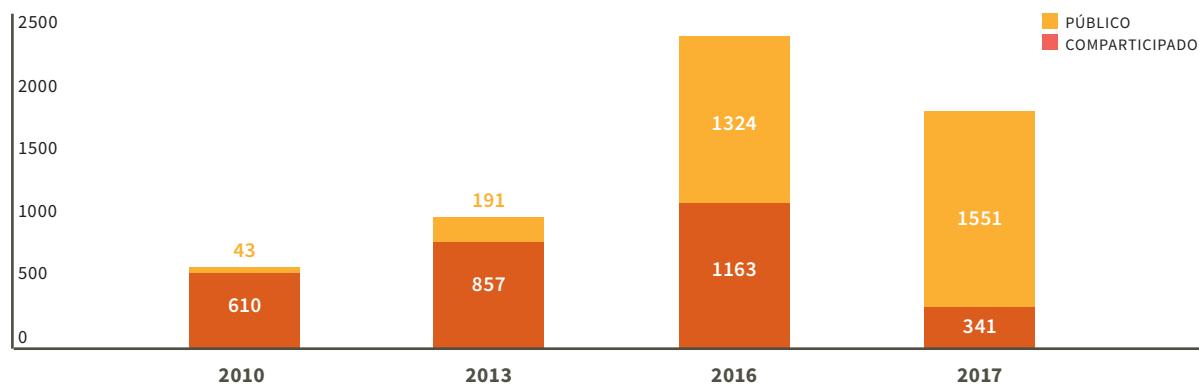
FONTE: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA OFERTA FORMATIVA – UTG/PNFQ

Gráfico 3.7 – Variação do número de Diplomados por província

FONTE: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA OFERTA FORMATIVA – UTG/PNFQ

Gráfico 3.8 – Evolução do número de cursos de Educação Pré-Escolar no Ensino Secundário Pedagógico até 2016

FONTE: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA OFERTA FORMATIVA – UTG/PNFQ

Gráfico 3.9 – Evolução do número de matriculados nos cursos de Educação Pré-Escolar, no Ensino Secundário Pedagógico

FONTE: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA OFERTA FORMATIVA – UTG/PNFQ

O número total de matriculados em cursos de educação pré-escolar aumentou entre 2010 e 2016, em particular devido ao aumento da oferta pública. Nas instituições comparticipadas constata-se que o número de matriculados neste domínio reduziu entre 2013 e 2017.

O número total de diplomados aumentou ligeiramente face a 2010. Em 2015 diplomaram-se os primeiros alunos do curso de Educação Pré-Escolar, criado em 2012, no Namibe, representando uma taxa de conclusão de 53%, taxa essa superior à constatada no ensino comparticipado no mesmo período (16%).

Aos matriculados em Educação Pré-Escolar pelo Ensino Secundário Pedagógico, acrescem os matriculados no ensino superior pedagógico neste domínio, que correspondem a cerca de 40% do total de matriculados em cursos neste domínio (Tabela 3.5).

Não obstante os esforços de alargamento, a oferta de Educação Pré-Escolar é ainda insuficiente, sendo inexistente, tanto ao nível médio como superior, em oito províncias (Tabela 3.6). Está também previsto, a partir de 2018, desde que reunidas as condições técnico-pedagógicas necessárias, o alargamento progressivo da oferta, no ensino secundário pedagógico, nas províncias onde a mesma é inexistente nos dois níveis de ensino. No entanto, a abertura dos referidos cursos está condicionada à existência e/ou possibilidade de contratação de especialistas em metodologias específicas de ensino da educação pré-escolar.

Tabela 3.5 – Cursos, matriculados e diplomados em “Educação Pré-Escolar” no ensino secundário e superior pedagógico

Domínios de formação	2013					2015				
	Ensino Superior Pedag.	Ensino Secundário Pedag.	Total	Ensino Superior Pedag.	Ensino Secundário Pedag.	Ensino Superior Pedag.	Ensino Secundário Pedag.	Total	Ensino Superior Pedag.	Ensino Secundário Pedag.
Educação Pré-Escolar										
Cursos	3	6	9	33%	67%	4	11	15	27%	73%
Matriculados	778	1048	1826	43%	57%	1011	1720	2731	37%	63%
Diplomados	2	110	112	2%	98%	101	175	276	37%	63%

FONTE: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA OFERTA FORMATIVA – UTG/PNFQ

Tabela 3.6 – Oferta para a Educação Pré-Escolar no ensino secundário e superior pedagógico, por província

Oferta no Ensino Secundário Pedagógico	Oferta no Ensino Superior Pedagógico	Oferta nos Ensinos Secundário e Superior Pedagógico	Sem oferta
Cabinda; Cuanza Norte; Huambo; Huíla; Moxico; Namibe	Uíge	Bié; Luanda; Lunda Norte	Bengo; Benguela; Cuando Cubango; Cuanza Sul; Cunene; Lunda Sul; Malanje; Zaire

FONTE: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA OFERTA FORMATIVA – UTG/PNFQ

Ensino Primário

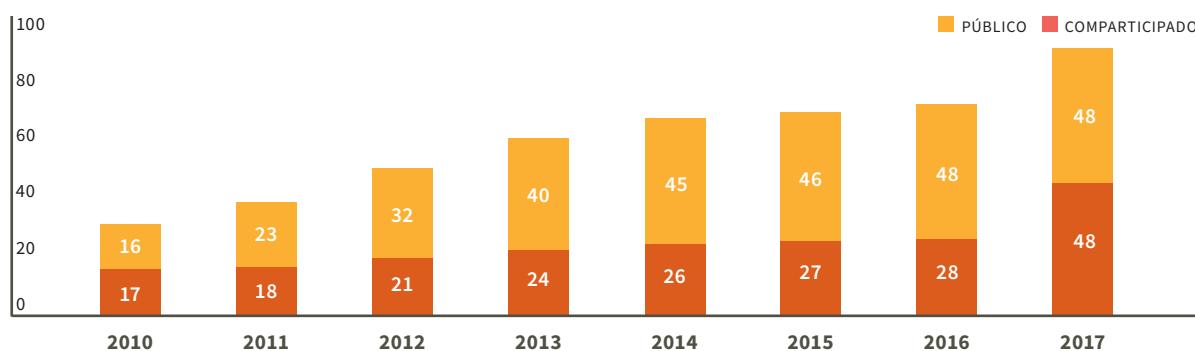
Foi no domínio do Ensino Primário que houve maior alargamento da oferta de cursos, o que é consistente com o aumento da rede de instituições, em particular entre 2010 e 2013. Se em 2010, esta oferta era maioritariamente assegurada por escolas comparticipadas, o cenário inverteu-se em 2016, com as escolas públicas a oferecerem cerca de 60% do total de cursos neste domínio (Gráfico 3.10). Aos 76 cursos oferecidos actualmente no Ensino Secundário Pedagógico, acrescem 31 cursos oferecidos, neste domínio, pelo Ensino Superior Pedagógico.

Em 2012 já existia oferta de formação para o Ensino Primário, pelo Ensino Secundário Pedagógico, em todas as províncias. No período em análise o número de cursos aumentou em todas as províncias. Entre 2010 e 2013, no Ensino Secundário Pedagógico, a va-

riação foi mais acentuada em Benguela e no Bié mas o aumento foi mais substancial na Lunda Norte (Tabela 3.7). No Ensino Secundário Pedagógico, a oferta de cursos aumentou em Luanda e em Benguela, em particular nas IES privadas. Em 2016, 45% da oferta interna, no Ensino Secundário e no Ensino Superior Pedagógico, está concentrada em Benguela, Lunda, Cuanza Sul e Bié. Em 2017, o número de cursos é idêntico ao que havia em 2016.

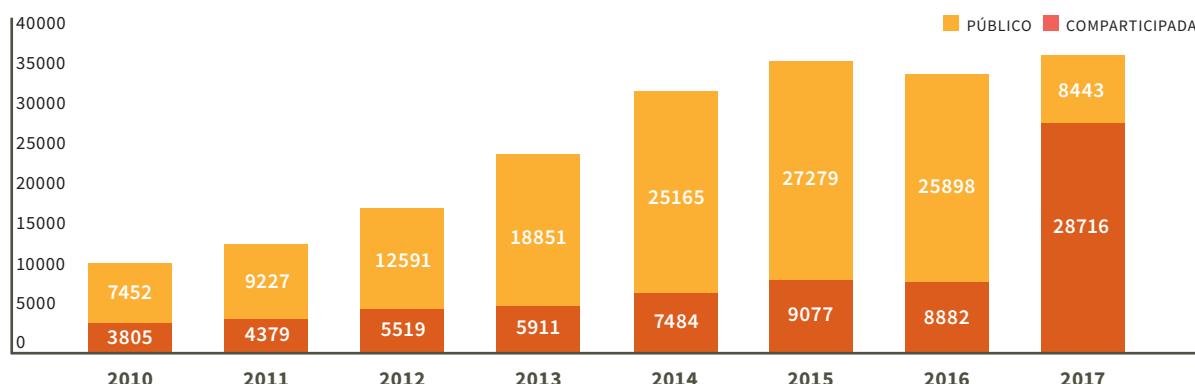
O número de matriculados em cursos do Ensino Primário mais do que triplicou entre 2010 e 2016, em resultado do substancial alargamento da oferta. O número de matriculados nas escolas públicas aumentou em 3,8 vezes, no referido período, o que corresponde a um crescimento médio anual de 25%, superior aos 15% registados nas escolas comparticipadas (Gráfico 3.11).

Gráfico 3.10 – Evolução do número de cursos de Ensino Primário no Ensino Secundário Pedagógico



FONTE: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA OFERTA FORMATIVA – UTG/PNFQ

Gráfico 3.11 – Evolução do número de Matriculados em Cursos do Ensino Primário no Ensino Secundário Pedagógico



FONTE: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA OFERTA FORMATIVA – UTG/PNFQ

Tabela 3.7 – Oferta de cursos de Ensino Primário, no Ensino Secundário e Superior Pedagógico, Por Província

Províncias	2010	2013			2017			Variação 2013/2017		
	Ensino Superior Pedag.	Ensino Secundário Pedag.	Ensino Superior Pedag.	Total	Ensino Secundário Pedag.	Ensino Superior Pedag.	Total	Ensino Secundário Pedag.	Ensino Superior Pedag.	Total
Bengo	2	2	1	3	2	1	3	0%	0%	0%
Benguela	3	11	3	14	11	4	15	0%	33%	7%
Bié	1	8	1	9	8	1	9	0%	0%	0%
Cabinda	2	3	1	4	3	1	4	0%	0%	0%
C. Cubango	1	2		2	2		2	0%	---	0%
C. Norte	2	3	1	4	4	1	5	33%	0%	25%
Cuanza Sul	4	6	2	8	8	2	10	33%	0%	25%
Cunene	1	2		2	3		3	50%	---	50%
Huambo	2	4	2	6	6	2	8	50%	0%	33%
Huíla	2	2	2	4	2	2	4	0%	0%	0%
Luanda	4	4	5	9	4	9	13	0%	80%	44%
Lunda Norte	---	1	2	3	5	2	7	400%	0%	133%
Lunda Sul	2	4	2	6	5	2	7	25%	0%	17%
Malanje	1	3	1	4	3	1	4	0%	0%	0%
Moxico	1	2		2	2		2	0%	---	0%
Namibe	1	2	1	3	3	1	4	50%	0%	33%
Uíge	1	2	1	3	2	1	3	0%	0%	0%
Zaire	3	3	1	4	3	1	4	0%	0%	0%
TOTAL	33	64	26	90	76	31	107	19%	19%	19%

FONTE: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA OFERTA FORMATIVA – UTG/PNFQ

(1) INCLUI CURSOS DE “CIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO” E “PEDAGOGIA” QUE TÊM O “ENSINO PRIMÁRIO” COMO OPÇÃO.

A mesma tendência observa-se na evolução do número de diplomados: triplicou nas escolas públicas e quase duplicou nas escolas comparticipadas (Gráfico 3.12). Nas escolas públicas, o número de diplomados aumentou bastante a partir de 2014, o que se deve ao aumento do número de matriculados. A taxa de conclusão (aproximada), em 2013, 2014 e 2015, dos alunos matriculados na 10ª classe em 2010, 2011 e 2012, nas escolas públicas e comparticipadas, regista um ligeiro aumento, apesar de ainda reduzida (inferior a 60%). São as escolas da Ajuda para o Desenvolvimento de Povo para Povo (ADPP) que apresentam uma taxa de conclusão superior a 90% (Tabela 3.8).

Embora o alargamento da oferta formativa (cursos, matriculados e diplomados) no domínio do ensino primário tenha sido mais significativo no Ensino Secundário Pedagógico, entre 2013 e 2015, a oferta neste domínio também aumentou no Ensino Superior Pedagógico (Tabela 3.9), verificando-se um aumento de 34% nos matriculados no Ensino Superior Pedagógico e de 52% no Ensino Secundário Pedagógico. Em relação aos diplomados, houve um aumento substancial (244% no Ensino Superior Pedagógico e 307% no Ensino Secundário Pedagógico).

Gráfico 3.12 – Evolução do número de Diplomados em Cursos do Ensino Primário no Ensino Secundário Pedagógico

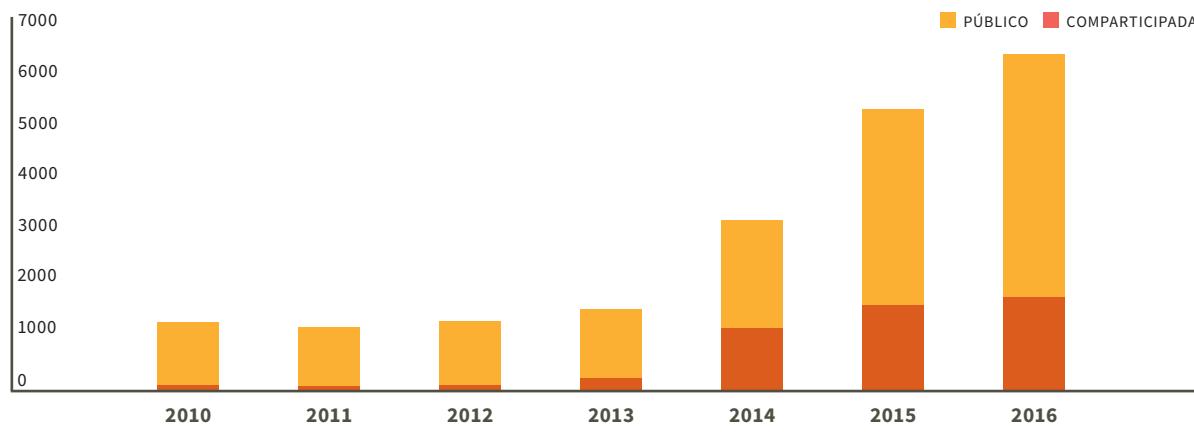


Tabela 3.8 – Taxa de conclusão dos cursos do Ensino Primário, por Ano

Escolas	Taxa de Conclusão			
	2013	2014	2015	2016
Pública	55%	51%	50%	51%
Comparticipadas (excluindo ADPP)	51%	47%	48%	53%
ADPP	100%	90%	10%	100%

FONTE: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA OFERTA FORMATIVA – UTG/PNFQ

Tabela 3.9 – Cursos, Matriculados e Diplomados em “Ensino Primário” no Ensino Secundário e Ensino Superior Pedagógico, por Ano

Ensino Superior Pedagógico					
Ano	Cursos	Matriculados	Var.	Diplomados	Var.
2013	26	11.582		184	
2015	31	14.589	34%	239	244%
2017	33	15.488		4.675*	
Ensino Secundário Pedagógico					
Ano	Cursos	Matriculados	Var.	Diplomados	Var.
2013	64	24.762		1.611	
2015	73	36.356	52%	3.826	307%
2017	76	37.687		6.558*	

FONTE: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA OFERTA FORMATIVA – UTG/PNFQ

(*) DIPLOMADOS EM 2016

Entre 2010 e 2015, o número de matriculados no Ensino Secundário Pedagógico aumentou em todas as províncias, tendo a variação sido superior nas províncias de Bié e Cunene, que registaram um maior aumento no número de cursos, e nas províncias da Lunda Sul, Huambo e Benguela.

No Ensino Superior Pedagógico, o maior aumento de matriculados registou-se em Luanda. Entre 2010 e 2016, com exceção de Bengo e Zaire, o número de diplomados aumentou em todas as províncias, em particular no Namibe e no Huambo. Contudo, foram as províncias de Benguela e Luanda que registaram o maior aumento do número de diplomados (Tabela 3.10).

Tabela 3.10 – Variação do número de matriculados e diplomados no “Ensino Primário”, por província, no Ensino Secundário e Superior Pedagógico

Província	Ensino Secundário Pedagógico				Ensino Superior Pedagógico	
	Matriculados		Diplomados		Matriculados	Diplomados
	2010/2017	2013/2017	2010/2016	2013/2016	2013/2017	2013/2016
Bengo	8%	36%	-35%	-6%	65%	---
Benguela	339%	54%	219%	126%	38%	632%
Bié	1154%	91%	349%	371%	73%	135%
Cabinda	264%	41%	61%	186%	-12%	-76%
 Cuando Cubango	60%	69%	28%	116%	---	---
Cuanza Norte	292%	-22%	158%	11%	43%	-55%
Cuanza Sul	174%	57%	120%	76%	-17%	---
Cunene	544%	352%	19%	0%		---
Huambo	393%	71%	316%	326%	-25%	-69%
Huíla	197%	-8%	648%	140%	74%	76%
Luanda	4%	26%	45%	52%	165%	326%
Lunda Norte	---	274%	---	---	-97%	---
Lunda Sul	414%	40%	---	161%	30%	n.d
Malanje	305%	71%	106%	96%	-35%	---
Moxico	283%	-25%	109%	125%	---	---
Namibe	97%	75%	770%	58%	51%	---
Uíge	42%	5%	29%	16%	43%	168%
Zaire	124%	30%	-48%	-61%	63%	---
TOTAL GERAL	237%	53%	148%	107%	26%	69%

■ CRESCIMENTO NEGATIVO ■ AUMENTO SUPERIOR A 100% ■ AUMENTO ENTRE 50% E 99% □ AUMENTO ENTRE 4% E 49%

FONTE: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA OFERTA FORMATIVA – UTG/PNFQ

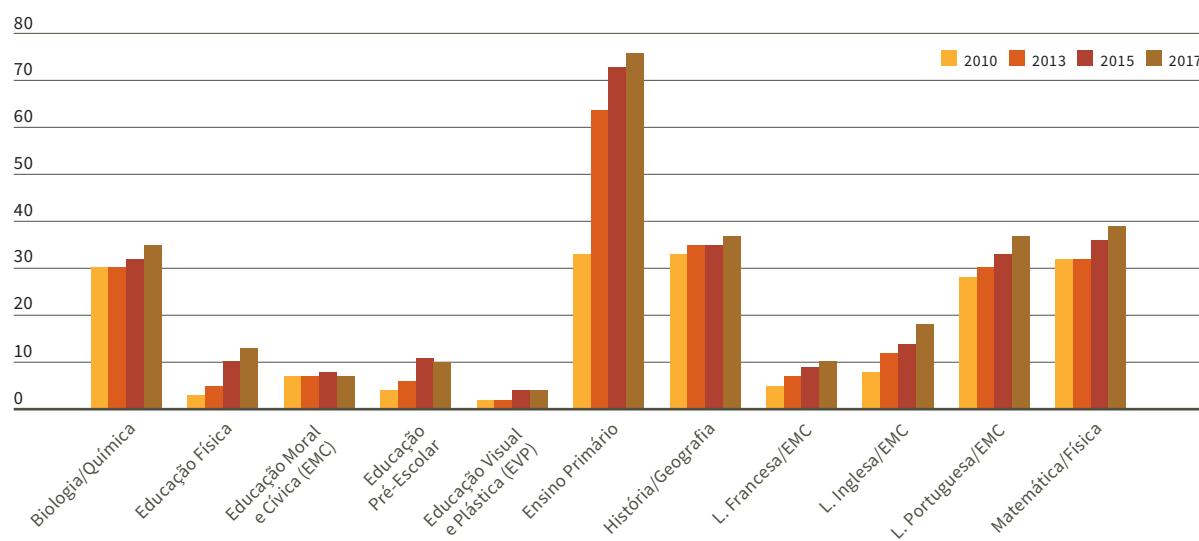
I Ciclo do Ensino Secundário

No que diz respeito à oferta de formação de professores para o I Ciclo do Ensino Secundário, o panorama, em 2017, não diverge do constatado em 2010: as escolas do Ensino Secundário Pedagógico públicas são os principais provedores de oferta nos domínios de formação de professores para o I Ciclo do Ensino Secundário, com excepção da oferta isolada de formação no domínio EMC, que existe exclusivamente em escolas católicas comparticipadas.

Matemática/Física

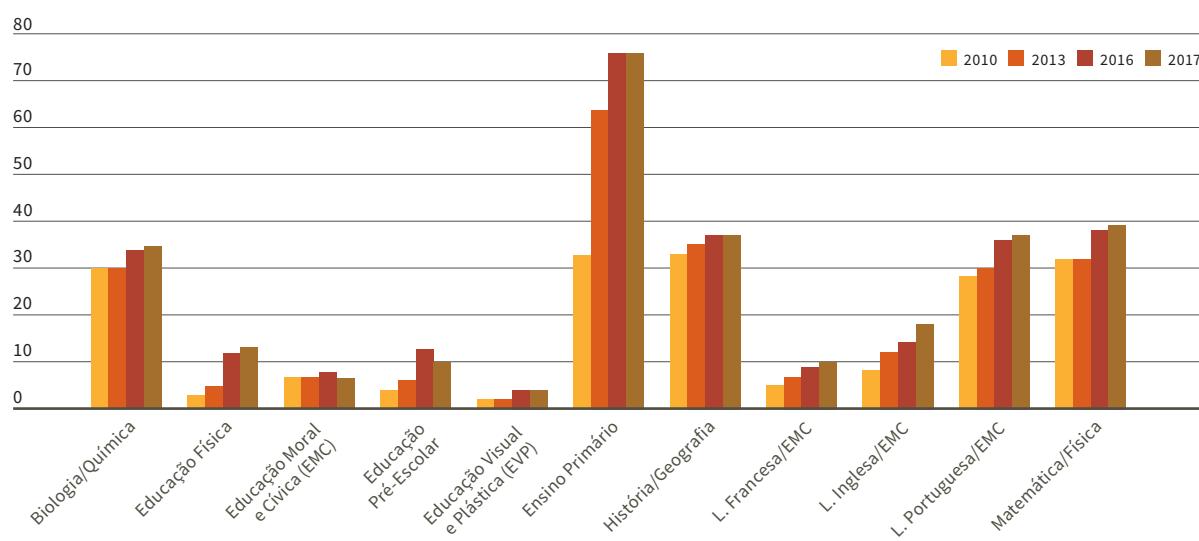
Em 2010 existia oferta neste domínio em todas as províncias. Embora o número de cursos tenha aumentado entre 2013 e 2016, com a criação de seis cursos, o mesmo não se reflectiu no número total de matriculados, que se manteve relativamente constante no período entre 2010 e 2016. Efectivamente, enquanto em nove províncias o número de matriculados diminuiu, no Bié, Cabinda e Cunene o aumento foi substancial.

Gráfico 3.13 – Evolução da Oferta nas especialidades do I Ciclo do Ensino Secundário



FONTE: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA OFERTA FORMATIVA – UTG/PNFQ

Gráfico 3.14 – Evolução do número de cursos por domínio de formação, entre 2010 e 2017



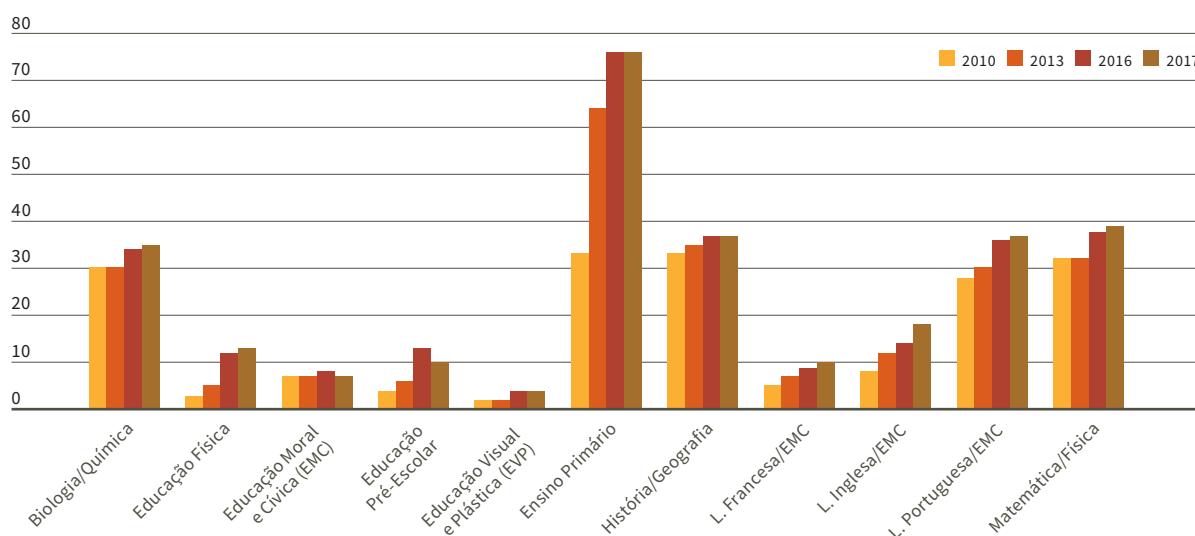
FONTE: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA OFERTA FORMATIVA – UTG/PNFQ

Biologia/Química

À semelhança do verificado na oferta de cursos anterior, o número de cursos de Biologia/Química, cuja oferta já era generalizada a todas as províncias em 2010, aumentou entre 2013 e 2016 com a criação de quatro novos cursos, na sua maioria em escolas públicas. O número total de matriculados aumentou, tal como o número de diplomados (Gráficos 3.15 e 3.16).

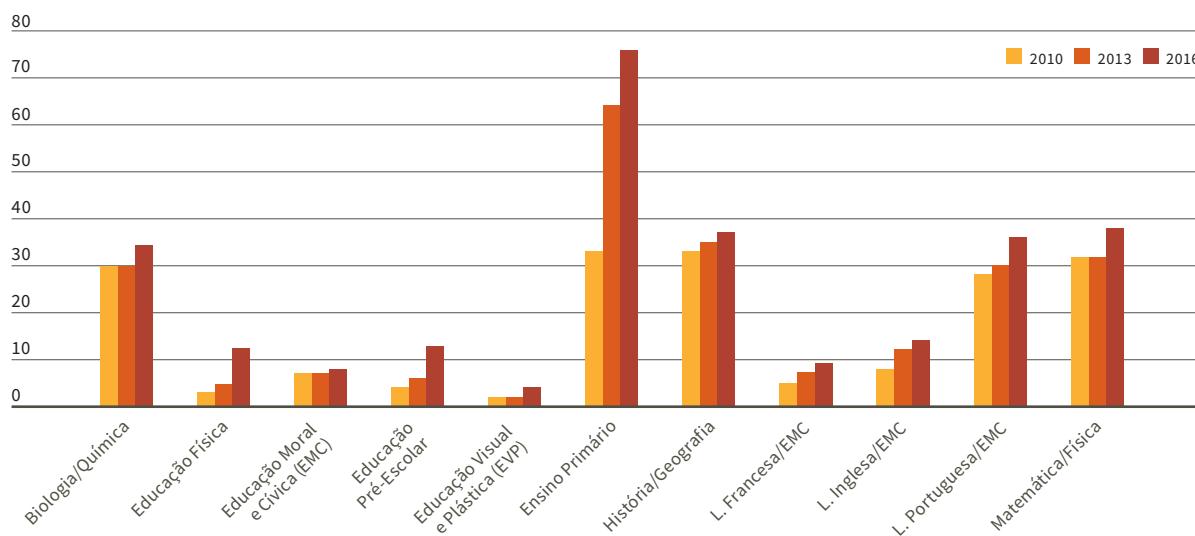
O número de diplomados tem vindo a aumentar conforme se constata no Gráfico 3.16, embora algumas províncias se tenha registado um decréscimo (Tabela 3.11). Assim, no Ensino Secundário Pedagógico, isso foi visível nas províncias de Bengo, Cunene e Zaire, enquanto no Ensino Superior Pedagógico se tenha verificado o mesmo comportamento nas províncias de Cabinda, Cuanza Norte e Huambo.

Gráfico 3.15 – Evolução do Número de Matriculados



FONTE: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA OFERTA FORMATIVA – UTG/PNFQ

Gráfico 3.16 – Evolução do número de diplomados por domínio de formação



FONTE: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA OFERTA FORMATIVA – UTG/PNFQ

História/Geografia

A oferta de cursos de História/Geografia, que já era generalizada a todas as províncias em 2010, tendo aumentado com a criação de oito novos cursos (um dos quais encerrou em 2012), na sua maioria em escolas públicas. O número de matriculados e diplomados aumentou entre 2010 e 2016 (Gráficos 3.15 e 3.16).

Língua Portuguesa/EMC

A oferta de cursos no domínio da Língua Portuguesa/EMC foi das que mais aumentou, tendo sido criados 15 cursos, na sua maioria em escolas públicas, dos quais 12 encontram-se em funcionamento. Em 2010, a oferta de cursos em Língua Portuguesa/EMC era inexistente nas províncias do Cuando Cubango e Cabinda, passando a existir em Cabinda a partir de 2016 e permanecendo a oferta ainda inexistente no Cuan- do Cubango. No global, o número de matriculados aumentou ligeiramente face ao registado em 2010. Apesar do decréscimo verificado em quatro proví- cias, este foi compensado pelo aumento acentuado nas províncias do Cuanza Norte, Moxico, Namibe e Zaire. Não obstante a ligeira diminuição do número de diplomados, estes mantiveram-se relativamente constantes (Gráficos 3.15 e 3.16).

Língua Francesa/EMC

O número de cursos oferecidos neste domínio au- mentou de 5 em 2010, para 9 em 2016, tendo como consequência a duplicação do número de matri- culados. O número de diplomados neste domínio manteve-se relativamente constante entre 2010 e 2016. No entanto, a oferta neste domínio permanece deficitária, sendo a mesma inexistente no Ensino Se- cundário e Superior Pedagógico em sete províncias (Bié, Cabinda, Cuando Cubango, Lunda Sul, Malanje, Moxico e Zaire).

Língua Inglesa/EMC

Embora superior à oferta de Língua Francesa, a oferta de cursos de Língua Inglesa é também deficitária. Du- rante o período em causa, foram criados seis cursos estando, actualmente, em funcionamento 14 cursos. O número de matriculados e diplomados duplicou, mas ainda é insuficiente para cobrir as necessidades da procura. A oferta de Língua Inglesa ainda é inexis- tente, tanto no ensino secundário como no ensino superior pedagógico, em cinco províncias (Benguela, Cuando Cubango, Lunda Sul, Malanje e Zaire).

Educação Física

É um dos domínios em que existe menos oferta de cursos, ao mesmo tempo é um dos domínios onde a oferta de cursos mais aumentou. Com efeito, en- quanto em 2010 existiam apenas três cursos, em 2016 a oferta subiu para 12 cursos, tendo este aumento sido reflectido no número de matriculados, que qua- druplicou. Embora o número de diplomados tenha aumentado, a sua variação foi menos acentuada (Tabela 3.11). Apesar dos esforços de alargamento da oferta de Educação Física, a mesma permanece inexistente no Ensino Secundário e Superior Peda- gógico em seis províncias (Bengo, Cuando Cubango, Cuanza Sul, Lunda Norte, Uíge e Zaire).

Educação Visual e Plástica

O aumento da oferta de cursos no domínio da EVP foi muito pouco significativo, sendo também aquele em que existe menos oferta. Em 2010 existiam 2 cursos em funcionamento, passando a existir 4 cursos em 2016, sendo ainda inexistente em 15 províncias (Ta- bela 3.11). Embora o número de matriculados tenha triplicado face a 2010, a capacidade de formação de quadros médios docentes neste domínio continua a ser muito reduzida. Com efeito, o número de diploma- dos em 2014 e 2015 foi inferior a 50 e em 2016 foi de 52.

Tabela 3.11 – Variação do número de matriculados e diplomados por província, segundo o domínio da oferta

Província	Mat/Física				Biologia/Química				História/ Geografia				Educação Física				Média 2010-2012	
	MAT		DIP		MAT		DIP		MAT		DIP		MAT		DIP			
	2010 2016	2013 2016	2010 2015	2013 2015	2010 2016	2013 2016	2010 2015	2013 2015	2010 2016	2013 2016	2010 2015	2013 2015	2010 2016	2013 2016	2010 2015	2013 2015		
Bengo	13%	76%	-59%	200%	39%	75%	-25%	81%	-5%	21%	-52%	4%						
Benguela	-30%	-51%	2%	18%	-53%	-45%	-31%	21%	-58%	-40%	-26%	17%	358%	30%	137%	166%	-	
Bié	188%	490%	-61%	11%	91%	97%	-14%	-29%	134%	51%	-4%	2%						
Cabinda	102%	-6%	59%	78%	42%	38%	-5%	-10%	38%	-7%	13%	-31%		187%				
C. Cubango	-1%	-18%	-12%	157%	45%	-23%	59%	121%	78%	-5%	116%	68%						
Cuanza Norte	4%	19%	-42%	-55%	13%	-2%	-49%	-78%	10%	-5%	-21%	-73%						
Cuanza Sul	-3%	-15%	7%	76%	-54%	-29%	-37%	35%	-68%	-61%	5%	89%						
Cunene	194%	68%	513%	88%	44%	7%	33%	3%	-26%	-46%	105%	6%						
Huambo	-17%	-24%	129%	138%	-21%	-28%	141%	97%	-18%	-33%	42%	-25%						
Huíla	-56%	37%	-87%	26%	-81%	-13%	-93%	-36%	-82%	48%	-95%	n.d.						
Luanda	5%	72%	-31%	4%	-34%	-9%	-33%	4%	-46%	-15%	-42%	0%	132%	120%	-54%	84%		
Lunda Norte	-10%	6%	-25%	3%	14%	12%	-11%	65%	-23%	-23%	-19%	12%						
Lunda Sul	64%	2%	105%	-17%	35%	49%	-78%	-76%	66%	41%	-1%	-33%						
Malanje	-45%	-33%	-22%	-41%	-3%	-2%	31%	-35%	-14%	-24%	-41%	-45%						
Moxico	26%	-31%	46%	-5%	179%	-28%		4%	-42%	-48%	-23%	-3%						
Namibe	-50%	-38%	-59%	-48%	-71%	-58%	-56%	-31%	-59%	-50%	-22%	11%	4%	-20%		-76%	168%	
Uíge	48%	26%	-48%	-41%	35%	6%	15%	4%	-3%	-10%	-5%	-5%						
Zaire	-28%	-7%	-84%	-82%	0%	21%	-79%	-74%	-12%	8%	-75%	-70%						
TOTAL	5%	5%	-28%	-8%	-12%	-7%	-39%	-15%	-18%	-18%	-38%	-14%	314%	153%	22%	77%	268%	1

EVP				EMC				L.Portuguesa/EMC				L.Francesa/EMC				L.Inglesa/EMC				
MAT		DIP		MAT		DIP		MAT		DIP		MAT		DIP		MAT		DIP		
0	2013	2010	2013	2010	2013	2010	2013	2010	2013	2010	2013	2010	2013	2010	2013	2010	2013	2010	2013	
6	2016	2015	2015	2016	2016	2015	2015	2016	2016	2015	2015	2016	2016	2015	2015	2016	2016	2015	2015	
%	-24%	46%	46%	-4%	-22%	-17%	-18%	2%	-7%	1829%	-7%	330%		213%	-8%	345%	939%			
						14%	40%	-67%	-82%						-100%		-100%			
						111%	4%	-8%	189%	74%	57%	16%								
										-54%	-38%	-46%	-10%							
										-51%	-58%	73%	53%							
						388%	204%	248%	23%	18%	-16%	154%	82%							
						11%	-3%	103%	16%	-54%	44%	-89%		187%	91%	-67%		122%	52%	
						-18%	-7%	28%	7%	-11%	-6%	12%	23%	101%	28%	191%	88%	73%	51%	
										16%	17%	-7%	18%							
										34%	-1%	70%	15%							
						233%	37%	98%	145%		-6%		-16%							
										575%	-19%		-15%							
%	-1%	-100%	401%	1%	79%	176%	11%			94%	-12%	-1%	-23%	-28%	20%	-15%		0%		
										32%	33%	-43%	29%					107%		
										181%	67%	-63%	-78%							
	16%		-12%	154%	49%	267%	24%	15%	-1%	-1%	-9%	113%	23%	21%	126%	128%	38%	84%	203%	

FONTE: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA OFERTA FORMATIVA – UTG/PNFQ

Taxas de Conclusão

As taxas (aproximadas) de conclusão dos cursos, pelos alunos matriculados na 10^a classe, entre 2010 e 2012, em todos os domínios de formação, têm vindo a diminuir, quer nas escolas comparticipadas como nas escolas públicas. Como resultado, a média dos diplomados em 2015 foi inferior a 50% em vários domínios (Tabela 3.11). De um modo geral, as taxas de conclusão no ensino comparticipado são superiores às do ensino público (Tabela 3.12).

3.2.2 Evolução da Oferta Formativa do Ensino Superior Pedagógico

Existem, actualmente, 33 IES, das quais 16 são públicas e 17 privadas (Tabela 3.13), que oferecem cursos de formação de quadros superiores docentes. A oferta pública do ensino superior pedagógico é, na sua maioria, assegurada pelas Escolas Superiores Pedagógicas e Institutos Superiores de Ciências de Educação, existentes em quase todas as Regiões Académicas e em quase todas as províncias, com excepção do Zaire, Malanje e Lunda Sul, nas quais a oferta de formação de quadros superiores docentes é assegurada por Institutos Superiores Politécnicos. As Regiões Académicas I, II e V concentram 73% das Instituições do Ensino Superior Pedagógico (Tabela 3.13).

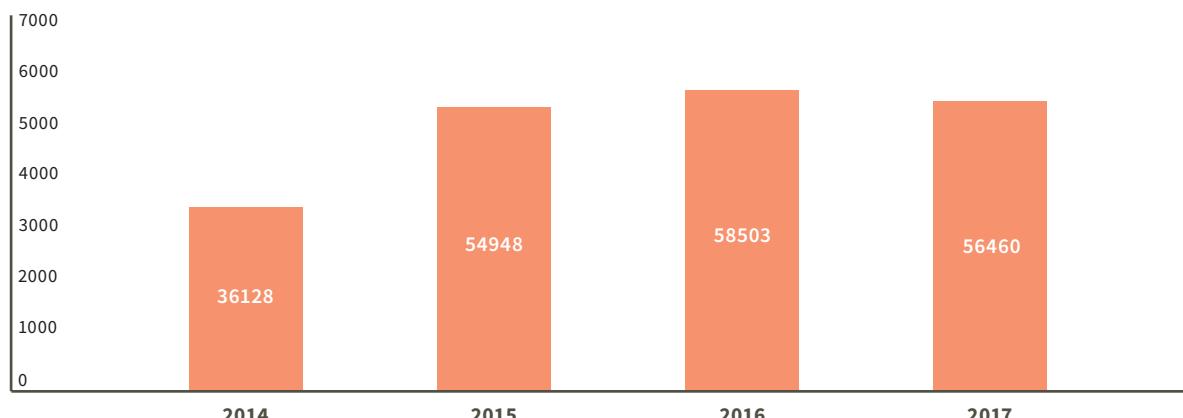
Domínios de Formação

As IESP são as responsáveis pela oferta de formação de quadros superiores docentes para o II ciclo do ensino secundário, incluindo os formadores dos professores do I ciclo do ensino secundário, do ensino primário e educação pré-escolar. A oferta de formação superior pedagógica para o II ciclo do ensino secundário abrange, actualmente, vinte domínios de formação. Existem, contudo, ainda diversas disciplinas do II ciclo do ensino secundário geral para as quais não há oferta de ensino superior pedagógico em nenhuma das Regiões Académicas (Teoria e Prática do Design, Técnicas de Expressão Artística e História das Artes), bem como para todas as disciplinas da componente Técnica, Tecnológica e Prática da Formação Técnico- Profissional.

Total de Matriculados e Diplomados

O número total de matriculados em 2017 apresenta um crescimento de 56% face a 2014. Registou-se um aumento do número de matriculados em quase todas as RA, com excepção das RA VI, V e VIII (Tabela 3.14). Entre um ano e outro, o peso relativo dos matriculados em IES privadas aumentou face ao total, passando de 15%, em 2013, para aproximadamente 27% em 2017 (Gráfico 3.17). As mulheres representam 57% do total de matriculados em cursos do ensino superior pedagógico oferecidos por IES privadas, o que é significativamente superior ao peso relativo das mulheres no total de matriculados nas IESP públicas.

Gráfico 3.17 – Número de Matriculados no Ensino Superior Pedagógico, entre 2014 e 2017



FONTE: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA OFERTA FORMATIVA – UTG/PNFQ

Tabela 3.12 – Taxas de conclusão de cursos entre 2010 e 2015

Domínios de formação	2010/2013			2011/2014			2012/2015		
	Comp.	Público	Total	Comp.	Público	Total	Comp.	Público	Total
Matemática/Física	68%	62%	63%	65%	46%	55%	63%	45%	50%
Biologia/Química	75%	72%	72%	53%	52%	66%	68%	44%	49%
História/Geografia	47%	68%	66%	50%	48%	56%	50%	48%	49%
L. Portuguesa/EMC	71%	64%	64%	67%	56%	65%	74%	48%	51%
L. Francesa/EMC		51%	51%		47%	74%		51%	73%
L. Inglesa/EMC		37%	32%		46%	66%	33%	54%	67%
Educação Física	33%	n.d	60%	46%	53%	n.d	56%	42%	46%
EVP		51%	51%		71%	98%		62%	33%
EMC	56%		56%	42%		61%	69%		47%
TOTAL GERAL	57%	66%	65%	50%	50%	62%	64%	47%	50%

FONTE: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA OFERTA FORMATIVA – UTG/PNFQ

Tabela 3.13 – Rede de oferta do ensino superior pedagógico em 2017

RA	Províncias	Número de Escolas				Total		IES Públcas	
		Privada	%	Pública	%	Nr	%	Escola Superior Pedagógica	ISCED
I	Luanda Bengo	11	73%	4	27%	15	45%	X	X
II	Benguela Cuanza Sul	3	75%	1	25%	4	12%		X (2)
III	Cabinda Zaire	---	---	1	100%	1	3%		X
IV	Lunda Norte Lunda Sul Malanje	---	---	2	100%	2	6%	X	
V	Bié Huambo Moxico	2	40%	3	60%	5	15%	X	X
VI	Huíla Namibe	1	33%	2	67%	3	9%	X	X
VII	Cuanza Norte Uíge	---	---	2	100%	2	6%	X	X
VIII	Cunene Cuando Cubango	---	---	1	100%	1	3%	X (2)	
TOTAL GERAL		17	52%	16	48%	33	100%	7	7

FONTE: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA OFERTA FORMATIVA – UTG/PNFQ

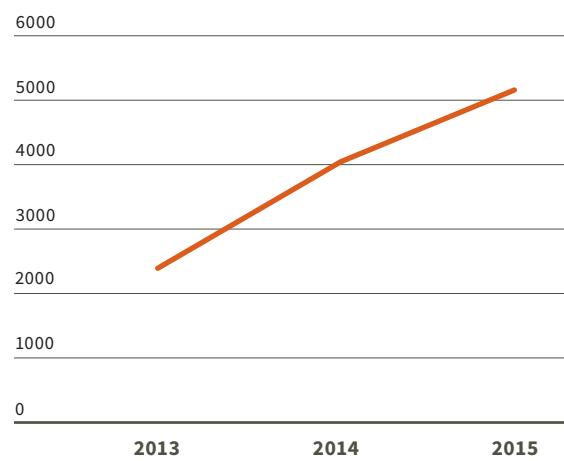
Tabela 3.14 – Rede de oferta do ensino superior pedagógico em 2015

RA	2013			2015			Variação 2013-2015	
	Cursos	Mat	Dip	Cursos	Mat	Dip	Mat	Dip
I	18%	11%	4%	20%	16%	10%	72%	413%
II	18%	19%	12%	17%	22%	16%	34%	164%
III	8%	9%	17%	7%	8%	5%	8%	-41%
IV	13%	11%	5%	11%	6%	9%	-34%	233%
V	15%	14%	19%	16%	11%	23%	-4%	156%
VI	13%	18%	21%	12%	17%	20%	11%	96%
VII	13%	19%	21%	14%	21%	14%	29%	33%
VIII	2%	19%	0%	4%	1%	3%	-91%	---
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%	18%	106%

FONTE: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA OFERTA FORMATIVA – UTG/PNFQ

O número de diplomados mais do que duplicou entre 2013 e 2015 (Gráfico 3.18), tendo efectivamente aumentado em quase todas as RA, com excepção da RA III (Tabela 3.14).

Oferta formativa por domínio de formação
O número de cursos oferecidos em 2015 cresceu em 12% face a 2013, resultado do aumento da oferta de cursos, maioritariamente, nas “Ciências da Educação” (5), em particular nas IESP privadas, no “Ensino da Biologia” (4) e nas “Ciências do Desporto e da Educação Física” (Tabela 3.15). O número total de matriculados aumentou na maioria dos domínios de formação. Contudo, registaram-se, decréscimos, ainda que pouco significativos, no “Ensino de Matemática”, “Ensino de Física”, “Ensino de Biologia” e “Ensino de Filosofia”. O número de diplomados aumentou em todos os domínios de formação.

Gráfico 3.18 – Evolução do número de diplomados no Ensino Superior Pedagógico

FONTE: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA OFERTA FORMATIVA – UTG/PNFQ

Tabela 3.15 – Domínios de oferta do Ensino Superior Pedagógico, segundo a natureza da oferta

Domínios de Formação	2013						2015						Taxa variação 2013-2015	
	Nr. Cursos			Total Matriculados	Total Diplomados	Nr. Cursos			Total Matriculados	Total Diplomados	Total Matriculados	Total Diplomados		
	Privada	Pública	Total			Privada	Pública	Total				Total Matriculados	Total Diplomados	
Ciências da Educação	9	11	20	10.048	560	14	11	25	12.610	1.018	25%	82%		
Educação Especial		2	2	84	10			3	683	51	713%	410%		
Ensino de Matemática		17	17	5.077	340			18	4.824	782	-5%	130%		
Ensino de Física		10	10	1.770	42			9	1.733	265	-2%	531%		
Ensino de Biologia	1	9	10	4.564	234	1	13	14	4.440	424	-3%	81%		
Ensino de Química		8	8	1.894	111			9	2.087	262	10%	136%		
Ensino de Geografia	1	9	10	3.261	177	1	9	10	3.348	552	3%	212%		
Ensino de História	2	8	10	4.233	165	2	9	11	5.191	349	23%	112%		
Ensino de Filosofia		3	3	1.059	n.d.			3	961	60	-9%			
Ensino de Sociologia	2	1	3	5.458	274	3	1	4	7.594	727	39%	165%		
Ensino de Psicologia	5	9	14	703	55	6	9	15	1.022	60	45%	9%		
Ensino de Língua Francesa		6	6	811	23			6	1.066	55	31%	139%		
Ensino de Língua Inglesa		8	8	1.488	38			8	1.772	71	19%	87%		
Ensino de Língua Portuguesa		9	9	3.145	183			9	3.707	246	18%	34%		
Ensino Língua Port. e Línguas Nacion.	2		2	270	0	2		2	316	4	17%			
Ensino Línguas e Literatura Africana		1	1	77	7			1	139	7	81%			
Gestão Escolar	1	1	2	277	0	1	1	2	520	1	88%			
Informática Educativa		1	1	324	22			1	279	33	-14%	50%		
Ciências Desporto e Educação Física	5		5	485	0	5	3	8	674	13	39%			
Educação Moral e Cívica	1		1	38	0	1		1	48	0	26%			
TOTAL GERAL	29	113	142	45.066	2.243	36	123	159	53.014	4.980	18%	122%		

FONTE: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA OFERTA FORMATIVA – UTG/PNFQ

Em 2015, as mulheres representam mais de 50% dos matriculados e diplomados nos domínios da “Educação Pré-Escolar”, “Ciências da Educação”, “Educação Especial”, “Ensino de Línguas Nacionais e Línguas Africanas” e “Ensino de Psicologia”. A participação feminina é inferior a 20% nos domínios do “Ensino de Física”, “Ensino de Matemática”, “Ensino de Língua Inglesa” e “Ensino de Língua Francesa”. Situação semelhante já se verificava em 2013 (Tabela 3.16).

É no domínio do Ensino de Matemática que existe uma maior cobertura provincial, sendo apenas inexistente na província do Cunene. Existe oferta de Ensino das Línguas Inglesa, Francesa e Portuguesa, Ensino de História e Ensino de Psicologia em quase todas as RA, com exceção da RA VIII. É precisamente a RA VIII que apresenta uma oferta menos diversificada, contrastando com as restantes RA (Tabela 3.17).

Tabela 3.16 – Matriculados e Diplomados, em 2013 e 2015, por domínio de formação

Domínios de formação	Matriculados				Variação 2013-2015	Diplomados				Variação 2013-2015		
	2013		2015			2013		2015				
	Total	% F	Total	% F		Total	% F	Total	% F			
Educação Pré-Escolar	2%	76%	2%	80%	30%	---	50%	2%	68%	4950%		
Ensino Primário	3%	54%	4%	57%	29%	8%	37%	4%	41%	30%		
Ciências da Educação	21%	57%	23%	59%	25%	23%	54%	19%	53%	82%		
Educação Especial	0%	44%	1%	69%	713%	0%	70%	1%	61%	410%		
Ensino de Biologia	10%	52%	8%	43%	-3%	10%	47%	8%	49%	81%		
Ensino de Filosofia	1%	23%	2%	19%	45%	2%	13%	1%	7%	9%		
Ensino de Física	4%	12%	3%	9%	-2%	2%	7%	5%	13%	531%		
Ensino de Geografia	7%	29%	6%	27%	3%	7%	33%	10%	30%	212%		
Ensino de História	9%	32%	9%	28%	23%	7%	27%	7%	36%	112%		
Ensino de Língua Francesa	2%	27%	2%	29%	31%	1%	30%	1%	16%	139%		
Ensino de Língua Inglesa	3%	18%	3%	14%	19%	2%	13%	1%	15%	87%		
Ensino de Língua Portuguesa	7%	35%	7%	34%	18%	8%	31%	5%	35%	34%		
Línguas Nac. e L. Africanas	1%	35%	1%	33%	31%	---	57%	0%	55%	57%		
Ensino de Matemática	11%	16%	9%	13%	-5%	14%	13%	15%	17%	130%		
Ensino de Psicologia	12%	49%	14%	53%	39%	11%	37%	14%	55%	165%		
Ensino de Química	4%	26%	4%	24%	10%	5%	24%	5%	24%	136%		
Ensino de Sociologia	2%	40%	2%	44%	-9%	0%	0%	1%	38%	2900%		
Informática Educativa	1%	22%	0%	23%	-14%	1%	45%	1%	15%	50%		
Ciências do Desp. Ed. Física	1%	25%	1%	20%	39%	---	---	0%	38%	---		
Outros	1%	37%	1%	40%	80%	---	---	0%	0%	---		
TOTAL GERAL	100%	39%	100%	40%	18%	100%	35%	100%	38%	119%		

FONTE: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA OFERTA FORMATIVA – UTG/PNFQ

Tabela 3.17 – Domínios de oferta do Ensino Superior Pedagógico, segundo a Região Académica (2016)

Domínios de Formação	I Bengo	II Luanda	III Benguela	IV C. Sul	V Cábinda	VI Zaire	VII L. Norte	VIII Lunda Sul	VII Malanje	VIII Bié	VII Huambo	VIII Moxico	VII Huíla	VIII Namibe	VII C. Norte	VIII Uíge	VII C. Cubango	VIII Cunene	% TOTAL	
Educação Pré-Escolar																				2
Ensino Primário																				4
Ciências da Educação																				14
Educação Especial																				2
Biologia																				8
Filosofia																				2
Física																				5
Geografia																				6
História																				7
L. Francesa																				4
L. Inglesa																				5
Língua Portuguesa																				5
Língua e Lit. Africana																				2
Matemática																				11
Psicologia																				8
Química																				5
Sociologia																				2
Desporto e Ed. Física																				5
Informática Educativa																				1
Gestão Escolar																				2
EMC																				1
% Província/RA	15	85	79	21	50	50	60	23	17	35	50	15	71	29	35	65	67	33	---	
% RA/Total cursos	3	17	13	4	4	4	6	2	2	5	8	2	9	4	5	9	2	1	100	

FONTE: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA OFERTA FORMATIVA – UTG/PNFQ

3.3 MEDIDAS DE REGULAÇÃO DA QUALIDADE DA OFERTA DE FORMAÇÃO INICIAL DE QUADROS MÉDIOS E SUPERIORES DOCENTES

Elaboração da Política de Formação de Professores para a Educação Pré-escolar, Ensino Primário e I Ciclo do Ensino Secundário

Foi elaborada, pelo MED, em colaboração com o MES e com o apoio da UNICEF, a Política de Formação de Professores que visa contribuir para a melhoria da qualidade do desempenho dos professores nos estabelecimentos de educação pré-escolar, ensino primário e I ciclo do ensino secundário e, consequentemente, da qualidade da aprendizagem dos alunos. A Política comprehende um conjunto de orientações estratégicas para uma resposta articulada, entre os níveis central e local, aos estrangulamentos da formação inicial dos professores para a educação pré-escolar, ensino primário, I ciclo do ensino secundário e dos seus formadores e da formação em serviço dos professores na educação pré-escolar, ensino primário e secundário. Está prevista a elaboração e revisão dos instrumentos legais necessários à sua implementação.

Esta Política foi enviada ao MES para concertação das questões atinentes à formação de professores a esse nível e elaborado o esboço de Supervisão Pedagógica com o apoio da Embaixada Francesa.

Desenho e implementação de um Sistema de Avaliação da Qualidade dos Cursos de Formação Inicial do Ensino Médio Normal

No início de 2015 foi aprovado o novo Estatuto do INFQE², integrando na sua estrutura um “Departamento de Gestão da Formação e Controlo da Qualidade”, responsável pelo acompanhamento e avaliação da execução dos programas de formação inicial pelas Escolas de Magistério. Nesse ano foi elaborada uma proposta de desenho do Sistema de Avaliação da Qualidade dos cursos de formação inicial do ensino médio normal, compreendendo o Regulamento e os Guiões de Avaliação, interna e externa. Em 2016 foi realizada uma Experiência-Piloto de avaliação, inter-

na e externa, da qualidade de cursos de formação inicial do ensino secundário pedagógico com o objectivo de testar os guiões de avaliação e o seu eventual ajustamento, tendo em vista a superação de dificuldades na sua aplicação e utilização enquanto instrumentos de gestão e avaliação da qualidade da oferta de formação inicial de quadros médios docentes. A experiência-piloto incidiu apenas sobre a província de Luanda e compreendeu a avaliação interna de oito cursos, em seis instituições de formação e a sua avaliação externa a realizar por uma Comissão de Avaliação Externa às instituições.

Foi elaborado e aprovado o Projecto de expansão desta experiência, tendo sido seleccionadas as províncias da Huíla, Namibe, Benguela, Luanda, Cuanza Sul e Cuanza Norte para a sua continuidade, seleccionados os cursos a avaliar (Educação Física, Ensino Primário, Matemática/Física e Geografia/História), formados 18 gestores de processo de avaliação e formados 44 Gestores das Escolas de Magistério seleccionadas.

Acreditação Profissional dos Cursos do Ensino Superior Pedagógico

Em 2013 foi criado o Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior (INAARES), tutelado pelo MES, que tem como missão acompanhar e avaliar a qualidade da oferta de ensino superior, graduado e pós-graduado, no qual está incluído o Ensino Superior Pedagógico. Está em elaboração o Regime de Avaliação e Acreditação das IES e dos Cursos (graduação e pós-graduação), como base para realizar a avaliação e acreditação dos cursos do ensino superior.

Constituição de uma Base de Dados da Oferta do Ensino Secundário Pedagógico

Durante o ano de 2015, tendo em vista a constituição de uma Base de Dados da Oferta Formativa (BDOF) do Ensino Secundário Pedagógico, o INFQE desencadeou, junto das Escolas de Magistério, públicas e comparticipadas, um processo de recolha, verificação e validação de dados da oferta formativa de 2010 a 2017 (cursos oferecidos, data de início de funcionamento, respectivos matriculados, diplomados e aprovados por classe) e informação de caracteri-

(2) Decreto Presidencial N° 24/15, de 19 de Janeiro

zação das instalações das Escolas (número de salas, disponibilidade de laboratórios, acesso à internet, biblioteca e instalações desportivas). O processo de recolha foi concluído, estando ainda em curso a inclusão de melhorias já identificadas e as Escolas do Magistério para o efeito.

Orientações para o ajustamento da Oferta do Ensino Superior Pedagógico

Apesar da formação inicial de professores para o ensino secundário pedagógico ser da competência do Ensino Superior Pedagógico, saindo do âmbito das atribuições do INFQE, este tem um papel fundamental no estabelecimento de parâmetros de qualificação dos diplomados pelas IESP que serão os formadores de professores nas escolas do ensino médio/secundário pedagógico.

Foi elaborada, pelo INFQE, uma proposta de ajustamentos da oferta formativa do Ensino Superior Pedagógico³ que decorreu das necessidades de superação da oferta de formação até agora inexistente, não estando, assim, reflectidas necessidades de ajustamento decorrentes da oferta eventualmente deficitária ou excedentária nas diferentes Regiões Académicas e tendo como referência a orientação do PNFQ de priorizar o modelo sequencial na expansão da oferta de formação inicial de professores do II ciclo do ensino secundário no Ensino Superior Pedagógico. Assim sendo, os ajustamentos propostos pelo MED focalizam-se nos domínios ou nas regiões académicas onde a oferta é, actualmente, inexistente e abrangem os modelos de formação integrada e sequencial.

Foi elaborado o Regulamento da criação e funcionamento dos cursos de formação inicial de professores.

Criação da Comissão MED/MES

Reconhecendo-se a importância e a necessidade de articulação entre o MED e MES na gestão do subsistema de formação de professores, e procurando agilizar os processos de articulação entre os dois Ministérios foi criada, em 2013, uma Comissão Conjunta integrando representantes de diversas Direcções de ambos os Ministérios.

Desenvolvimento de uma rede de oferta de profissionalização pedagógica de docentes segundo o modelo sequencial

Foi elaborada a proposta de organização da profissionalização docente segundo o modelo sequencial e elaborado o regulamento da profissionalização pedagógica segundo o modelo sequencial.

3.4 SÍNTESE: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

3.4.1 Conclusões

Aumento da rede de Escolas Públicas do Ensino Secundário Pedagógico

Entre 2010 e 2017 entraram em funcionamento 26 Escolas do Ensino Secundário Pedagógico, na sua maioria (16) públicas, estando assegurada a cobertura nacional da oferta pública de formação de professores. As escolas públicas têm uma capacidade formativa superior às comparticipadas, sendo responsáveis por mais de 80% dos professores formados pelo ensino secundário pedagógico.

Aumento do número de matriculados e diplomados, pelo ensino secundário pedagógico

Entre 2010 e 2017 registou-se um aumento do número de cursos oferecidos e de matriculados, embora substancialmente mais acentuado no Ensino Primário. Embora o número de diplomados tenha aumentado de uma forma geral, nos domínios da Educação Pré-Escolar, Língua Inglesa, Língua Francesa, Educação Física e da Educação Visual e Plástica, o número de quadros médios docentes formados continua a ser manifestamente insuficiente para cobrir as necessidades decorrentes da expansão do ensino.

Taxas de conclusão reduzidas do Ensino Secundário Pedagógico

Embora a proporção do número de matriculados na 10ª classe entre 2010 e 2012 no total de diplomados de 2013 a 2015 constitua apenas um cálculo aproximado da taxa de conclusão, verifica-se que as taxas médias de conclusão, relativas aos diplomados de

(3) "Estrutura do Plano Operacional do PA 4 do PNFQ: 2015 a 2017" (Julho 2015)

2015, variam entre 50% a 60%, o que pode ser indício de uma baixa taxa de aprovação; na grande maioria dos domínios, estas apresentam uma tendência decrescente; as taxas de conclusão das escolas com-participadas são superiores às apresentadas nas escolas públicas.

Alargamento quantitativo da oferta do ensino superior pedagógico mas reduzida diversidade de domínios

Entre 2013 e 2016 registou-se um aumento de 18% no número de matriculados nos diferentes domínios das Ciências da Educação, e o número de diplomados mais do que duplicou, resultado esse que decorreu da expansão do ensino superior entre os anos de 2010 e 2013. No entanto, o ensino superior pedagógico não tem ainda oferta para um elevado número de disciplinas do II ciclo do Ensino Secundário Geral (Teoria e Prática do Design, Técnicas de Expressão Artística e História das Artes), bem como para todas as disciplinas da componente Técnica, Tecnológica e Prática da Formação Técnico-Profissional.

Gestão da Qualidade do Ensino

Tanto no ensino secundário como no ensino superior pedagógico, foram dados passos no desenho e implementação de sistemas de avaliação da qualidade dos cursos de formação inicial de quadros docentes. No MED está em curso a realização da experiência-piloto da implementação do sistema de avaliação da qualidade dos cursos de formação inicial de quadros médios docentes, no âmbito do qual foram testados o regulamento e guiões de avaliação, interna e externa. No INAARES estão em elaboração os instrumentos e a metodologia de avaliação e acreditação dos cursos.

3.4.2 Recomendações

Manter a rede, no Ensino Secundário Pedagógico, nos domínios de formação para os quais já existe oferta em todas as províncias

Não sendo ainda possível identificar metas específicas de ajustamento (vagas a alargar, cursos a criar), deverão ser tomadas medidas no sentido de evitar o alargamento da oferta de Ensino Primário, Biolo-

gia/Química, Matemática/Física, História/Geografia e EMC, exceptuando os casos em que as necessidades provinciais sejam comprovadas ou, no caso do Ensino Primário, em contextos que a abertura de mais vagas faça aumentar a probabilidade de fixação de professores diplomados nas zonas rurais.

Promover o ajustamento da Oferta do Ensino Superior Pedagógico

O PNFQ recomenda que a expansão da oferta de formação inicial no Ensino Superior Pedagógico, organizada de acordo com o modelo integrado, só deverá acontecer se não for possível recorrer à via alternativa constituída pela oferta de profissionalização pedagógica acessível aos diplomados por cursos do ensino superior não orientados para a docência. Assim sendo, as orientações para o ajustamento da oferta de formação inicial, segundo o modelo integrado pelas IESP, passam pela criação de oferta apenas nas Regiões Académicas em que ainda não existe oferta segundo o modelo integrado (para disciplinas para as quais já existe oferta noutras RA), nem formação superior não orientada para o ensino destas disciplinas. Poder-se-á justificar a criação de oferta segundo o modelo sequencial para algumas das disciplinas para as quais há actualmente oferta de formação integrada de professores, nas províncias onde há também oferta de formação superior não orientada para o ensino e a oferta integrada existente for considerada deficitária face à expansão da população do ensino secundário.

Assegurar a Formação prévia dos formadores de professores em metodologias específicas de ensino e de docentes do Ensino Superior Pedagógico

Tendo em vista a sustentabilidade do ajustamento da oferta de formação de professores no Ensino Secundário Pedagógico e respectiva qualidade de ensino, é necessário priorizar a formação dos formadores em metodologias específicas. Para o efeito, poder-se-á recorrer à oferta interna de formação avançada nos diferentes domínios das Ciências da Educação e/ou oferta externa, sendo para o efeito necessário.

Melhorar a articulação entre as Entidades Gestoras do Subsistema de Formação de Professores (MED/MES), nos exercícios de Programação e Monitorização da Oferta de Formação de Professores

A gestão da qualidade da oferta de formação de professores implica o acesso e partilha, entre o MED e o MES, de informação sobre a oferta formativa instalada (cursos, matriculados, diplomados) e programada de formação de professores, como ponto de partida para a programação de uma resposta concertada, recorrendo à oferta interna e/ou externa, às necessidades quantitativas de professores, por níveis de ensino e disciplina.

Assegurar o envolvimento activo do MED na Gestão da Qualidade do Ensino Superior Pedagógico

Apesar da formação de professores para o II ciclo do ensino secundário geral, médio técnico e pedagógico ser competência do ensino superior é fundamental e necessário que o MED, na qualidade de responsável pela política do ensino secundário e principal empregador dos diplomados pelo ensino secundário pedagógico, seja envolvido na gestão da qualidade deste nível de ensino, passando nomeadamente pela sua participação:

- Na definição dos requisitos a que devem obedecer os cursos de formação inicial de professores no ensino superior pedagógico para serem reconhecidos pelo MED como habilitação profissional para a docência no ensino não superior;
- Na elaboração de critérios específicos de acreditação, académica e profissional, dos cursos do ensino superior pedagógico e modalidades de participação do MED no processo de avaliação e acreditação profissional dos cursos do ensino superior pedagógico;
- Na definição de critérios e metodologia para o reconhecimento de um curso superior não orientado para o ensino como curso de acesso à formação inicial segundo o modelo sequencial de professores de cada disciplina do II ciclo do ensino secundário (geral, médio normal e médio-técnico);
- Na aprovação dos Planos de Estudos e Programas dos Cursos Superiores de formação de professores do II ciclo do ensino secundário.

Promover a observação da Inserção na Docência

A qualidade da oferta de formação de professores está associada a uma melhoria contínua da adaptação do perfil de saída dos professores diplomados às exigências do desempenho profissional que a observação da inserção dos diplomados/formados no ensino permite. Assim, é preciso assegurar que o concurso público privilegie a admissão de docentes com habilitação profissional naquelas áreas em que existem diplomados disponíveis no mercado.

Implementar Sistemas de Avaliação da Qualidade dos Cursos

É fundamental que sejam asseguradas as condições necessárias à implementação dos respectivos sistemas de avaliação da qualidade dos cursos de formação de professores, sendo estes instrumentos fundamentais da gestão do referido subsistema.

3.5 FORMAÇÃO AVANÇADA DE DOCENTES PARA O ENSINO SUPERIOR

A formação avançada visa dar resposta às necessidades de qualificação do corpo docente das instituições públicas e privadas de ensino superior, assim como à estruturação do sistema de ciência, tecnologia e inovação, de acordo com o PNFQ. O **contributo para o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI)** será analisado em ponto específico, mais adiante.

O PNFQ define como meta de impacto da oferta formativa de Mestres e Doutores, para 2020, a existência de 20% de Doutores e 40% de Mestres, do total de pessoal docente de cada IES, pública e privada, e Região Académica. Estabelece também como meta de resultado a formação para reforço do corpo docente do ensino superior, de cerca de 2800 mestres e 767 doutores em 43 domínios estratégicos de formação da Estratégia Nacional de Formação de Quadros (ENFQ) e de 2000 mestres e 600 doutores em outros domínios de formação.

O PNFQ aponta para uma oferta residual de cursos de mestrado, a nível nacional. Com vista à legalização dos cursos foi feito o levantamento da oferta existente, cujos resultados foram conhecidos durante o segundo semestre de 2017 e de que resultou, nesse mesmo ano, a legalização, por despacho presidencial, de 59 cursos, dos quais apenas 5 são em domínios Não PNFQ.

→ **Até 2016, do universo de 65 IES existentes, 12 ofereciam cursos de formação avançada de docentes para o ensino superior e destas, 8 são públicas.** A oferta de formação avançada pelas IES privadas está concentrada em Luanda e é limitada a cursos de Mestrado. **Do total de docentes do ensino superior, apenas 6% possui Doutoramento e 22% possui Mestrado.**

→ No que respeita à resposta às necessidades de melhoria da qualificação dos docentes do ensino superior, **a oferta de formação avançada registou um aumento progressivo, entre 2013 e 2016** (I semestre), apresentando uma oferta de 65 cursos de Mestrado e 6 cursos de Doutoramento em 27 dos 43 domínios estratégicos do PNFQ. Esta oferta concentrou-se **maioritariamente na rede pública para o caso dos mestrados e na totalidade para o caso dos doutoramentos.** Em 2017, aos 71 cur-

sos de formação avançada referidos anteriormente foram acrescidos mais 59 cursos, dos quais 7 respeitam a doutoramentos. De entre os cursos que foram criados neste período apenas 5 são oferecidos pelas IES privadas e todos eles são cursos de mestrado. A oferta de cursos de doutoramento continua a ser registada exclusivamente na rede pública. Os novos cursos, criados no âmbito dos domínios estratégicos da ENFQ, foram: Ciências Médicas e da Saúde, Ciências Sociais, Políticas e da Comunicação, Ciências da Engenharia e Tecnologias, Ciências Naturais e do Ambiente e Ciências da Gestão e Administração no caso de doutoramentos e, maioritariamente, nos domínios das Ciências Sociais, Políticas e da Comunicação, Ciências da Educação e Ciências da Gestão e Administração no caso de mestrados.

O MES continua a fazer diligências no sentido de estabelecer **parcerias com instituições estrangeiras**, ao abrigo de acordos de cooperação bilaterais, para a formação avançada de docentes do ensino superior. Contudo, o número de docentes e especialidades abrangidas é ainda reduzido, sendo ainda muito deficitária a oferta nos domínios das metodologias específicas de ensino, da educação pré-escolar, ensino primário e ensino secundário.

Tabela 3.18 – Pós-graduações e Doutoramentos aprovados por domínios estratégicos da ENFQ em 2017

Domínios Estratégicos da ENFQ	Nº de Cursos Pós-graduação	Nº de Cursos Doutoramento
Artes e Humanidades	6	--
Ciências Médicas e da Saúde	5	2
Ciências da Educação	11	--
Ciências da Engenharia e Tecnologias	4	1
Ciências da Gestão e Administração	8	1
Ciências Exactas	2	--
Ciências Naturais e do Ambiente	3	1
Ciências Sociais, Política e da Comunicação	15	2
Não PNFQ	5	--
TOTAL	59	7

FONTE: MES. JUNHO 2017

Tendências da qualificação do corpo docente do Ensino Superior

Está em curso um processo de levantamento de informação e de validação sobre os níveis e domínios de qualificação do corpo docente. Até ao momento, foi recolhida informação de cerca de 90% do universo das IES estando, por enquanto, apenas disponível a informação relativa ao nível de qualificação do corpo docente, embora alguns destes dados careçam ainda de validação na medida em que, para 30% do total de docentes identificados, o nível de qualificação não foi especificado. Nestas circunstâncias, será já possível apresentar-se uma análise da actual tendência do nível de qualificação do corpo docente do ensino superior.

Do total de docentes, 46% possui Licenciatura como grau mais elevado, cerca de 22% tem um Mestrado e 6% um Doutoramento, destes 85% são nacionais e 15% estrangeiros, (Tabela 3.19).

Com excepção da RA III (Cabinda e Zaire) e VI (Huíla e Namibe), todas as RA apresentam uma percentagem de Mestres inferior a 40%. Em nenhuma RA a percentagem de Doutores chega a 20%, sendo a RA III aquela que apresenta uma maior proporção de Doutores (15%). Apenas 1 IES apresenta, no total do seu corpo docente, cerca de 20% de Doutores e 12 IES têm uma proporção de Mestres igual ou superior a 40% (Tabela 3.20).

Tabela 3.19 – Nível de Qualificação dos docentes do ensino superior, segundo a natureza das IES (2015)

Nível de Qualificação	Privado		Público		Pelas IES		Pela nacionalidade	
	Total	M	Total	M	Privado	Público	Estrangeiros	Nacionais
Doutor	5%	12%	7%	33%	49%	51%	31%	69%
Mestre	20%	23%	25%	34%	51%	49%	26%	74%
Pós Graduação	---	---	---	---	---	---	---	---
Licenciado	59%	22%	30%	26%	72%	28%	11%	89%
Não Especificado	16%	24%	38%	26%	35%	65%	9%	91%
TOTAL GERAL	100%	22%	100%	28%	56%	44%	15%	85%

FONTE: MES, 2016

Tabela 3.20 – Nível de Qualificação dos docentes do ensino superior, por RA (2015)

RA	Nível de qualificação dos docentes					Nr. de IES com % Doutores ≥20%	Nr. de IES com % Mestres ≥40%	Universo de IES		
	Doutor	Mestre	Licenciado	N/ específico	Total			Privada	Pública	Total
I	5%	18%	48%	29%	100%	1	3	25	8	33
II	7%	25%	50%	18%	100%	0	2	6	2	8
III	15%	43%	42%	0%	100%	0	1	2	1	3
IV	2%	16%	25%	57%	100%	0	1	1	4	5
V	9%	30%	47%	14%	100%	0	1	3	3	6
VI	8%	40%	47%	4%	100%	0	3	3	2	5
VII	1%	9%	12%	77%	100%	0	1	---	3	3
VIII	8%	34%	57%	2%	100%	0	0	---	1	1
TOTAL	6%	22%	46%	26%	100%	1	12	40	24	64

FONTE: MES, 2016

Têm sido desenvolvidos esforços no sentido de elevar a qualificação do corpo docente ao nível de Mestrado e Doutoramento, quer através do aumento da oferta interna de formação avançada quer recorrendo à oferta externa, através da atribuição de Bolsas de Estudo. Importa, contudo, referir que o alargamento da oferta interna de Mestrados e Doutoramentos é ainda condicionada por alguns factores, nomeadamente a:

→ **Capacidade das IES para cumprir os requisitos gerais para criação de cursos de formação avançada de Mestrado e Doutoramento.**

Para a criação de Mestrados é necessário que a IES conclua com avaliação positiva dois ciclos completos de formação graduada na área de conhecimento do curso de formação avançada a criar. Para a criação de um curso de Doutoramento, as IES terão que ter completado uma avaliação positiva em um ciclo de Mestrado. Este requisito é ainda difícil de cumprir pela maioria das IES, na medida em que estas entraram em funcionamento após 2010, na sequência da expansão do ensino superior.

→ **Disponibilidade de docentes com qualificações adequadas nos domínios estratégicos em causa.**

A formação dos docentes do ensino superior antecede o alargamento da oferta interna de formação avançada. Sendo esta oferta ainda reduzida, apesar

do crescimento do número de cursos registado em 2017, e estando o alargamento da mesma condicionada à capacidade das IES em cumprirem os requisitos da criação de cursos de pós-graduação, o recurso à oferta externa constitui uma alternativa.

Seguidamente é apresentado, na medida em que a informação disponível o permite, o balanço do caminho percorrido, entre 2013 e 2016, na oferta interna e externa de formação avançada.

3.5.1 Oferta Interna de Formação Avançada

Evolução do número de matriculados em cursos de Mestrado e Doutoramento, entre 2013 e 2016

Embora a informação disponível não diga respeito à totalidade dos cursos, verifica-se uma incidência relevante no domínio das **Ciências Sociais, Políticas e da Comunicação**, registando 1.436 matriculados ao longo deste período, e das **Ciências da Gestão e da Administração**, com 639 matriculados. A evolução do número de matriculados evidencia o progressivo aumento de alunos a frequentar cursos de Doutoramentos, nos últimos 2 anos (Tabela 3.23).

Tabela 3.21 – Evolução do número de matriculados em cursos de Mestrado entre 2013 e 2016

Cursos de Mestrado	2013		2014		2015		2016		Total 2013-2016
	Total	M	Total	M	Total	M	Total	M	
Ciências da educação	40	17	144	40	--	--	--	--	184
Ciências naturais e do ambiente	--	--	80	29	--	--	--	--	80
Ciências agrárias e das pescas	21	6	--	--	--	--	--	--	21
Engenharias e tecnologias	67	16	48	7	10	--	--	--	125
Ciências sociais, políticas e da comunicação	498	131	296	64	279	78	363	85	1436
Ciências da gestão e da administração	153	55	161	36	153	38	172	44	639
Artes e humanidades	197	37	--	--	--	--	--	--	197
Ciências médicas e da saúde	11	5	20	12	11	7	7	1	49
TOTAL GERAL	987	267	749	188	453	123	542	130	2731

FONTE: DNFAIC, MES. 2016

Tabela 3.22 – Evolução do número de diplomados em cursos de Mestrado entre 2013 e 2016

Cursos de Mestrado	2013		2014		2015		2016		Total 2013-2016
	Total	M	Total	M	Total	M	Total	M	
Ciências da educação	9	3	88	35	277	89	59	18	433
Ciências naturais e do ambiente	5	--	4	--	--	--	--	--	9
Ciências agrárias e das pescas	--	--	--	--	9	1	30	5	39
Engenharias e tecnologias	2	1	--	--	24	8	--	--	26
Ciências sociais, políticas e da comunicação	3	--	1	--	15	2	8	2	27
Ciências da gestão e da administração	8	1	19	2	76	14	7	1	110
Artes e humanidades	--	--	--	--	--	--	40	5	40
Ciências médicas e da saúde	--	--	6	1	12	6	--	--	18

FONTE: DNFAIC, MES. 2016

Tabela 3.23 – Evolução do número de matriculados em cursos de Doutoramento entre 2013 e 2016

Cursos de Mestrado	2013		2014		2015		2016		Total 2013-2016
	Total	M	Total	M	Total	M	Total	M	
Engenharias e tecnologias	3	--	--	--	--	--	--	--	3
Ciências sociais, políticas e da comunicação	--	--	--	--	19	6	14	5	33
Ciências da gestão e da administração	--	--	--	--	26	5	17	2	43

FONTE: DNFAIC, MES. 2016

Rede de Instituições que oferecem Cursos de Formação Avançada

A oferta de formação avançada pelas IES privadas está concentrada em Luanda e é limitada a cursos de Mestrado, mesmo com o acréscimo da oferta em 2017 esta situação mantém-se. Existe oferta pública em seis Regiões Académicas, sendo a mesma inexistente nas RA IV (Lunda Norte, Lunda Sul, Malanje) e VIII (Cuando Cubango e Cunene), mantendo-se, igualmente, esta situação apesar do crescimento da oferta em 2017. Em 2016 foi criada a Academia de Ciências Sociais e Tecnologia (ACITE), em contexto de parceria público-privada, embora ainda não se encontre em funcionamento.

Os dados de 2017 mostram o alargamento da rede de oferta nas Regiões Académicas II, com o Instituto Superior de Ciências da Educação do Cuanza Sul, e

na Região Académica V, com o Instituto Superior de Ciências da Educação do Huambo. A Universidade Agostinho Neto (UAN) é a instituição com mais oferta de cursos de pós-graduação. Em 2017 foram criados naquela instituição mais 38 cursos, dos quais 7 dizem respeito a cursos de doutoramento, ou seja mais de metade dos cursos criados em 2017.

Cursos de Formação Avançada

Em 2015 existiam 29 cursos de especialização, 65 cursos de mestrados, oferecidos na sua maioria por IES públicas, e 6 cursos de Doutoramento (Tabela 3.25). Os cursos de formação avançada criados em 2017 quase que duplicaram a oferta existente em 2015 (65 cursos em 2015, aos quais acresceram mais 44 em 2017). Assim, em 2017 existiam 109 cursos de mestrado e 13 de doutoramento.

Tabela 3.24 – IES que oferecem cursos de formação avançada, por RA (2016)

Curso	Nat.	IES	Região Académica - Província						IES	
Curso de Especialização	Pública	Universidade Agostinho Neto	I-LD							
		Universidade José Eduardo dos Santos			V-HB				3	
		Universidade Mandume Ya Ndemofayo				VI-HL				
Mestrado	Privada	Universidade Católica de Angola	I-LD							
		Universidade Jean Piaget	I-LD						4	
		Universidade Lusíada de Angola	I-LD							
		Universidade Privada de Angola	I-LD							
Doutoramento	Pública	Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla					VI-HL			
		Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda	I-LD							
		Instituto Superior de Ciências da Educação do Uíge						VII-UG		
		Universidade Agostinho Neto	I-LD						7	
		Universidade José Eduardo dos Santos			V-HB					
		Universidade Katyavala Bwila		II-BGA						
		Universidade Onze de Novembro			III-CA					
Doutoramento	Pública	Universidade Agostinho Neto	I-LD						1	

FONTE: DNFAIC, MES

Tabela 3.25 – Número de cursos de formação avançada oferecidos em 2015 e 2017

RA	Mestrados	Privada		Pública		Total Geral		Pública	
		2015	2017	2015	2017	2015	2017	2015	2017
		I	15	20	35	73	50	93	6
II		---	---	1	2	1	2	---	---
III		---	1	1	2	1	1	---	---
V		---	---	8	4	8	4	---	---
VI		---	---	4	4	4	4	---	---
VII		---	---	1	3	1	3	---	---
TOTAL		15	21	50	88	65	109	6	13

FONTE: MES, 2016. E CONSULTA DOS DIÁRIOS DA REPÚBLICA

Domínios de formação

Do total dos 43 domínios estratégicos de formação identificados no PNQF, existia em 2015 oferta de formação ao nível de Mestrado em 27 domínios e de Doutoramento em 6 domínios, em 2017 criou-se mais um domínio, o da Engenharia Química. É nos domínios da “Economia” e das “Ciências da Educação” que existe um maior número de cursos, quer em 2015 quer em 2017, quase duplicando dentro deste período (de 11 para 21). Os domínios de Direito, Economia e Não PNQF também cresceram entre 2015 e

2017, respectivamente de 4 para 10 cursos, de 7 para 9 cursos e de 5 para 10 cursos (Tabela 3.26). A oferta de formação avançada pelas IES privadas é limitada a um número reduzido de domínios: Contabilidade e Gestão Financeira, Direito, Economia, Gestão de Recursos Humanos, Engenharia Civil e Gestão da Saúde. Em 2015 existiam cursos de doutoramento nos domínios do Direito, Economia, Engenharia do Ambiente, Engenharia Química, Geologia, Gestão e Administração de Empresas e Sociologia e em 2017 foi acrescentado o domínio da Medicina.

Tabela 3.26 – Domínios de Oferta de Cursos de Formação Avançada (2015 e 2017)

Domínios de Formação do PNFQ	Mestrados		Doutoramentos	
	2015	2017	2015	2017
Arquitectura	1	1		
Artes		0		
Biologia	2	4		
Ciências da Educação	11	21		
Ciências de Comunicação				
Ciências Farmacêuticas				
Ciências Políticas	1	2		
Ciências Veterinárias	1	2		
Contabilidade e Gestão Financeira	3	5		
Design e Moda				
Direito	4	10	1	1
Economia	7	9	1	4
Enfermagem	1	2		
Engenharia Agronómica	1	1		
Engenharia Alimentar	1	1		
Engenharia Civil	3	4		
Engenharia de Minas				
Engenharia de Pescas e Aquicultura	1	1		
Engenharia de Petróleos				
Engenharia de Telecomunicações	1	1		
Engenharia de Transportes				
Engenharia do Ambiente	2	3	1	4
Engenharia Electrotécnica e Electrónica				
Engenharia Florestal e dos Recursos Naturais	1	1		
Engenharia Geográfica	1	1		
Engenharia Informática	1	1		
Engenharia Mecânica				
Engenharia Química		3	1	4
Filosofia e Religião	1	1		
Física			1	1
Geologia				
Gestão de Recursos Humanos	1	1		
Gestão e Administração de Empresas	3	6	1	4
Gestão Hoteleira e do Turismo		0		
Gestão Pública	1	3		
Língua e Literatura Angolanas	1	3		
Língua e Literatura Inglesa	1	3		
Língua e Literatura Portuguesa	1	3		
Matemática		2		
Medicina	4	7		2
Medicina Dentária				
Psicologia	3	4		
Química				
Sociologia	1	2	1	1
Outro Não PNFQ	5	10		
TOTAL	65	118	7	21

FONTE: MES, 2016. E CONSULTA DOS DIÁRIOS DA REPÚBLICA

3.5.2 Oferta Externa de Formação Avançada

Atribuição de Bolsas do Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudo (INAGBE) para a frequência de formação avançada

Ainda não existem Bolsas Internas de Pós-graduação, pelo que para frequentar um Mestrado ou Doutoramento é necessário recorrer a Bolsas Externas. Em 2016 encontravam-se a frequentar cursos de ensino superior, com bolsas externas geridas pelo INAGBE, 5.598 estudantes, dos quais 5,7% em cursos de Mestrado e 5,8% em cursos de Doutoramento. As bolsas que foram atribuídas neste ano incluíram a formação avançada em cursos dos seguintes Domínios Estratégicos: Enfermagem, Gestão Hoteleira e Turismo e Medicina. Estes dados representam um ligeiro decréscimo face ao cenário constatado em 2012⁴, em que os alunos com bolsas externas de mestrado representavam 7,15% e os de doutoramento 9,82%.

Formação de Docentes do Ensino Superior e o recurso à Oferta Externa

Reconhecendo a importância para a qualidade da oferta de formação superior e a necessidade de assegurar a sustentabilidade da criação de oferta de formação graduada em domínios nos quais a mesma é inexistente até à data e o alargamento nos domínios deficitários, o MES, em colaboração com as IES, procedeu ao estabelecimento de protocolos, ao abrigo de acordos de cooperação bilateral, com instituições de ensino superior estrangeiras para a formação avançada de Mestrados e Doutoramentos, de docentes do ensino superior. Importa, contudo, referir que um dos critérios para a frequência da formação avançada, em alguns países com os quais Angola tem acordos de cooperação, é o domínio da língua em que o curso será leccionado o que, na maioria dos casos, limita o número de candidaturas elegíveis.

→ Mestrado

Iniciaram-se diligências no sentido de assegurar que 111 quadros docentes, de 12 IES públicas de todas as RA iniciem a frequência, em 2016, do curso de Mestrado no Reino Unido (Projecto INTO) e no Chile, em 21 domínios de formação (Tabela 3.27), com bolsas atribuídas pelo INAGBE. Nestes, estão incluídos 27 futuros quadros docentes da Academia de Estudos Avançados que ainda não se encontra em funcionamento. Destacam-se os domínios da Medicina e Medicina Veterinária que abrangem, respectivamente, 20% e 7% dos docentes a formar.

→ Doutoramento

De forma a encontrar soluções para contornar as actuais restrições financeiras, o MES tem procurado identificar parcerias com Instituições Internacionais. O projecto INTO, além de contribuir para o alargamento de oferta formativa externa de Mestrados, espera também atribuir bolsas para Doutoramentos. Foram feitas diligências no sentido de assegurar que 40 quadros docentes, das IES públicas, iniciem a frequência, em 2016, de cursos de Doutoramento, no Reino Unido, em 16 domínios estratégicos de formação, com destaque para a Medicina e a Biologia (Tabela 3.28).

(4) PNFQ 2013-2020.

Tabela 3.27 – Atribuição de Bolsas de Mestrado a quadros docentes do Ensino Superior, por R.A, para o Reino Unido e Chile, segundo o domínio de formação (previsão para 2015)⁵

Domínios Estratégicos de Formação	Regiões Académicas/Províncias												Não ident.	Total de Bolsas	METAS PNFQ (Mestres Diplomados)			
	I		II		III		IV		V		VI		VII		VIII			
	LD	BGA	CS	CA	LS	MJ	HB	MO	HL	NB	CN	CC	CE					
Matemática	1															1	55	
Física	5															5	29	
Química	3	1		1		1			1							7	36	
Biologia	2		1							2						5	65	
Geologia	4															4	49	
Medicina	7	1		4			2	1	4		1		1			21	240	
Enfermagem	1						1	1					1	1		5	400	
Farmácia	1					1										2	49	
Ciências Veterinárias							8									8	51	
Arquitectura	2						2									4	27	
Engenharia Agronómica			2											2		4	60	
Engenharia Civil	2				2											4	98	
Engenharia de Minas	3				2											5	29	
Engenharia de Petróleos	1															1	46	
Engenharia do Ambiente									2							2	59	
Engenharia Elect. e Electrónica	3						2		1					1	7		85	
Engenharia Mecânica	2															2	176	
Engenharia Química	2						2									4	59	
Gestão e Adm. de Empresas	2	2														4	110	
Gestão Hoteleira e do Turismo	5	2														7	19	
Ciências da Comunicação	3															3	21	
Outros	5						1									6	2.000	
TOTAL DE BOLSAS	54	6	3	5	4	2	15	2	5	5	1	1	4	1	111	---		

FONTE: MES. 2015

(5) Nota 1: Dados provisórios, sujeitos a revisão.

Nota 2: Domínios estratégicos não abrangidos - Engenharia Informática; Engenharia de Transportes; Engenharia de Telecomunicações; Engenharia Geográfica; Engenharia Florestal e dos Recursos Naturais; Engenharia de Pescas e Aquicultura; Engenharia Alimentar; Direito; Ciências Políticas; Economia; Sociologia; Gestão de Recursos Humanos; Psicologia; Gestão Pública; Contabilidade e Gestão Financeira; Artes; Design e Moda; Filosofia e Religião; Língua, Literatura e Cultura Angolanas e Africanas; Língua e Literatura Portuguesa; Língua e Literatura Inglesa.

Tabela 3.28 – Atribuição de Bolsas de Doutoramento a quadros docentes do Ensino Superior, por R.A, para o Reino Unido e Chile, segundo o domínio de formação (previsão para 2015)⁶

Domínios Estratégicos de Formação	Regiões Académicas/Províncias						Total de Bolsas	METAS PNFQ (Doutores Diplomados)
	I - LD	II - BGA	II - CS	III - CA	V - HB	VI - NB		
Física		1					1	9
Química	2				1		3	11
Geologia	1						1	14
Biologia		1		3		1	5	19
Medicina	5			1			6	50
Farmácia	2						2	14
Engenharia Agronómica			1				1	10
Engenharia Civil		2					2	29
Engenharia de Minas	2						2	9
Engenharia de Petróleos	2	1					3	13
Engenharia do Ambiente		1		1	1		3	17
Engenharia Mecânica	1	1					2	52
Engenharia Química	1						1	17
Gestão e Administração de Empresas	3						3	32
Gestão Hoteleira e do Turismo	1						1	6
Economia	1						1	16
Outros	3						3	600
TOTAL DE BOLSAS	24	7	1	5	2	1	40	

FONTE: MES. 2015

Formação de formadores de professores do ensino secundário

A formação avançada em Ciências de Educação destina-se, sobretudo, aos docentes das IESP, que são formadores de professores do ensino secundário geral, médio técnico e pedagógico. Visa, em particular, a formação de especialistas em metodologias específicas de ensino das áreas ou disciplinas curriculares de educação pré-escolar, de ensino primário e de ensino secundário, incluindo as respectivas metodologias de avaliação do desenvolvimento e da aprendizagem.

Aumento da oferta interna de cursos de formação avançada, desde 2012

A oferta interna tem aumentado progressivamente desde 2012. Em 2016, a oferta de formação avançada no domínio das Ciências da Educação compreendia 12 mestrados, em 5 Regiões Académicas, dos quais 4 iniciaram-se em 2016 (Tabela 3.29). Não existe ainda oferta interna de Doutoramento em Ciências de Educação.

(6) Nota 1: Dados provisórios, sujeitos a revisão.

Nota 2: Engenharia Informática; Engenharia de Transportes; Engenharia de Telecomunicações; Engenharia Geográfica; Engenharia Florestal e dos Recursos Naturais; Engenharia de Pescas e Aquicultura; Engenharia Alimentar; Direito; Ciências Políticas; Economia; Sociologia; Gestão de Recursos Humanos; Psicologia; Gestão Pública; Contabilidade e Gestão Financeira; Artes; Design e Moda; Filosofia e Religião; Língua, Literatura e Cultura Angolanas e Africanas; Língua e Literatura Portuguesa; Língua e Literatura Inglesa.

Tabela 3.29 – Cursos de formação avançada no domínio das Ciências da Educação em 2012 e 2016

RA	Província	Nome do curso	Mestrados	
			2012 ^(*)	2016
I	Luanda	Ciências da Educação	X	X
		Didática de Francês e engenharia de Formação	X	X
		Ensino da Língua e Literatura Portuguesa	X	X
		Ensino de História	X	X
		Ensino de Língua Inglesa	-	X
		Psicologia de Desenvolvimento da Educação	-	X
II	Benguela	Educação Pré-Escolar	-	X
V	Huambo	Ciências da Educação	-	X
		Educação para Gestão e Conservação da Natureza	-	X
VI	Huíla	Desenvolvimento Curricular	X	X
		Ensino de Ciências (Biologia, Física, Química, Matemática)	X	X
VII	Uíge	Ciências da Educação	-	X
TOTAL DE CURSOS OFERECIDOS			6	12

FONTE: MES. 2016

(*) INFORMAÇÃO NÃO DISPONÍVEL POR REGIÃO ACADÉMICA

Reduzida diversidade de Domínios da Oferta Interna de Formação Avançada

A oferta interna de formação avançada abrange ainda poucos domínios das Ciências da Educação. A oferta de formação avançada em metodologias específicas de ensino da educação pré-escolar e ensino primário é ainda muito deficitária e é inexistente para as disciplinas do ensino médio-técnico.

Recurso à oferta externa – inclusão do Domínio das Ciências de Educação em acordos bilaterais para a Formação de Docentes do Ensino Superior

Em 2015, o domínio das Ciências da Educação foi inserido em acordos celebrados com Inglaterra, Brasil e Portugal para qualificação, com nível de mestrado e doutoramento, de quadros docentes, de IESP públicas e privadas. No seu conjunto, estão já previstas 59 bolsas, de mestrado, doutoramento e pós-doutoramento. Destas, 19 incidem sobre domínios específicos das Ciências de Educação (Tabela 3.30), incluindo as especialidades de Metodologias de ensino da Matemática, História, Geografia e Ensino Primário. As bolsas serão atribuídas pelo INAGBE a docentes de 5 IESP (Namibe, Malanje, Cuanza Sul, Cabinda e Huambo).

Tabela 3.30 – Programação do número de docentes para início da frequência de cursos de formação de Mestrado e Doutoramento em 2016, com recurso a bolsas de estudo externas

RA	Província	Bolsas previstas para docentes de Instituições do Ensino Superior Pedagógico			Bolsas previstas para docentes de Instituições do Ensino Superior Pedagógico em domínios das Ciências da Educação		
		Pós-Doc.	Doutoramento	Mestrado	Pós-Doc.	Doutoramento	Mestrado
II	Cuanza Sul		3	4		2	
III	Cabinda	2	8	8	1	3	6
IV	Malanje		3	16		3	
V	Huambo		5	5		3	1
VI	Namibe		1	4			
Subtotal		2	20	37	1	11	7
TOTAL			59			19	

FONTE: MES. 2016

3.6 MEDIDAS DE REGULAÇÃO DA QUALIDADE DA OFERTA DE FORMAÇÃO AVANÇADA

Regularização das IES e Cursos de Formação Avançada

Entre 2012 e 2015 foram submetidos para análise um total de 77 solicitações de criação de cursos de pós-graduação das quais 54 foram deferidas e 23 foram indeferidas por não reunirem as condições técnico-pedagógicas necessárias para o seu funcionamento. O processo de regularização dos cursos implica uma interacção constante do INAARES com as IES, tendo em vista o devido alinhamento das propostas de criação dos cursos com os padrões de qualidade definidos.

Recurso à oferta externa mediante a cooperação estrangeira

Dadas as condicionantes ainda existentes ao alargamento da oferta interna de formação avançada, é necessário o recurso à oferta externa para a formação de docentes do ensino superior nos domínios estratégicos de formação. Desde 2013 foram celebrados acordos com diversos países (Inglaterra, Brasil, Portugal e Chile) para a formação avançada dos docentes do ensino superior nos domínios estratégicos de formação, nos quais está incluído as Ciências de Educação.

Levantamento de informação sobre o corpo docente

O MES iniciou um processo de recolha de informação, junto das IES, sobre os níveis e domínios de qualificação do seu corpo docente, para tornar possível a realização de uma programação anual integrada da sua formação avançada. Embora já tenha sido recolhida alguma informação que permite analisar a tendência dos níveis de qualificação dos docentes do ensino superior, a mesma está incompleta por não existir informação relativa aos domínios de qualificação.

3.7 SÍNTESE: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

3.7.1 Conclusões

Aumento da oferta de formação avançada desde 2010

Entre 2010 e 2015 registou-se um aumento progressivo da oferta de cursos de formação avançada. Actualmente existem 117 cursos de Mestrado e 13 cursos de Doutoramento, em 27 dos 43 domínios estratégicos do PNFQ. Cerca de 75% dos cursos de Mestrado são oferecidos por IES públicas e os cursos de Doutoramento são oferecidos exclusivamente por estas.

Factores condicionantes do aumento da oferta

O aumento da oferta de formação avançada está ainda condicionado à capacidade limitada das IES para cumprir os requisitos gerais para a criação de cursos de formação avançada, uma vez que na sua maioria entraram em funcionamento depois de 2010, não existindo, assim, tempo suficiente para cumprir os ciclos de formação exigidos. Adicionalmente, a formação dos docentes do ensino superior tem, necessariamente, que anteceder o alargamento da oferta de formação avançada por forma a assegurar a sua sustentabilidade.

Informação disponível

Não existe informação completa disponível sobre a oferta formativa de formação avançada (cursos, matriculados e diplomados), pelo que não é possível realizar uma análise rigorosa do desempenho por domínio de formação.

Resposta às necessidades de melhoria da qualificação dos docentes do ensino superior

Menos de 10% do total de docentes do Ensino superior possui doutoramento e 22% Mestrado. Consciente do contexto, o MES tem envidado esforços no sentido de estabelecer parcerias com instituições estrangeiras, ao abrigo de acordos de cooperação bilaterais, para a formação avançada, de Mestrado e Doutoramento, de docentes do ensino superior. Com efeito, estão a ser criadas as condições para 111 docentes frequentarem, na Inglaterra e no Chile, cursos de Mestrado e Doutoramento, com prioridade para os domínios de formação identificados no PNFQ.

Necessidade de priorização da formação de formadores de professores do ensino secundário

Não obstante a inclusão do domínio das Ciências da Educação, enquanto domínio prioritário de formação, nos acordos celebrados com alguns países para a formação dos docentes do ensino superior, o número de docentes e especialidades abrangidas é ainda reduzida, sendo ainda muito deficitária a oferta nos domínios das metodologias específicas de ensino da educação pré-escolar, ensino primário e ensino secundário.

Constrangimentos no reforço do Corpo Docente Nacional no Ensino Superior

Em alguns estabelecimentos de ensino superior, particularmente na Universidade José Eduardo dos Santos, em cursos como Economia e Medicina, têm sido feito esforços de captação dos estudantes formados com mérito. Foi criado um processo de aprendizagem e avaliação com o objectivo de incentivar os seus alunos a ingressar na carreira docente. Inicialmente, é feita uma selecção dos melhores alunos a frequentar o 3º ano, os quais são inseridos numa equipa de trabalho até finalizar o curso com a categoria de monitores. Esta equipa de trabalho é coordenada por professores da respectiva Unidade Orgânica, cujo papel é acompanhar e ensinar práticas pedagógicas aos alunos-monitores da sua equipa. Ao finalizarem o curso, esses estudantes passam à categoria de Assistentes Estagiários, sendo depois de um ou dois anos sujeitos a uma prova pública, perante um júri, para passarem a Assistentes e integrarem, assim, definitivamente o quadro docente. No entanto, por falta de recursos, não tem sido possível contratá-los como Assistentes-Estagiários quando terminam o curso, continuando a instituição a depender de docentes expatriados para garantir o ensino dos seus cursos.

Outro caso é o **Mestrado em Educação Médica**, vocacionado para formar o corpo docente nacional das Faculdades da área da saúde, criado em 2004 pelo Centro de Estudos Avançados em Educação e Formação Médica (CEDUMED), e que teve até agora duas edições, formando mais de quatro dezenas de quadros espalhados por Faculdades e outras instituições a nível nacional. Embora este Mestrado tenha potencial para ser reeditado na UAN, Região Académica I, ou mesmo noutras regiões académicas, eventualmente em associação com outras universidades angolanas, por falta de recursos não foi possível reeditá-lo a partir de 2015, pelo que a formação dos docentes nesta área terá de continuar a ser feita no exterior do País.

3.7.2 Recomendações

Garantir informação sobre a Oferta, Interna e Externa, de formação avançada e qualificação do corpo docente

Para que seja possível realizar uma programação anual integrada do número de docentes a qualificar com o grau de Mestre e Doutor, por domínio de formação, é necessário: concluir a recolha de informação sobre os níveis de qualificação e respectivos domínios de formação dos docentes em serviço nas IES públicas e privadas; proceder ao levantamento dos Mestrados e Doutorandos a frequentar Cursos de Mestrado e Doutoramento, em Angola e no Estrangeiro, com e sem bolsas do INAGBE; proceder à recolha periódica de informação sobre a oferta interna de formação avançada (cursos, matriculados e diplomados).

Garantir a Programação dos Ajustamentos da Oferta de Formação Avançada

A programação da oferta de Mestrados e Doutoramentos nos domínios estratégicos de formação, incluindo as Ciências de Educação terá, necessariamente, que ter em consideração os ajustamentos desejáveis a realizar na oferta de formação graduada, por forma a garantir a existência de docentes com as qualificações necessárias para assegurar a criação e funcionamento dos cursos, em particular, nos domínios inexistentes até à data e deficitários.

Priorizar a atribuição de Bolsas Externas de Pós-graduação

A existência de docentes do ensino superior nos domínios estratégicos de formação é fundamental, não só para a prossecução das metas propostas no PNFQ, mas para assegurar a sustentabilidade dos ajustamentos previstos na oferta do ensino superior graduado, em particular nos domínios onde a mesma é ainda inexistente ou deficitária. Neste contexto, e tal como proposto no PNFQ, na atribuição de bolsas externas devem ser priorizadas as bolsas de pós-graduação, sendo, inclusive, recomendada uma inversão das proporções (80% para bolsas de pós-graduação e 20% para bolsas de graduação).

Criar condições de frequência, pelos Docentes, de Formação Avançada

A responsabilidade primária de criação de condições de frequência de formação avançada pelos quadros docentes, no país ou no estrangeiro, cabe às IES, públicas e privadas, com o apoio da Direcção Nacional de Formação Avançada do Ministério do Ensino Superior, que assegura a articulação com o INAGBE, tendo em vista a canalização de bolsas de estudo de pós-graduação para o efeito. Neste âmbito, e por forma a potenciar o acesso pelos docentes a oportunidades de frequência de formação avançada em universidades estrangeiras de renome, é fundamental promover, desde já, a aprendizagem da língua inglesa.

Promover a Formação Avançada dos Docentes das IESP

Dada a relevância da formação avançada em Ciências da Educação para a qualidade do desempenho dos professores do ensino superior pedagógico, que são, em geral, simultaneamente formadores de professores e investigadores, não só é fundamental, como necessário, reforçar a aposta na formação avançada dos docentes das IESP em: (i) Metodologias específicas de ensino de áreas ou disciplinas curriculares de educação pré-escolar, de ensino primário e de ensino secundário técnico-profissional, incluindo as respectivas metodologias de avaliação do desenvolvimento e da aprendizagem⁷; (ii) Planificação, gestão e avaliação do sistema educativo.

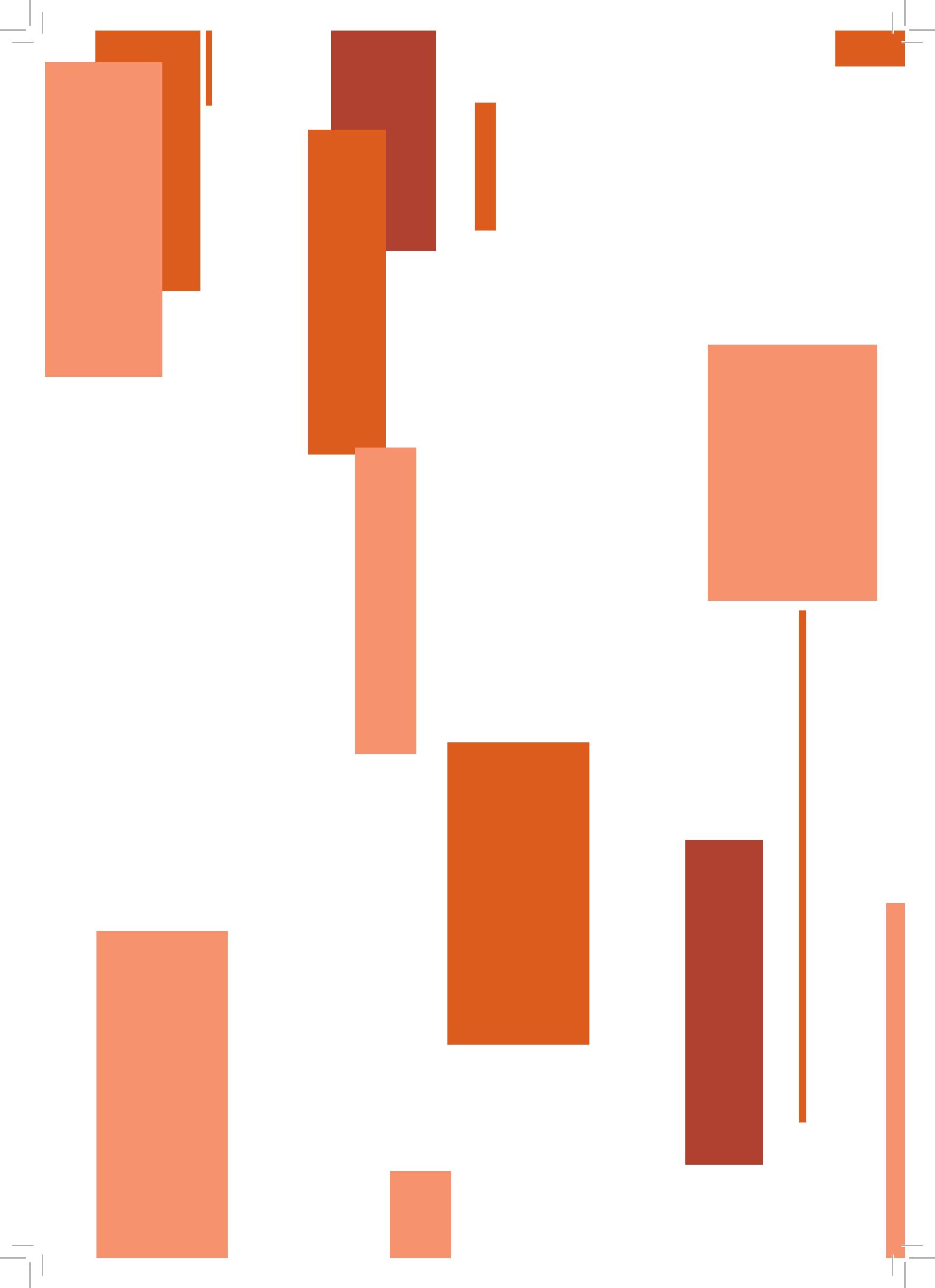
Assegurar acompanhamento e avaliação dos resultados do Programa de Acção 3 e o seu impacto no stock nacional de quadros docentes do Ensino Superior

Recomenda-se, para este fim, a criação da Bolsa Nacional de Quadros prevista no PNFQ.

(7) O que, como se comprehende, abrange uma grande variedade de especializações.

Encontrar mecanismos para melhor absorção de Quadros com Formação Avançada

Tendo em conta que o trabalho qualificado é um factor-chave para o crescimento económico, potenciando o capital humano existente no país, é fundamental a contratação dos quadros com formação avançada (especializações, mestrados e doutoramentos) formados tanto dentro como fora do País, pelo mercado de trabalho nacional. No entanto, muitos quadros altamente diferenciados (por vezes formados no exterior com suporte financeiro de Angola) não encontram trabalho no País (nem mesmo nas instituições públicas que os enviaram para formação), ficando a trabalhar fora das suas áreas de diferenciação ou acabando mesmo por emigrar, perdendo-se o investimento feito na sua formação. Esta dificuldade de enquadramento imediato dos quadros formados também se tem verificado em algumas formações ao nível de licenciatura, como é o caso dos médicos nacionais apesar de reconhecidamente serem ainda muito escassos (embora paradoxalmente algumas instituições acabem por suprir essa carência contratando licenciados expatriados). •



I 04

FORMAÇÃO DE INVESTIGADORES

do Sistema Nacional de Ciência,
Tecnologia e Inovação (SNCTI)

4.1 ÂMBITO E OBJECTIVOS

A Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (PNCTI)⁸ assume-se como um importante instrumento ao serviço do desenvolvimento sustentável social e económico do país. No sentido de apoiar a implementação da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – que define um conjunto de acções, metas e programas que concorrem para a concretização dos objectivos estabelecidos pela referida política – são várias as actividades de formação e mobilização de quadros nacionais altamente qualificados, previstas no PNFQ.

Nesta secção pretende-se, assim, descrever, na medida da informação disponível, a evolução das metas definidas pelo PNFQ no âmbito do Programa de Acção 3 (PA 3), no seu projecto 3.3, de Formação de Doutores/Investigadores para o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação.

Neste domínio, o PNFQ apresenta como principais metas a alcançar até 2020:

→ Estabelecer o **Sistema Estatístico e de Informação** do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e, no seu âmbito, proceder ao levantamento e caracterização exaustiva de todas as **unidades de investigação** e dos respectivos recursos humanos e técnicos;

→ Elaborar um **Programa Nacional de Formação e Capacitação de Investigadores** do SNCTI, envolvendo unidades de investigação, públicas e privadas, nacionais e estrangeiras;

→ Assegurar a disponibilidade de **140 doutores/investigadores**, distribuídos por 7 de 9 áreas de incidência identificadas na PNCTI⁹, estimando-se a formação de 20 doutores/investigadores em cada uma das seguintes áreas: Agricultura e Pescas; Telecomunicações e Tecnologias de Informação; Indústria, Petróleo, Gás e Recursos Naturais; Saúde; Recursos Hídricos; Energia e Ambiente;

→ Proceder ao recrutamento, temporário ou definitivo, de cerca de **20 investigadores estrangeiros** de preferência no âmbito de Acordos de Cooperação e de Parceria com Universidades e Unidades de Investigação estrangeiras, destinados, preferencialmente, para as 7 áreas de incidência já referidas.

4.2 FORMAÇÃO DE DOUTORES/INVESTIGADORES

De acordo com os dados do II Inquérito de Investigação e Desenvolvimento (I&D) realizado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, identificaram-se 327 Investigadores em 2014 com o grau de Licenciatura, Mestrado e Doutoramento – distribuídos pelas várias Unidades de Investigação Nacionais. Em contraposição, os dados relativos a 2011-2012, registavam um total de 259 investigadores, revelando um acréscimo de mais 68.

Tabela 4.1 – Investigadores Existentes nas Unidades de Investigação entre 2013-2014

	Nº de Investigadores					
	PhD		Mestre		Licenciado	
	H	M	H	M	H	M
Sub-Total	44	15	58	35	101	74
	59		93		175	
TOTAL					327	

FONTE: MINCT, 2017. RESULTADOS DO II INQUÉRITO DE I&D (PROCESSO DE RECOLHA ENTRE 2016 E JAN.2017)
POR REFERÊNCIA AOS INVESTIGADORES EXISTENTES ENTRE 2013 E 2014.

(8) PNCTI, Decreto Presidencial, nº201/11, de 20 de Julho

(9) São elas: Educação, Cultura e Formação Profissional; Ensino Superior; Agricultura e Pescas; Telecomunicações e Tecnologias de Informação; Indústria, Petróleo, Gás e Recursos Minerais; Saúde; Recursos Hídricos; Energia e Ambiente.

**Tabela 4.2 – Investigadores Existentes nas Unidades de Investigação
(enquadradados nas áreas de incidência do PNFQ), 2011-2012**

Áreas de Incidência da PNCTI PNFQ	Nº de Investigadores					
	Doutor		Mestre		Licenciado	
	H	M	H	M	H	M
Agricultura e Pescas	24	6	39	12	40	20
Telecomunicações e Tecnologias de Informação	3	0	3	4	17	9
Indústria, Petróleo, Gás e Recursos Minerais	0	0	0	0	0	0
Saúde	7	0	5	5	17	11
Recursos Hídricos	0	0	0	0	0	0
Energia	0	0	0	0	0	0
Ambiente	3	5	0	2	0	2
Sub-Total de Investigadores em Domínios PNFQ	34	6	47	21	74	40
N.º de Investigadores em Domínios Não PNFQ	4	6	5	3	12	7
TOTAL de Investigadores nas Unidades de Investigação	259					

FONTE: MINCT. 2015

Do total de 259 investigadores que existiam entre 2011-2012, 222 enquadram-se **nas 7 áreas de incidência** definidas como prioritárias pela PNCTI (Tabela 4.2) sendo que, entre estes, o número de Doutores ascende a 40. O Número de Licenciados e Mestres Investigadores já existentes (182) representam potenciais Doutores/Investigadores pelo que se registam boas condições para o alcance da meta estabelecida pelo PNFQ - de 140 Doutores/Investigadores de 7 das 9 áreas de incidência. Os dados mais recentes, no que se refere à aos 327 investigadores, não permite ainda fazer esta análise, à data de elaboração deste relatório.

Até ao final de 2017 ainda não tinham sido identificados os quadros angolanos com elevado potencial para estudar em instituições universitárias internacionais, nem definidos os mecanismos de atribuição de bolsas, o que poderá comprometer a frequência de cursos de doutoramento no estrangeiro. Porém, em 2016, já se deram alguns passos nesse processo. Após um processo de divulgação das embaixadas e/ou consulados à comunidade angolana residente na diáspora, a pedido do Ministério das Relações Exteriores, fizeram o registo apenas 23 quadros angola-

nos, dois quais 12 a residir em França, 4 no Brasil, 4 nos Estados Unidos da América e 3 no Canadá. Desse total de quadros que fizeram o registo nas respectivas embaixadas a maioria tem o grau de licenciado, embora 8 deles tenham o grau de mestre. Em 2018 aprofundar-se-á este registo de quadros angolanos na diáspora e definir-se-ão critérios para a sua seleção para a frequência dos respectivos programas de formação pós-graduada.

No âmbito do processo de inquirição para a elaboração do Plano de Necessidades de Formação (2017-2022), foram sinalizadas as suas necessidades de formação:

→ **286 investigadores carecem de formação avançada** (102 em cursos de doutoramento e 184 em cursos de mestrado);

→ **342 técnicos de apoio à investigação e outro pessoal de suporte** carecem de formação técnica e graduada (191 em cursos de licenciatura, 100 em formação técnica de laboratório e 51 em formação técnica de calibração de instrumentos).

Ainda no âmbito do processo anterior, as instituições de IDI sinalizaram que necessitavam de recrutar mais 810 investigadores para acrescer aos 327 já existentes (425 licenciados, 216 mestres e 169 doutores) e 426 técnicos de apoio e pessoal de suporte a acrescer aos 454 existentes.

De igual forma, está ainda por concretizar, conforme previsto, o recrutamento de investigadores estrangeiros, através da celebração de Acordos de Cooperação e de Parceria com Universidades e Unidades de Investigação Internacionais, bem como o recrutamento de investigadores angolanos na diáspora.

Não obstante, importantes passos foram já dados, nos últimos cinco anos, neste domínio:

→ **O Sistema Estatístico e de Informação do Sistema Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação encontra-se estruturado e o respectivo protótipo desenvolvido.**

→ **O Plano de Formação para o Desenvolvimento de Capacidades no âmbito da investigação aplicada é fundamental para o Sistema Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação** já foi elaborado e enquadrado no Programa de Capacitação de Investigadores e Pessoal Técnico.

→ **O Plano de Acção para a estruturação e funcionamento da Academia de Ciências de Angola** foi elaborado, tal como foram já aprovados três dispositivos de suporte para a orientação e estruturação das Instituições Públicas de Investigação Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, designadamente:

- a) O Regulamento Geral dos Conselhos Científicos das Instituições de Investigação Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (Decreto Presidencial nº112/15, de 29 de Maio);
- b) O Regulamento das Instituições Públicas de Investigação Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Decreto Presidencial nº 125/15, de 1 de Junho);
- c) O Regulamento do Conselho Superior de Ciência, Tecnologia e Inovação (Decreto Presidencial nº321/14 de 1 de Dezembro).

→ **O Projecto de Estatuto da Carreira de Investigador e do Pessoal Técnico** foi já elaborado e submetido para aprovação das instâncias superiores, à semelhança do projecto de diploma legal sobre a Criação, Organização e funcionamento das Unidades de Investigação, Desenvolvimento e Inovação e do projecto de Estatuto do Conselho Superior de Ciência, Tecnologia e Inovação.

→ **Proposta de diploma legal sobre a criação, organização e funcionamento das Unidades de Investigação, Desenvolvimento e Inovação.**

Por último, e ainda que fora do âmbito do PNFQ, são de registar as seguintes realizações:

- Acompanhamento de Técnicos/Investigadores que estão a frequentar cursos de Mestrado e Doutoramento;
- Formação/capacitação de 4 indivíduos que estão a frequentar o curso de Física (especialidade em Radioactividade), na República do Vietname;
- Desenvolvimento do curso de Elaboração de Projetos de Investigação, Gestão e Publicação Científica e Ética da Investigação Científica, no Centro Nacional de Investigação Científica, no qual já foram formados 73 indivíduos.

4.3 SÍNTESE: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

4.3.1 Conclusões

Quando comparado com outros domínios do PNQFQ, a formação de Doutores/Investigadores apresenta ainda um nível de concretização baixo

O desvio no alcance das metas estabelecidas em 2012 justifica-se, em parte, pelo atraso na definição do Plano de Acção do Programa Nacional de Formação Doutoral de Ciência, Tecnologia e Inovação (PNFD/CTI). A recuperação do referido atraso implicava iniciar a implementação do PNFD/CTI em Outubro de 2017, prevendo, na sua programação anual, um número de matriculados que lhe permita atingir a meta dos 140 Doutores/Investigadores. Estamos em 2018 e o Programa Doutoral não teve ainda início; aguarda-se, desde Maio de 2017, pela sua aprovação no Conselho Superior de Ciência, Tecnologia e Inovação, presidido pelo Presidente da República. À medida que o tempo passa o esforço a empreender para a recuperação das metas será cada vez maior.

4.3.2 Recomendações

Garantir a programação do Plano Operacional de 2018

Deverá, assim, integrar acções de recrutamento de investigadores na diáspora; recrutamento de investigadores estrangeiros e ainda identificação e selecção de potenciais candidatos (e matriculados) ajustados às necessidades de formação definidas pelo PNCTI. Importa, neste último ponto, considerar a actual incidência de investigadores do sexo masculino que evidencia a importância de uma maior atenção na mobilização de investigadores do sexo feminino aquando do processo de selecção e recrutamento dos candidatos a programas de investigação.

Estudar e definir Mecanismos alternativos de Financiamento (interno e externo) para a atribuição de Bolsas e Recrutamento de Investigadores Internacionais

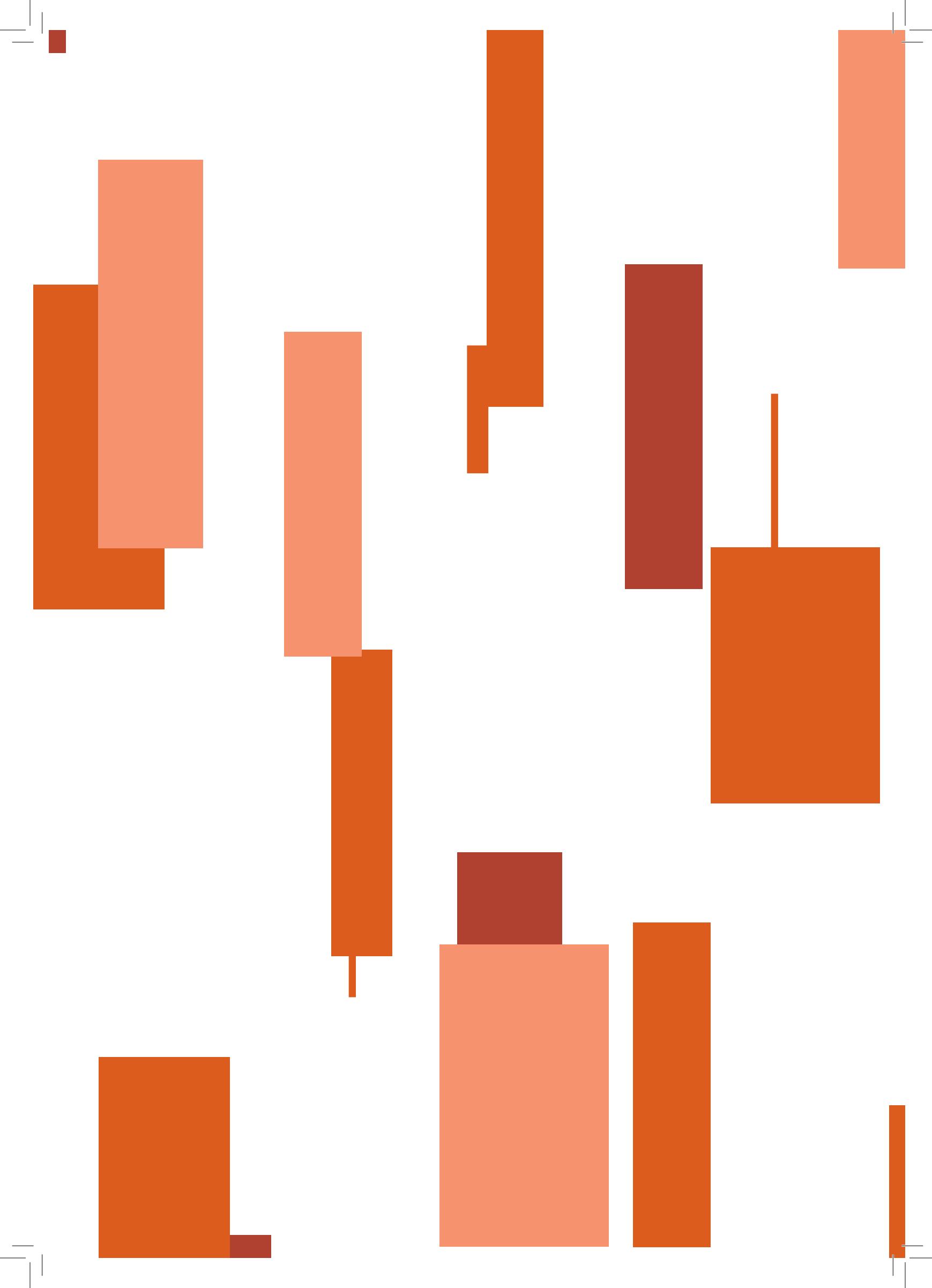
Esta medida é de especial importância atendendo ao cenário de maior dificuldade financeira que o país atravessa.

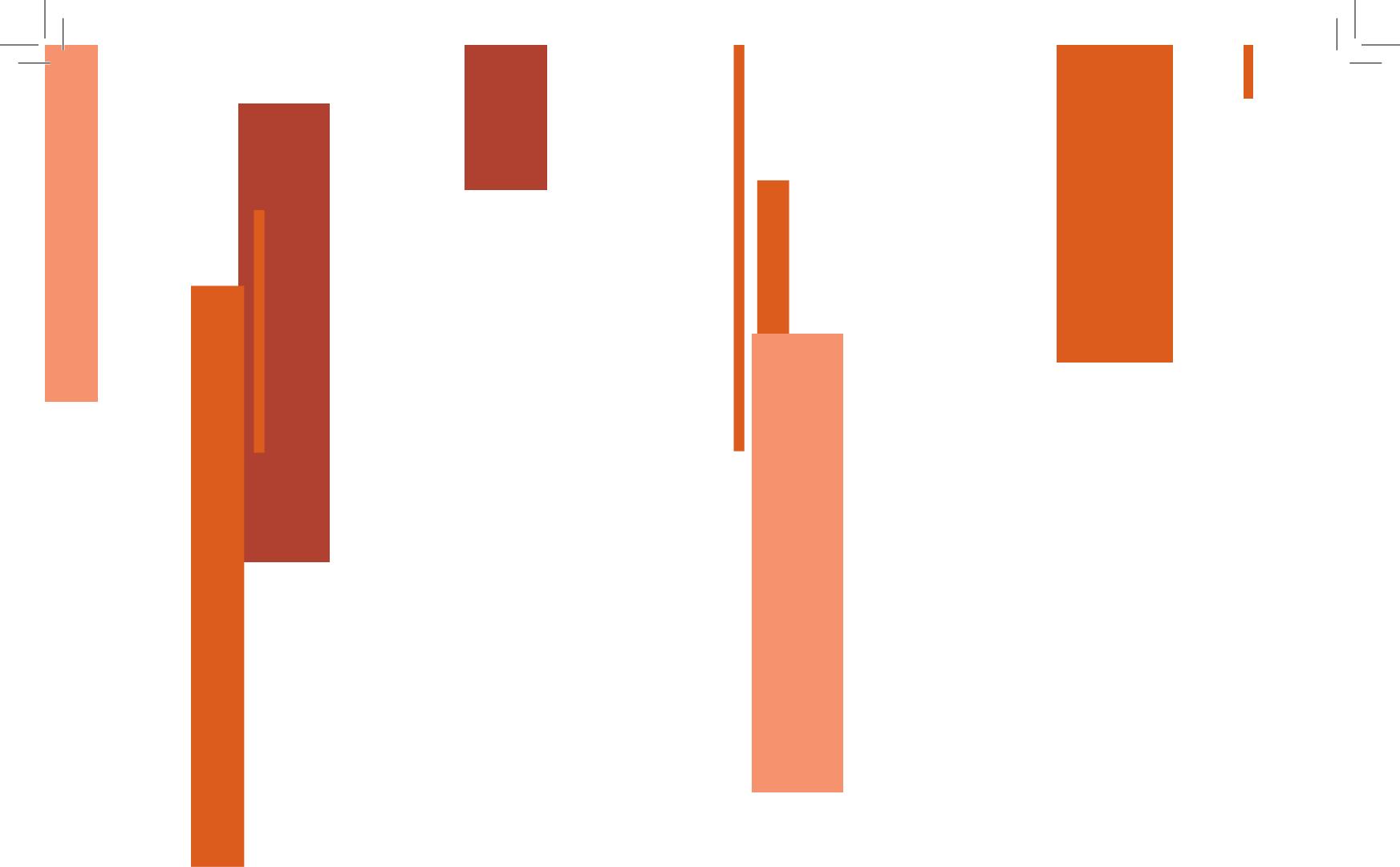
Reconhecimento do Quadro Orgânico dos Centros de Investigação Universitários por parte do Ministério das Finanças

O decreto 90/09 (Normas Reguladoras do Subsistema do Ensino Superior) estabelece que os Centros de Investigação passam a constituir unidades orgânicas das Universidades (o mesmo nível, no quadro orgânico, que têm as Faculdades e os Institutos Superiores), pelo que deveriam tornar-se também “órgãos dependentes” do ponto de vista do Orçamento Geral do Estado (passando a ser-lhes alocado um orçamento por ordens de saque). No entanto, apesar de já ter sido publicado o seu Estatuto em Diário da República como unidades orgânicas, continua a faltar o reconhecimento destes Centros como “órgãos dependentes” por parte do Ministério das Finanças. Consequentemente, os Centros de Investigação Universitários mantêm-se dependentes financeiramente das Faculdades de origem, sem que o orçamento destas tenha sido aumentado para suportar as despesas de funcionamento, pelo que, apesar de formalmente criados, pouco podem contribuir para o desenvolvimento do País em termos de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Rever o quadro de necessidades de novos recrutamentos, de investigadores e técnicos

Criar para isso critérios mínimos para o funcionamento das instituições de IDI e um calendário com metas para o crescimento dos quadros nestas instituições. Os números apontados pelas instituições, a curto e médio prazos parecem pouco sustentáveis para o SNCTI. •





I 05

FORMAÇÃO DE QUADROS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

5.1 ÂMBITO E OBJECTIVOS

A formação de quadros da administração pública visa a melhoria do desempenho, da eficiência e eficácia da função pública nos níveis de direcção, chefia e execução técnica (superior e média) contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento, modernização e a valorização do serviço público, ao nível central e local.

No Programa de Acção 5 foram definidas orientações para se elaborarem Programas de Formação (PF) por carreira.

O objectivo específico do PNFQ é a promoção de um sistema de formação para a Administração Pública que seja sustentável e capaz de assegurar que do efectivo actual de 360.381 funcionários, 285.604 frequentem uma acção de formação inicial integrada nos respectivos programas até 2020.

O Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS) é a entidade responsável pela concepção e gestão de políticas de valorização dos recursos humanos na função pública, e o Ministério da Administração do Território (MAT) é a entidade responsável pela gestão do funcionalismo público ao nível local.

A formação de quadros da administração pública para as carreiras gerais, dirigentes, técnicos superiores e médios depende da oferta formativa da Escola Nacional da Administração (ENAD) do MAPTSS para o nível central e do Instituto de Formação para a Administração Local (IFAL) do MAT para o nível local.

A formação de quadros das carreiras de regime especial diz respeito à formação de qualificação para o exercício de funções administrativas, com pendor específico. São realizadas por cinco instituições de formação, cuja gestão cabe aos Ministérios da Justiça, da Educação, da Saúde, das Relações Exteriores e das Finanças.

5.2 SISTEMA INTEGRADO DE FORMAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A relevância, eficácia, eficiência e sustentabilidade da oferta de formação da Administração Pública, será melhor garantida com a operacionalização do **Sistema Integrado de Formação da Administração Pública (SIFAP)**, encarregue de materializar a política de formação de quadros da Administração Pública.

Tendo em conta que o SIFAP visa conferir um carácter mais integrador e homogéneo à oferta formativa de todas as instituições para a Administração Pública, atendendo à sua especificidade e pluralidade e à conveniência de promover a comunicação, a troca de experiências e a colaboração entre as instituições e havendo necessidade da criação de um mecanismo de coordenação da actividade das instituições de formação para a Administração Pública.

Com vista a conferir maior qualidade na formação dos funcionários públicos e potenciar os seus recursos, foi criada a Rede de Instituições de Formação da Administração Pública (RIFAP), por Decreto Presidencial nº 48/17, de 7 de Março, com as atribuições de garantir o funcionamento em rede dos serviços e organismos de formação da Administração Pública, promover a cooperação, o diálogo e o uso partilhado de recursos materiais e imateriais de formação, proporcionar economias de escala e ganhos de qualidade a cada instituição e à rede, promovendo boas práticas de gestão e a partilha de experiências, respeitando o estatuto e normas de cada instituição, identificar necessidades, redundâncias e oportunidades de formação da Administração Pública, disseminar e partilhar ofertas formativas e constituir equipas plur-institucionais de formadores quando for adequado, e integrar a plataforma electrónica inerente ao sistema de interoperabilidade para a gestão de dados sobre a formação, colaborar com os organismos da Administração Pública na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas e acções estratégicas no domínio da formação.

5.3 AJUSTAMENTOS DA OFERTA FORMATIVA

5.3.1 Carreiras de Regime Geral: Administração Pública Central

Em 2013, a ENAD procedeu ao ajustamento da sua oferta de formação, de acordo com as orientações definidas no PNFQ, para a organização da formação, inicial e contínua, para os quadros das carreiras de regime geral: dirigentes, técnicos superiores, técnicos e técnicos médios, num total de 34.272 efectivos.

Seguidamente, para cada uma das carreiras, é apresentado o número de formados entre 2013 e 2016.

Formação de Alto Nível para Actuais Dirigentes

Em 2017 o número de dirigentes de topo (Direcção e Chefias Intermédias) é de 3.603, que corresponde a 10,5% do efectivo a formar até 2020.

No âmbito do projecto 5.2, composto por cinco Programas de Formação, foram formados 1.263 Directores, e/ou equiparados, e chefes de Departamento, o que corresponde a 35% do total nesta categoria e que deverão passar por, pelo menos, uma acção de formação inicial adequada até 2020.

Dos programas de formação que constituem este projecto, o Programa de Formação 1, direcionado a Directores e/ou equiparados formou, neste ciclo, 384 dos 1.416 que compõem a Administração Pública Central. O Programa de Formação que tem como público-alvo os chefes de departamento e de secção, em número de 2.187 efectivos, formou 26% o equivalente a 558 chefes de departamento e secção da Administração Pública Central.

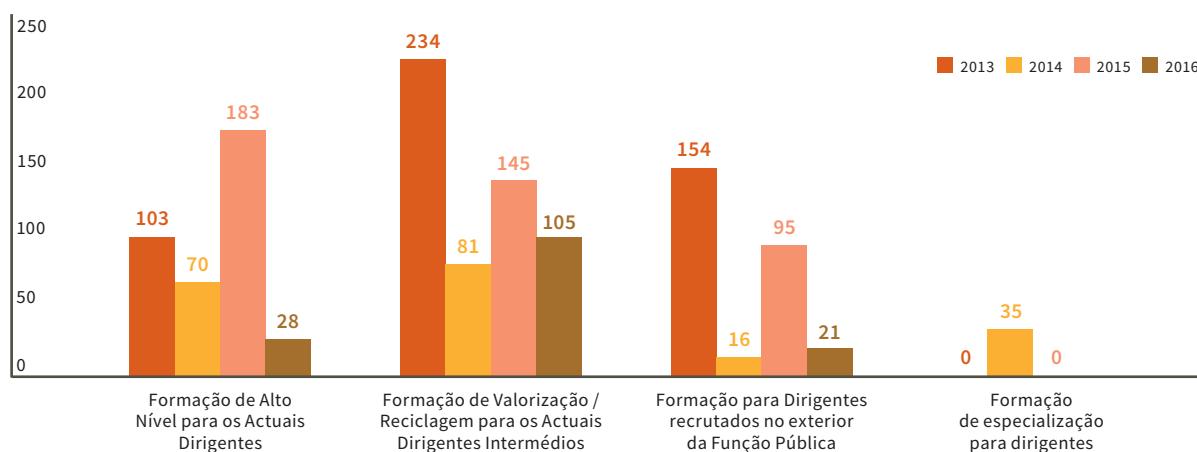
Em 2014, com a publicação do Decreto nº 116/13, de 3 de Julho, sobre a obrigatoriedade da formação, registou-se um aumento considerável de formados em todos os cursos que compõem o projecto 5.2.

Formação geral e de especialização para quadros superiores

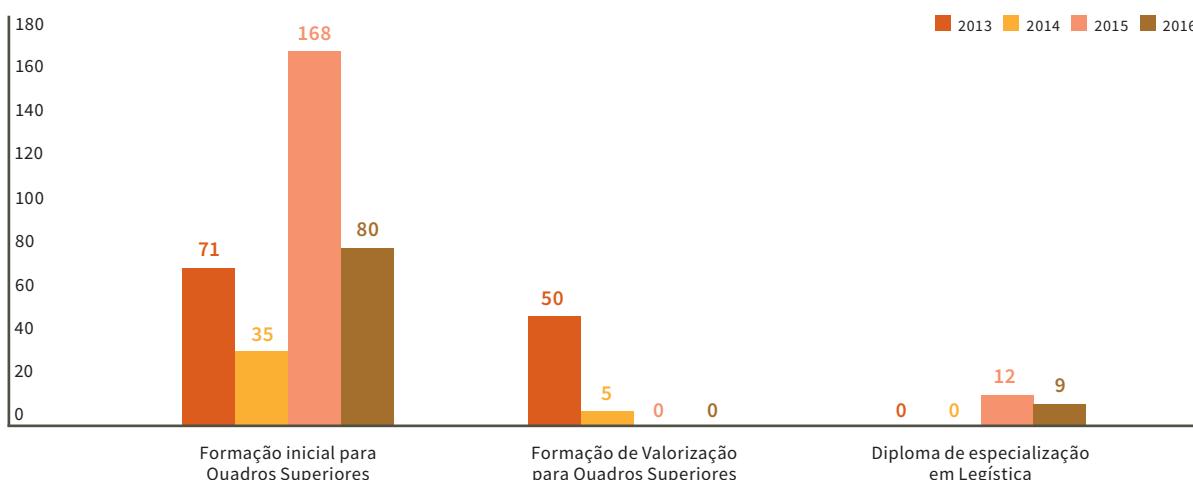
Entre 2013 e 2016, o número total de quadros formados foi de 460, de um total de 4.557 técnicos superiores efectivos da Administração Pública Central que deverão ser formados até 2020.

A formação de especialização em Legística (PF 8), direcionada a técnicos superiores com formação graduada em Direito e com a finalidade de agregar e actualizar conhecimentos em elaboração de leis, formou entre 2015-2016 um total de 21 quadros superiores.

Gráfico 5.1 – Formação de Alto Nível da Administração Central, 2013-2016



FONTE: ENAD.2016

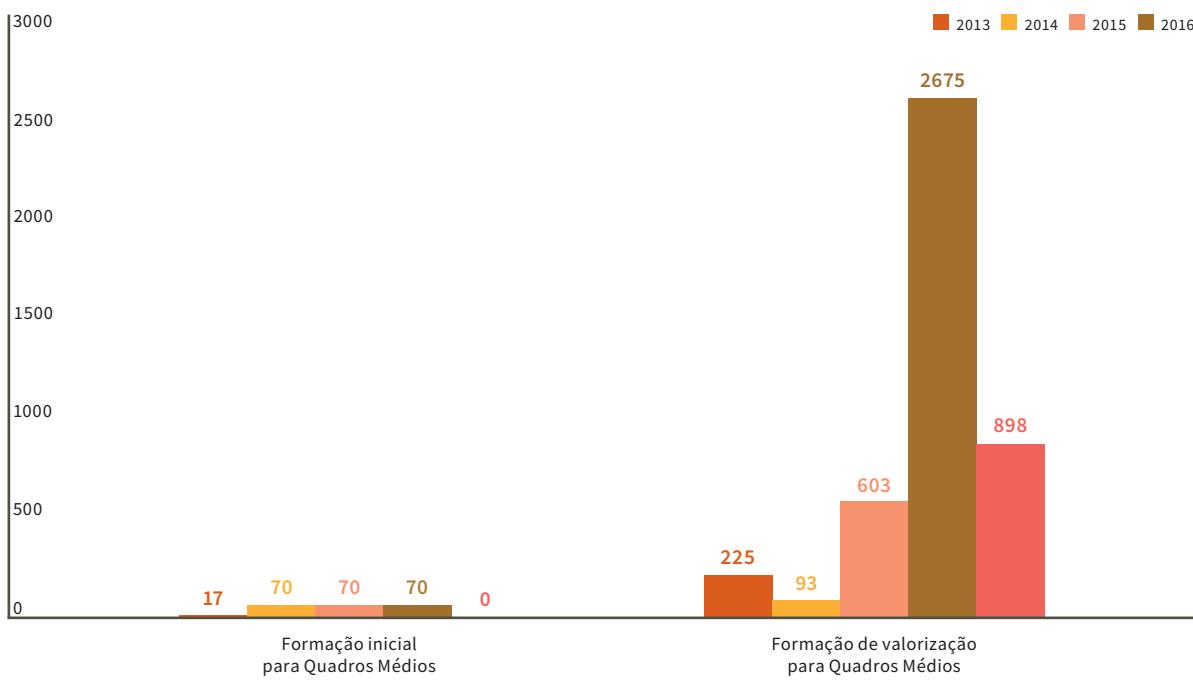
Gráfico 5.2 – Formação de Valorização de Quadros Superiores da Adm. Pública Central 2013-2016

FONTE: BDOF, ENAD. 2016

Formação para Quadros Médios

À semelhança do verificado na formação inicial para quadros superiores, houve uma aposta na formação inicial dos quadros médios. Do efectivo de 26.112 quadros, foram formados 3.793, o que equivale a 15% dos quadros técnicos e técnicos médios a formar até 2020, por orientação do PNFQ.

Em 2016 e no Iº trimestre de 2017, com a revisão e actualização do programa de modernização da Administração Pública, a ENAD formou, num ciclo de seminários, cerca de 3.578 funcionários públicos no programa de valorização dos Serviços Públicos.

Gráfico 5.3 – Formação de Valorização de Quadros Médios da Adm. Pública Central 2013-2016

FONTE: ENAD.2017

Formação comum a quadros dirigentes, técnicos superiores e técnicos médios

Abrange seminários, workshops, cursos de informática e cursos sobre temas diversos, nomeadamente: atendimento aos cidadãos, qualidade dos serviços públicos, comunicação institucional, avaliação, auditoria e controlo de serviços, avaliação de resultados e de desempenho, regras de contratação e enquadramento nas carreiras, sistemas de informação e comunicação, gestão de recursos humanos, entre outros (PF 11 e PF 12). Pela sua natureza transversal, a formação contínua, agrega o “saber fazer” no exercício das funções desempenhadas.

Entre 2013 e o I trimestre de 2017 foram organizadas 420 acções de formação que abrangeram 8.343 participantes, dos quais 43% quadros dirigentes e chefias, 11% quadros superiores e 45% quadros médios.

Importa referir, que estas acções de formação não foram exclusivas para os quadros da administração pública, tendo sido extensíveis ao sector empresarial Público.

Adicionalmente, é relevante realçar o facto de um mesmo funcionário, em termos de formação contínua, poder participar em mais do que um curso, tendo em conta as necessidades de aquisição ou de consolidação de competências.

Tabela 5.1 – Formação comum a quadros dirigentes, quadros superiores e quadros médios, 2013-2017

Ano	N.º Cursos	Número de Formados			
		Total	Dirigentes de Topo e Intermédios	Quadros Superiores	Quadros Médios
2013	74	1.443	625	230	588
2014	196	3.804	1.566	318	1.917
2015	97	2.301	1.127	260	914
2016	49	736	293	114	329
2017	4	59	15	4	40
TOTAL	420	8.343	3.626	926	3.788

FONTE: BDOF - ENAD

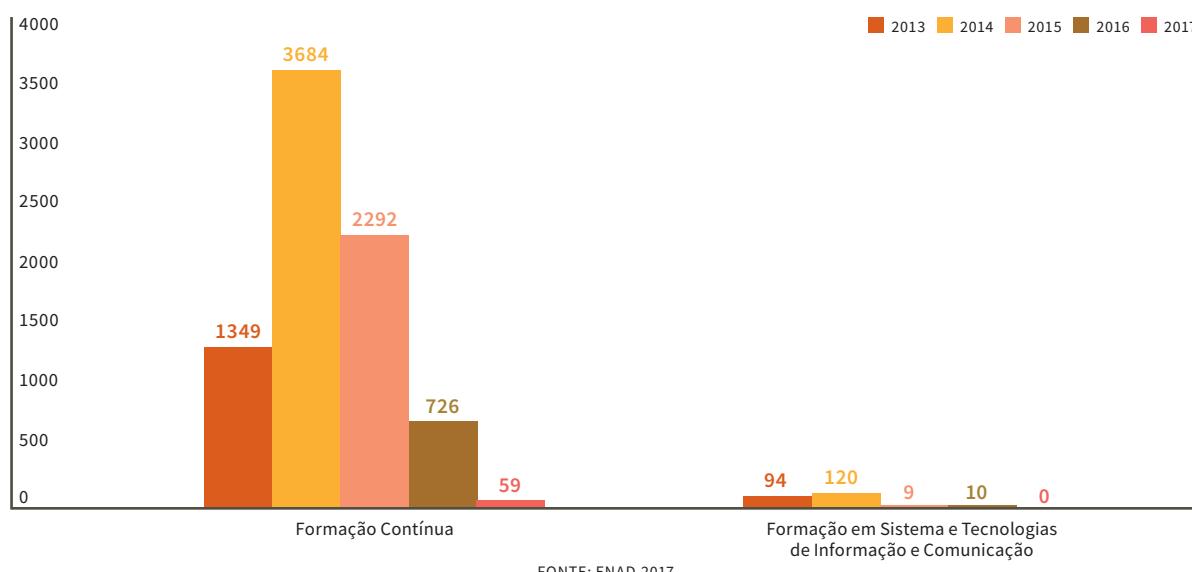
Em 2013 e 2014, registou-se procura em relação às formações de Sistemas e Tecnologias de Informação e Comunicação (PF 12), não existindo nos anos subsequentes. O ano de 2014 foi o de maior procura em relação à formação contínua (PF 11), devido à publicação do Decreto nº 116/13, de 3 de Julho, sobre a obrigatoriedade da formação.

Formação de formadores

Visa o reforço, em quantidade e qualidade, da Bolsa de Formadores da Administração Pública (PF 14). Entre 2013 e 2016 foram realizados 15 cursos de formação inicial de formadores, tendo sido formados 181 formadores.

Em 2015, foram realizados 2 cursos de formação inicial e organizado um workshop na utilização de dinâmicas pedagógicas, para os formadores da ENAD.

Gráfico 5.4 – Formação Comum a Quadros Dirigentes, Quadros Superiores e Quadros Médios da Administração Pública Central, 2013-2017



5.3.2 Carreiras de Regime Geral: Administração Pública Local

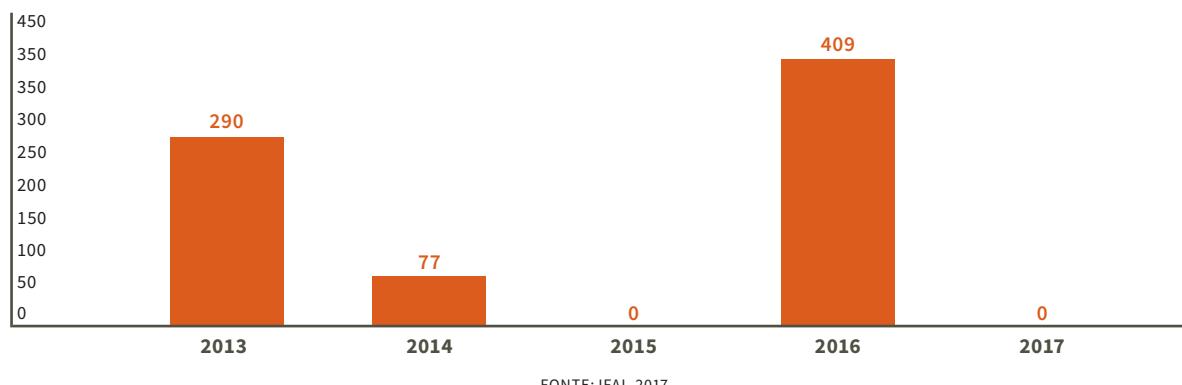
Nesta secção, será apresentado um balanço da execução, pelo IFAL, da formação inicial e contínua para um total de 251.332 quadros da carreira geral da administração pública local, no período compreendido entre 2013 e 2016. A oferta de formação é assegurada por seis Centros Regionais e dois centros de apoio.

Formação de Alto Nível para Actuais Dirigentes

O número de efectivos a formar neste projecto é de 26.425 quadros até 2020. Entre 2013 e o Iº Trimestre de 2017 formaram-se 776 quadros, que representam 3% dos efectivos existentes em 2017 na categoria de direcção e chefia, que correspondem aos PF 1 - Formação para os actuais Dirigentes de Topo e PF2 - Formação de Valorização/Reciclagem para os Actuais Dirigentes Intermédios.

Relativamente aos restantes Programas de formação, PF 3, PF 4 e PF 5 que compõe o projecto 5.2, durante os anos em análise, não houve oferta nos domínios mencionados.

Gráfico 5.5 – Formação de Alto Nível para Administração Pública Local 2013-2017



Formação de Valorização para Quadros Superiores

Pela razão referida anteriormente, o projecto 5.3. (PF 6, PF 7 e PF 8) ainda não foi implementado ao nível local da Administração Pública.

Formação de Valorização para Quadros Médios

O projecto 5.4 tem como público alvo os técnicos e não técnicos, num total de 191.488 quadros, destes foram formados 41 em 2014. A materialização de mais acções de formação, neste programa, ficou comprometida devido ao ambiente económico desfavorável no País.

Formação Comum a Dirigentes, Quadros Superiores e Quadros Médios

Dos 251.332 quadros da administração pública local existentes, formaram-se neste programa de formação transversal a todos os cargos e carreiras, 45.237 quadros que correspondem a 18% dos efectivos da Administração Pública Local.

De realçar que o mesmo funcionário, em termos de formação contínua, pode participar em mais do que uma acção de formação, entre 2013 e 2020, tendo em conta as necessidades de competências identificadas. A formação contínua abrangeu, nomeadamente, os seguintes domínios: Procedimentos Administrativos, Contratos Administrativos, Elaboração de Documen-

tos Administrativos, Gestão de Documentação e Arquivo, Gestão de Recursos Humanos, Gestão e Fiscalização de Mercados, Liderança e Gestão de Equipas e Prática de Secretariado.

O contexto actual de restrição orçamental, condicionou a realização de acções de formação contínua nos anos de 2015, 2016 e I Semestre de 2017, o que representa um decréscimo muito significativo face à capacidade demonstrada nos anos anteriores.

Formação para Formadores

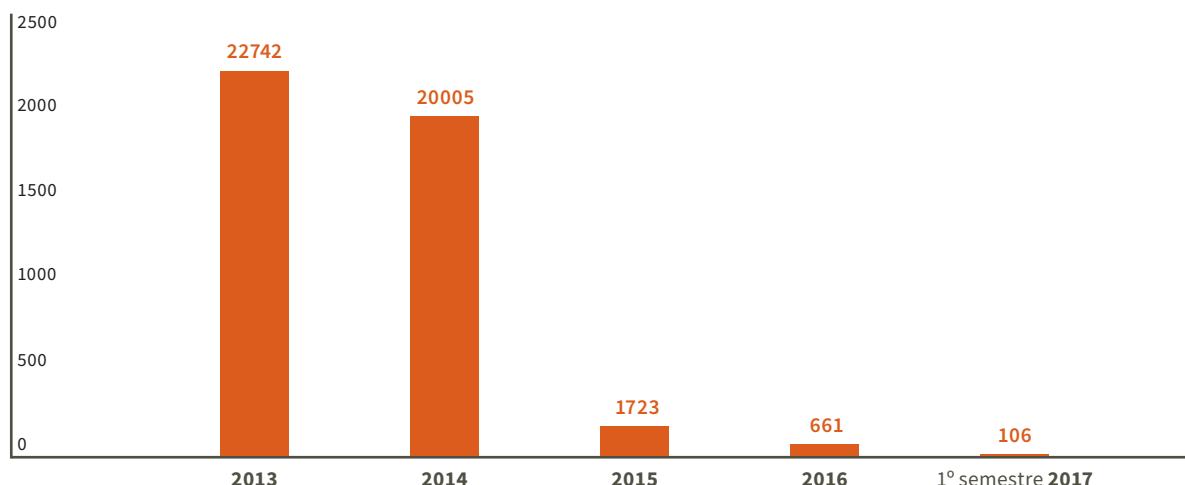
Entre 2013 e 2015, foram realizados 11 cursos de formação de formadores, com um total de 798 formados.

Tabela 5.2 – Formação comum a Dirigentes, Quadros Superiores e Médios, 2013-2017

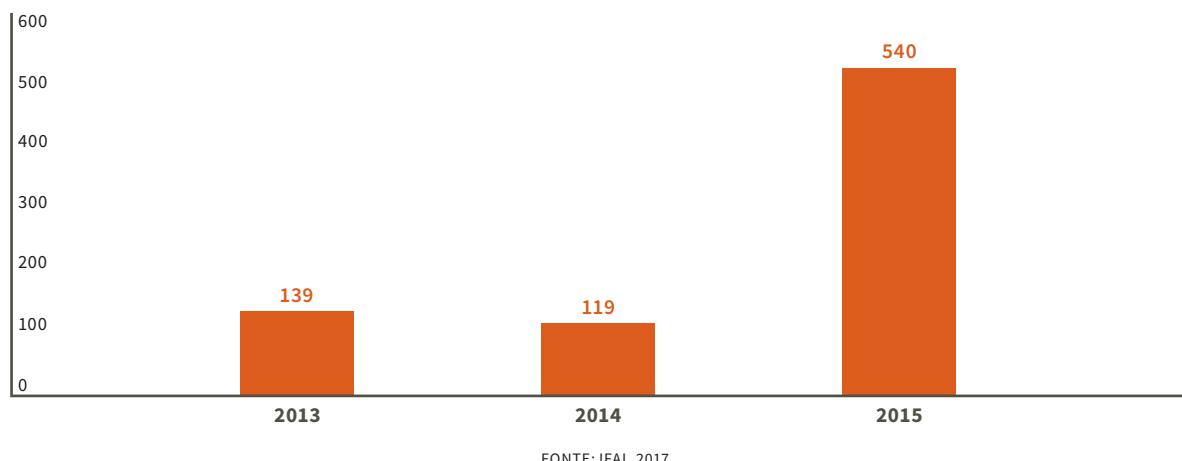
Ano	N.º Cursos	N.º de Formados
2013	95	22.742
2014	49	20.005
2015	59	1.723
2016	43	661
2017	2	106
TOTAL	248	45.237

FONTE: BDOF - IFAL. 2017

Gráfico 5.6 – Formação Comum a Dirigentes, Quadros Superiores e Médios da Administração Pública Local, 2013-2017



FONTE: IFAL.2017

Gráfico 5.7 Formação de Formadores, 2013-2015

5.3.3. Carreiras do Regime Especial

O PNFQ estabelece orientações para a formação inicial, de qualificação para o exercício de funções, de quadros nas carreiras de regime especial da justiça, educação (administração escolar), finanças, da diplomacia e saúde (administração hospitalar).

Não existe informação relativa a 2013 e 2014 sobre a oferta formativa das instituições de carreiras especiais.

Em 2015 e 2016, de acordo com as orientações do PNFQ, foram formados:

→ Pelo INEJ/MINJUS, 445 funcionários, em matérias Jurídicas e Administrativas;

- Pelo ISRI /MIREX, 750 funcionários, em matérias de diplomacia;
- Pela ENSP/MINSA, 83 gestores hospitalares em 2015, ficando comprometido o ano de 2016 devido à situação financeira nacional;
- Pelo INFORFIP/MINFIN, 8.748 funcionários, em matérias relacionadas com as finanças públicas;
- Pelo INFQE/MED, 245 gestores de escolas públicas e privadas, em matérias relacionadas com a Administração Escolar.

O baixo índice de formação para as carreiras especiais ficou a dever-se à situação económica e financeira que o país atravessa.

Tabela 5.3 – Instituições de Formação para as Carreiras de Regime Especial, 2013-2016

PF	Designação do PF	Instituição de Formação	Quadros Formados
15	Formação para as carreiras de regime especial na área da Justiça	Instituto Nacional de Estudos Judiciários (INEJ) / MINJUS	445
16	Formação para a Administração Escolar	Instituto Nacional de Formação de Quadros da Educação (INFQE) / MED	245
17	Formação integrada para o Ministério das Finanças	Instituto de Formação das Finanças Públicas (INFORFIP) / MINFIN	8.748
18	Formação de Apoio à Administração Hospitalar	Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) / MINSA	83
19	Formação para as Carreiras de Regime Especial na área da Diplomacia	Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI)/ MIREX	750
TOTAL DE FORMADOS			10.271

FONTE: RESPECTIVAS INSTITUIÇÕES (2017)

5.4 MEDIDAS DE REGULAÇÃO E GARANTIA DA QUALIDADE DA OFERTA FORMATIVA

Articulação da formação com o regime de carreiras e de chefias

Na sequência das orientações do PNFQ, em 2013, foi aprovado o Decreto 116/13, de 3 de Julho, que obriga a formação dos titulares de cargos e chefias da Administração Directa do Estado (central e local) e Indirecta (Institutos Públicos), condicionando o exercício destes cargos à frequência prévia e com êxito de um curso de formação profissional. Este diploma legal abrange todos os técnicos da Administração Pública. Este foi um passo necessário e fundamental, no contexto da agenda de modernização administrativa, para a melhoria do desempenho e qualidade do serviço público.

Desenvolvimento de Sistema Integrado de Formação da Administração Pública

No sentido de promover uma resposta concertada às necessidades, quantitativas e qualitativas, de formação dos quadros da administração pública, o PNFQ define como prioritária a criação de um Sistema Integrado de Formação da Administração Pública que articule a oferta de formação dos diferentes provedores. O SIFAP, compreende assim, um sistema de coordenação, planeamento, gestão e monitorização da formação na Administração Pública, que contribuirá para a optimização dos recursos humanos, técnicos e financeiros existentes. Em 2017, deu-se um passo importante neste sentido, através da criação da Rede de Instituições de Formação da Administração Pública pelo Decreto Presidencial nº 48/17, de 7 de Março.

Até ao momento, a RIFAP integra 7 Instituições de Formação, conforme a Tabela apresentada:

Tabela 5.4 – Instituições que integram a RIFAP

Instituição de Formação	Ministério de Tutela
Escola Nacional de Administração (ENAD)	Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS)
Instituto de Formação para a Administração Local (IFAL)	Ministério da Administração do Território (MAT)
Instituto Nacional de Formação de Quadros da Educação (INFQE)	Ministério da Educação (MED)
Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP)	Ministério da Saúde (MINSA)
Instituto de Formação das Finanças Públicas (INFORFIP)	Ministério das Finanças (MINFIN)
Instituto Nacional de Estudos Judiciários (INEJ)	Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos (MINJUS)
Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI)	Ministério das Relações Exteriores (MIREX)

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA, A PARTIR DO DECRETO PRESIDENCIAL N° 48/17, DE 7 DE MARÇO

5.5 SÍNTESE: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.5.1 Conclusões

Ajustamento da oferta de formação para quadros da administração pública em função das orientações do PNFQ

As orientações do PNFQ para a formação de quadros das carreiras de regime geral e especial, enquadram-se num programa de reforma e modernização da administração pública, em prol da qualidade e eficiência do serviço público, para a qual é reconhecida a importância da formação, inicial e contínua, dos funcionários públicos para provimento e progressão na carreira. Com efeito, em 2013 foi aprovado um Regulamento específico para a articulação da formação com o provimento na carreira para cargos de direcção e chefia da Administração do Estado directa (central e local) e indirecta (institutos públicos).

ciência do serviço público, para a qual é reconhecida a importância da formação, inicial e contínua, dos funcionários públicos para provimento e progressão na carreira. Com efeito, em 2013 foi aprovado um Regulamento específico para a articulação da formação com o provimento na carreira para cargos de direcção e chefia da Administração do Estado directa (central e local) e indirecta (institutos públicos).

Balanço de execução das metas definidas no PNFQ, ao nível central, para a formação de quadros das carreiras de regime geral de dirigentes, técnicos superiores e médios

De uma forma global, verificou-se que o número de formados entre 2013 e 2014 ultrapassou as metas definidas no PNFQ para o período em causa. No que respeita à formação inicial e de especialização, apenas a que era dirigida especificamente a quadros superiores não atingiu a respectiva meta. Relativamente à formação comum a dirigentes, quadros superiores e médios e à formação de formadores, estas apresentaram resultados análogos ao padrão global de expansão da sua oferta formativa. Em 2015 e 2016 houve uma redução do número de formados nos vários programas de formação devido à situação económica e financeira vigente.

Desafios colocados na resposta às necessidades de formação para a administração pública local

A dimensão da administração pública local, sete vezes superior à administração pública central, e a diversidade de realidades e contextos em que a mesma está inserida, traduzem-se numa multiplicidade (e dispersão) de necessidades de formação, cuja resposta constitui um desafio permanente à gestão dos recursos disponíveis. Embora, em 2013 e 2014, as acções de formação contínua realizadas pelo IFAL tenham alcançado um número equivalente a 13% (42.296) do total de quadros da administração pública local existentes, em 2015 e 2016, devido ao contexto de restrição orçamental, foram abrangidos menos de 1%.

Sistema Integrado de Formação da Administração Pública e Rede de Instituições de Formação da Administração Pública

A criação da Rede de Instituições de Formação da Administração Pública constitui um passo fundamental para a definição e estabelecimento de um mecanismo de gestão concertada da oferta de formação para a administração pública. A RIFAP integra as instituições de formação responsáveis pela oferta de formação de qualificação para as carreiras de regime geral (ENAD e IFAL) e especial (ISRI, INFORFIP, ENSP, INEJ e INFQE). O lançamento da rede foi oficializado pelo Senhor Vice-Presidente da República de Angola, aos 4 de Maio de 2017.

5.5.2 Recomendações

Promover a avaliação da qualidade da formação

Por forma a assegurar o contínuo ajustamento da oferta de formação às exigências, transversais e específicas, do desempenho profissional na função pública, é necessário analisar, para os diferentes níveis das carreiras do regime geral e ao nível central e local, a adequação dos programas de formação. Adicionalmente, será relevante uma análise do impacto das formações nas alterações das práticas dos formados.

Analizar as necessidades quantitativas e qualitativas actuais, de formação de formadores para a administração pública

A aposta na formação dos formadores potencia o efeito multiplicador da qualidade em outras intervenções formativas. Apesar de, ao longo do período considerado, terem sido realizados cursos de formação de formadores para a administração pública central e local, não é possível analisar a adequação face ao quadro actual da Bolsa de Formadores, pelo que é necessário proceder à caracterização da sua situação actual.

Desenvolver mecanismos de apoio à gestão da qualidade da formação

É fundamental, o desenvolvimento de um mecanismo de recolha regular de informação sobre as necessidades, quantitativas e qualitativas, transversais e específicas, de formação dos quadros da administração pública central e local, de oferta formativa (cursos, inscritos, formados) disponível e as condições técnico-pedagógicas dos seus provedores, sejam eles de natureza pública ou privada.

Criar uma Comissão de Coordenação para Formação (CCF)

São muitas as instâncias políticas e administrativas interessadas na formação da Administração Pública a nível Central e Local. Estas formações contribuem para um melhor desempenho da administração pública no cumprimento da sua missão. Para garantir e articular todas as instâncias envolvidas no processo formativo e acompanhar a implementação das acções de formação, propõe-se a criação da CCF, com vista à definição e actualização permanente da política de formação para Administração Pública. •

06

FORMAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

6.1 ÂMBITO E OBJECTIVOS

Dada a importância do papel do sector privado no desenvolvimento económico sustentável do país, sendo que este é maioritariamente composto por Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs), insere-se no Programa de Acção 6 do PNFQ, que tem como objectivo apoiar a formação de uma cultura de Empreendedorismo e Desenvolvimento Empresarial.

Para atingir o seu objectivo, o programa de acção foi dividido em três projectos, cada um direcionado para diferentes tipos de formação e grupos-alvo (Tabela 6.1).

Os organismos executores deste programa de acção são as entidades públicas que visam a promoção desta rede empresarial, nomeadamente, o Instituto de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (**INAPEM**), responsável pela promoção do Empreendedorismo; o Instituto do Fomento Empresarial (**IFE**) e o Instituto do Sector Empresarial Público (**ISEP**), responsáveis pelo desenvolvimento do sector empresarial privado e público, respectivamente. Por fim, todas as Instituições de Ensino que incorporem cursos de formação média, graduação superior e pós-graduação, académica e profissional, na área de Gestão de Empresas, Gestão Financeira e Contabilidade e outras relacionadas. Seguidamente será feita uma análise dos resultados alcançados por projeto face às metas do PNFQ 2013-2020, com conclusões e recomendações.

Tabela 6.1 – Projectos e Metas do Programa de Acção 6 do PNFQ

Projecto	Tipo de Cursos	Grupos-Alvo	Metas 2013-2020
6.1. Formação Inicial em Empreendedorismo	Formação Inicial	Geral	20 000
		Mulheres	10 000
		Jovens	30 000
		Ex-Combatentes	20 000
	Sub-Total		80 000
6.2. Capacitação Empresarial	Formação Contínua	Geral	15 000
		Mulheres	5 000
		Jovens	10 000
		Ex-Combatentes	2 500
	Formação Avançada	Geral	2 500
	Sub-Total		35 000
6.3. Formação em Gestão de Empresas	Graduação Superior	Jovens	12 500
	Pós-Graduação	Executivos e Licenciados	7 500
	Formação Média	Jovens	40 000
	Sub-Total		60 000
TOTAL GERAL			175 000

FONTE: PNFQ

6.2 FORMAÇÃO INICIAL PARA O EMPREENDEDORISMO (Projecto 6.1)

Este projeto visa reforçar a capacidade de transformar ideias em oportunidades ou inovações de potenciais empreendedores, com especial atenção para as mulheres, jovens e ex-combatentes em actividades produtoras e geradoras de rendimentos.

As acções de formação organizadas para atingir este objectivo são promovidas e executadas pelo INAPEM. Neste âmbito, o Instituto oferece os cursos de “**Como iniciar a sua própria Empresa**”, “**Contabilidade Básica**” e “**Iniciação Empresarial**”.

A oferta destes 3 cursos, entre 2013 e o I Semestre de 2017, originou um total de 286 acções de formação e capacitou 74.653 indivíduos, onde o número de jovens formados ultrapassou a meta proposta para o período em análise, com uma taxa de execução de 172%. O número de formados no grupo de Ex-combatentes ainda está aquém da meta, com uma taxa de execução de 4%. (Tabela 6.2)

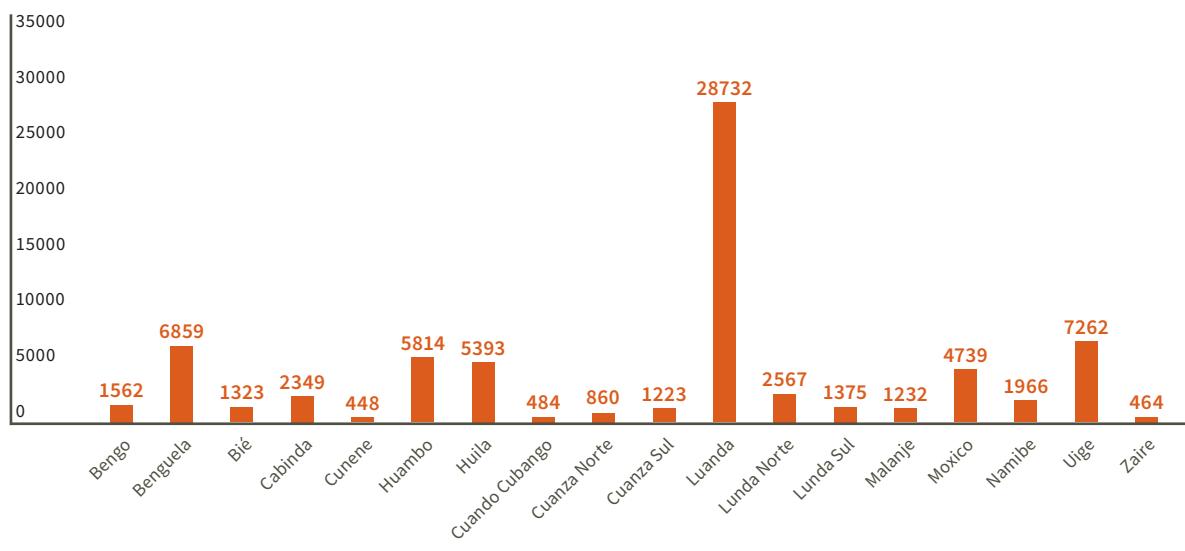
As províncias de Luanda, Benguela e Uíge, foram as que registaram maior número de formados, enquanto que as províncias do Cunene, Zaire e Cuanza Norte, registaram menor número de formados. (Gráficos 6.1).

Tabela 6.2 – Número de Formados e Taxa de Execução, por Grupo Alvo e Ano

Grupos-Alvo	Meta 2013-2020 PNFQ	2013	2014	2015	2016	2017 Iº Semestre	Total	Taxa de Execução
Geral	20000	--	9.328	1.303	682	306	11.619	73%
Mulheres Adultas	10000	727	6.010	1.154	542	328	8.761	88%
Jovens	30000	2.265	34.418	6.770	5.786	2.383	51.622	172%
Ex-combatentes	20000	0	282	310	137	0	729	4%
TOTAL GERAL	80000	4.914	50.038	9.537	7.147	3.017	74.653	93%

FONTE: PNFQ

Gráfico 6.1 – Distribuição do Número de Formados em Empreendedorismo, por Província, 2013-2017



FONTE: INAPEM

6.3 CAPACITAÇÃO EMPRESARIAL (Projecto 6.2)

Este projecto visa elevar de forma sustentada, os conhecimentos, competências, capacidade de gestão e de organização dos empresários angolanos, em particular das micro, pequenas e médias empresas, por forma a melhorar a competitividade e rendibilidade das suas empresas.

As acções de formação organizadas para atingir este objectivo são promovidas pelo ISEP para o sector público, e pelo IFE para o sector privado, mas executadas por outras entidades Angolanas. A título de exemplo, indicam-se, abaixo, os organismos promotores da formação e os respectivos executores da mesma:

o ISEP promoveu formações nas seguintes temáticas:

- Análise de Cadeia de Valor – CEEIA;
- Cultura Exportadora – CHEVRON;
- Pós-graduação em Gestão – ENAD.

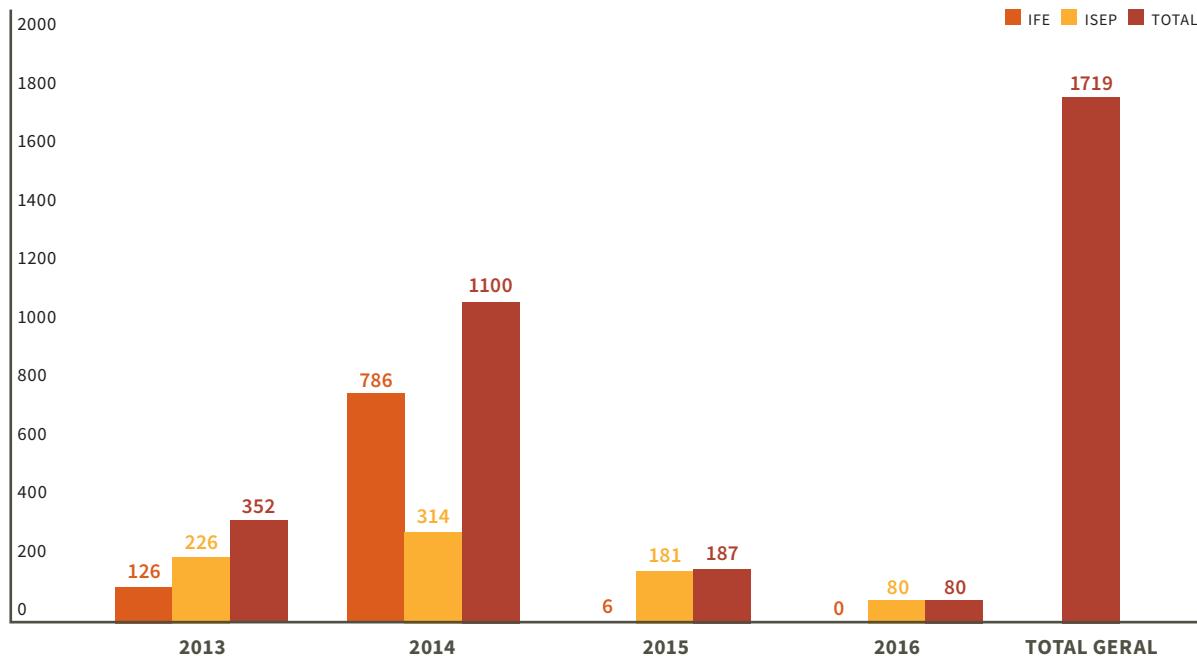
O IFE promoveu formações nas seguintes temáticas:

- Normas Internacionais de Contabilidade - Academia BAI;
- Programa Avançado de Contabilidade Empresarial e Finanças - Universidade Católica de Angola.

Ambos os Institutos mostram um esforço de expansão da sua oferta formativa no ano de 2014, embora não o tenham conseguido manter em 2015, onde se verifica um grande decréscimo no número de formados (Gráfico 6.2). Ainda assim, cobriram um total de 65% do número de formados proposto até 2020.

Ainda que todas as acções de formação tenham sido realizadas na província de Luanda, encontra-se alguma diversidade nos participantes da oferta formativa do ISEP e do IFE, no seu tipo de carreiras e até mesmo no sector das empresas presentes.

Gráfico 6.2 – Número de Formados Por Instituto, 2013-2016



FONTE: INAPEM, ISEP, IFE, 2016

6.4 FORMAÇÃO EM GESTÃO DE EMPRESAS (Projecto 6.3)

Este projeto visa promover formação de qualidade, a nível médio e superior, na área de gestão e organização de empresas, de forma a reforçar as competências técnicas da rede empresarial angolana. Desta forma, o projecto diz respeito ao Ensino Técnico-Profissional, Ensino Superior Graduado e Ensino Superior Avançado, nos domínios de Contabilidade e Gestão Financeira e Gestão Comercial e *Marketing*, direcionados essencialmente, para jovens.

Ao nível da formação do ensino médio, entre 2013 e 2016, foram formados 100.291 jovens nos domínios da Contabilidade, Gestão de Empresas e Gestão Comercial e *Marketing*.

Na Formação Superior, entre 2013 e 2016, foram formados 6.609 quadros superiores nas áreas de Contabilidade, Gestão Financeira e Gestão de Empresas.

Ensino Superior Avançado

Diz respeito à formação avançada para Licenciados e Executivos, seja Mestrado, Doutoramento ou um Curso de Especialização. Não é possível fazer uma análise de número de formados neste tipo de cursos, dadas as limitações de informação.

Na Tabela 6.4 podemos observar que existem, actualmente, nove cursos a nível nacional, distribuídos em quatro províncias, sendo maioritariamente de Mestrados (6).

Gráfico 6.3 – Diplomados nos Domínios de Gestão de Empresas, Gestão Comercial e *Marketing* e Contabilidade, pelo Ensino Médio, 2013-2016

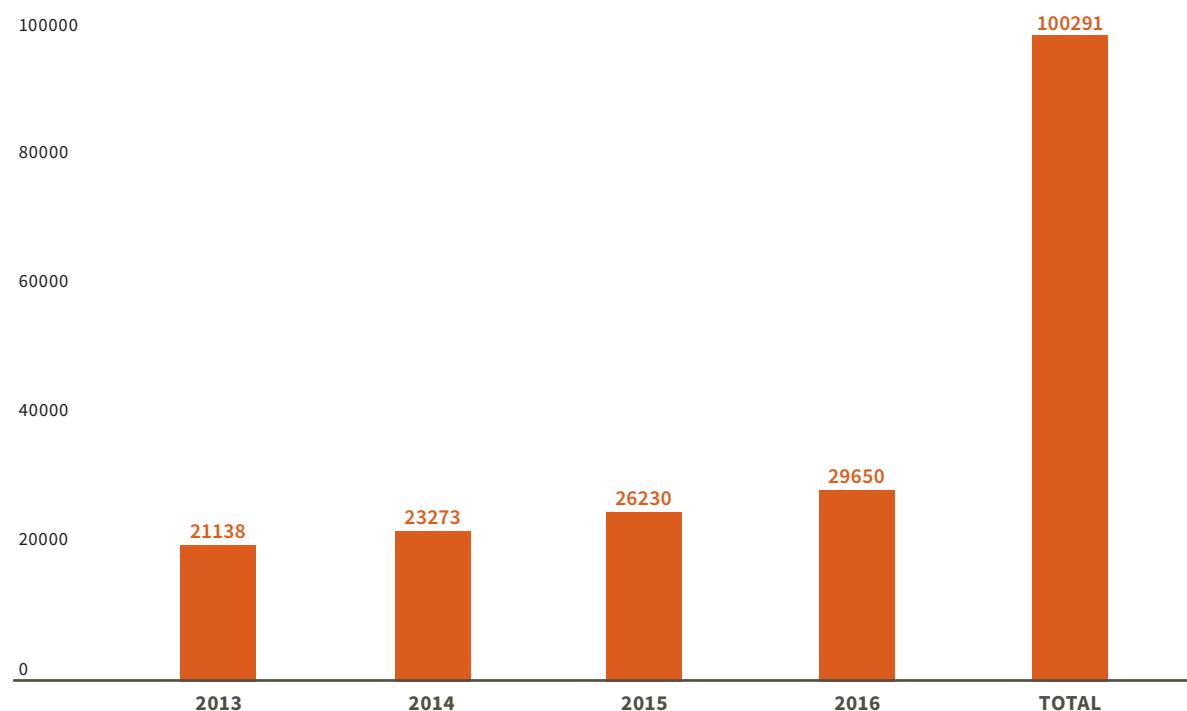


Gráfico 6.4 – Diplomados nos domínios de Contabilidade, Gestão financeira e Gestão de Empresas, pelo Ensino Superior, 2013-2016

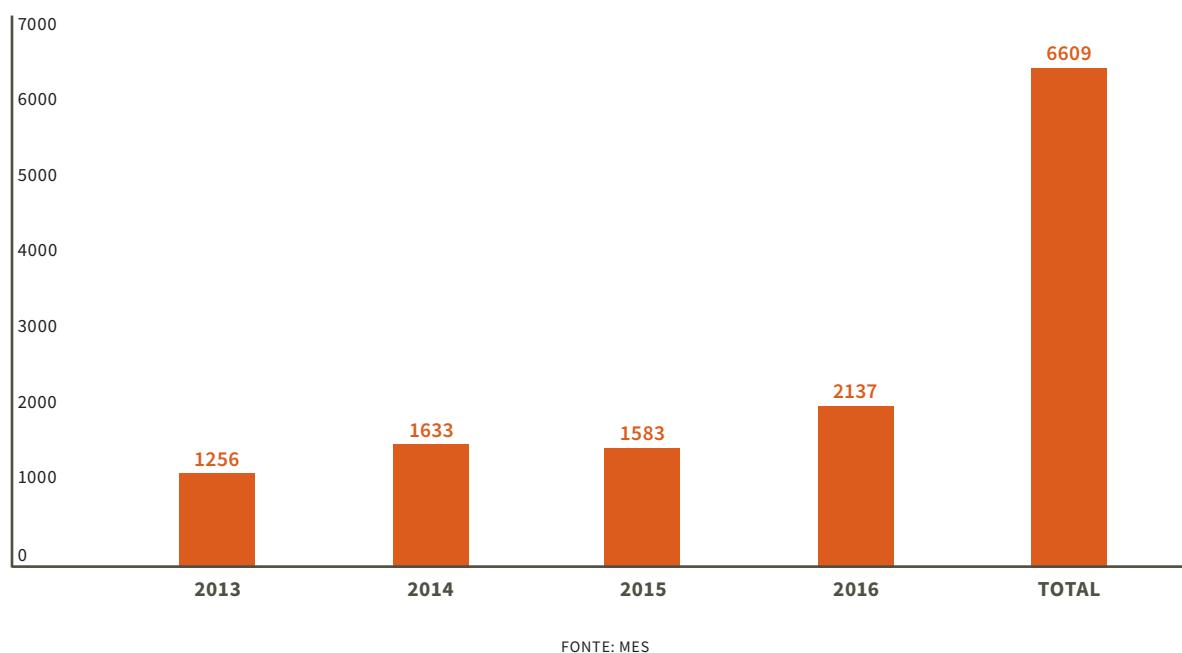


Tabela 6.4 – Rede de Instituições do Ensino Superior que oferecem Formação Avançada na área de Gestão de Empresas, por Província e Natureza da Instituição

Província	Instituição	Natureza	Tipo de curso	Nome do curso
Luanda	Universidade Agostinho Neto	Pública	Mestrado	Gestão
	Universidade Jean Piaget	Privada		Finanças Empresariais
Cabinda	Universidade Onze de Novembro	Pública		Gestão de Empresas
Bié	Universidade José Eduardo dos Santos	Pública		Ciências Empresariais
	Universidade José Eduardo dos Santos	Pública		Contabilidade
Huíla	Universidade Mandume Ya Ndemosfayo	Pública		Contabilidade e Finanças
Luanda	Universidade Agostinho Neto	Pública	Curso de Especialização	Gestão das Organizações
	Universidade Agostinho Neto	Pública	Doutoramento	Gestão Empresarial
	Universidade Agostinho Neto	Pública		Gestão

FONTE: BDOF, MES

6.5 MEDIDAS DE REGULAÇÃO E GARANTIA DA QUALIDADE DA OFERTA FORMATIVA

Foram criados em 2012 os **CLESE** (Centros Locais de Empreendedorismo e Serviços de Emprego), que são tutelados pelo INEFOP e estão presentes em 10 províncias (Luanda, Huambo, Benguela, Cuanza Sul, Malanje, Uíge, Huíla, Zaire, Cabinda e Bié), com previsões de alargamento para todas as províncias de Angola. Os centros têm como objectivo realizar cursos especiais de empreendedorismo e de negócios, proporcionar espaços para a incubação de pequenas empresas e prestar serviços de apoio e promoção empresarial, como capacitação empresarial a Orientação Profissional.

6.6 SÍNTESE: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

6.6.1 Conclusões

A formação inicial para potenciais empreendedores é da responsabilidade do INAPEM, cuja oferta formativa é composta apenas por três cursos.

Os cursos têm sido ministrados por província, atingindo já uma taxa de execução de 93% face à Meta estabelecida no PNFQ até 2020. Numa análise por grupo-alvo, verificamos que os jovens já ultrapassaram as metas estabelecidas, com uma taxa de execução de 172%, tendo os ex-combatentes atingido apenas 4% do número total a alcançar até 2020.

A Capacitação Empresarial divide-se em Formação Contínua e Formação Avançada:

- **A Formação Contínua** é actualmente composta por 3 cursos promovidos pelo INAPEM, que apresentam um decréscimo anual no número de formados e registam apenas 2,4% de execução;
- **A Formação Avançada** é promovida pelo ISEP e IFE, que apresenta uma clara expansão no ano de 2014, mas decresce no ano de 2015, onde alcançou valores ainda mais baixos que em 2013.

A Formação em Gestão de Empresas compreende:

- **O Ensino Técnico-Profissional**, que reflecte um estável crescimento anual e uma taxa de execução de 250% (Capítulo 2);
- **O Ensino Superior Graduado**, que sofreu um pequeno declínio no ano de 2015, mas conta com 52% de formados face ao total a alcançar até 2020 (Capítulo 1);
- **O Ensino Superior Avançado**, onde face às limitações de informação não é possível fazer uma análise do número de diplomados ou mestres.

6.6.2 Recomendações

Promover a Diversificação de Cursos

Verifica-se, ainda, um reduzido número de cursos ou de temáticas dentro do domínio de Gestão e Administração de Empresas.

Assegurar a Cobertura Nacional

É importante ter em conta a oferta formativa existente em cada província, tentando chegar ao máximo de actores locais possíveis em todo o território nacional.

Incentivar a Formação de Qualidade e Crescimento Sustentável

Nomeadamente no que diz respeito a grandes expansões na oferta formativa, é relevante verificar se os cursos oferecidos estão de acordo com as necessidades existentes, a nível de quantidade e de competências a adquirir, bem como da sua sustentabilidade no que depende dos recursos nacionais.

Organizar a Recolha e Sistematização da Informação

Algumas análises carecem de informação para conclusões rigorosas e suportadas. Deverá existir uma recolha e sistematização de dados, designadamente para o Ensino Superior Avançado em Gestão de Empresas. •



07

QUADROS FORMADOS NO SISTEMA NACIONAL DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

7.1 ÂMBITO E OBJECTIVOS

O Programa de Acção 8 – Formação Profissional – não estava inicialmente contemplado no PNFQ, tendo sido incluído após o início da sua implementação em 2013. Incide sobre a oferta formativa disponibilizada pelo **Sistema Nacional de Formação Profissional (SNFP)**, cuja definição política cabe ao MAPTSS. A **Direcção Nacional do Trabalho e da Formação Profissional (DNTFP)** é a entidade responsável pela coordenação do Sistema de Formação Profissional, embora, nalguns casos, também seja responsável pela aplicação de programas de formação. O **Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP)** é a entidade responsável pela aplicação dos programas nos domínios da formação de qualificação e reciclagem profissional definidas e aprovadas pelo Governo.

O SNFP abrange a formação inicial, de preparação para acesso ao emprego e exercício de uma profissão, e a formação contínua, nas diferentes modalidades (aperfeiçoamento, reciclagem e reconversão). A formação inicial, oferecida pelas unidades de formação do INEFOP, para jovens com idades compreendidas entre os 15 e 25 anos, bem como para adultos a partir dos 18 (e durante a vida activa), inclui cursos de formação com perfis de escolaridade mínima de entrada de nível I, II, III e IV, correspondendo o nível I a saber e escrever, nível II à 6^a classe, nível III à 9^a classe e o nível IV à 12^a classe.

Cursos de formação profissional inicial e contínua, são também oferecidos por outras entidades públicas, centros de formação profissional de natureza privada e parceiros sociais. No entanto, não existe ainda correspondência entre esta formação e os referidos níveis. Contudo, na maioria dos casos, tratando-se de formação contínua de curta e média duração, não há necessidade de haver correspondência aos níveis de qualificação que o INEFOP utiliza relativamente à formação inicial. A criação e implementação do Sistema Nacional de Qualificações (SNQ), e particularmente do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), irá estruturar esta situação, quer para a oferta de formação inicial pública quer privada.

Não estão definidas metas a atingir até 2020, para a monitorização dos formados/certificados nos cursos de formação inicial de nível I, II, III e IV, nem tão-pouco para a formação contínua (cursos frequentados para reforço da formação inicial adquirida, aperfeiçoamento e reciclagem, e reconversão para uma nova actividade profissional). Acresce-se ainda que se encontra em processo de reflexão a integração dos formados/certificados pelos cursos de formação profissional inicial de nível III e IV no PA2 e, por conseguinte, para a prossecução das metas do PA2, cujo foco são as necessidades de quadros médios. Contudo, não existe equivalência formal entre o Sistema de Educação e Ensino e o Sistema Nacional de Formação Profissional.

A criação e a implementação do SNQ, do qual o Quadro Nacional de Qualificações (QNQ) é um dos instrumentos, poderá trazer algumas reformas no sentido da integração de ambos os sistemas (educação e formação profissional), ou se isso não for possível ou desejável a curto e médio prazo, a possibilidade de dupla certificação no SNFP poderá ser uma saída. Refira-se que a *Lei de Bases da Formação Profissional*, em vigor, previa essa possibilidade, através do subsistema de aprendizagem, todavia este subsistema não foi regulamentado para permitir a dupla certificação.

Não havendo metas definidas, o presente exercício de balanço identifica a evolução global da oferta de formação profissional e dos respectivos formados, no período abrangido pelo Balanço face ao verificado em 2011, sempre que a informação disponível o permita.

7.2 AJUSTAMENTOS DA OFERTA FORMATIVA

Caracterização da rede da oferta de formação profissional

Com a crescente procura do mercado de trabalho, a rede de instituições de formação profissional do INEFOP foi alargada a todo país a partir de 2012, ano em que contava com 135 unidades de formação profissional. **Em 2016, o SNFP tinha já ao seu dispor 635 instituições de formação públicas e privadas. Desses, 140 eram instituições de formação profissional tuteladas pelo INEFOP** (Tabela 7.1), que compreendiam Centros de Formação Profissional, Centros Integrados de Emprego e Formação Profissional, Pavilhões de Artes e Ofícios, Centros de Empreendedorismo (CLESE), Escolas Rurais e Uni-

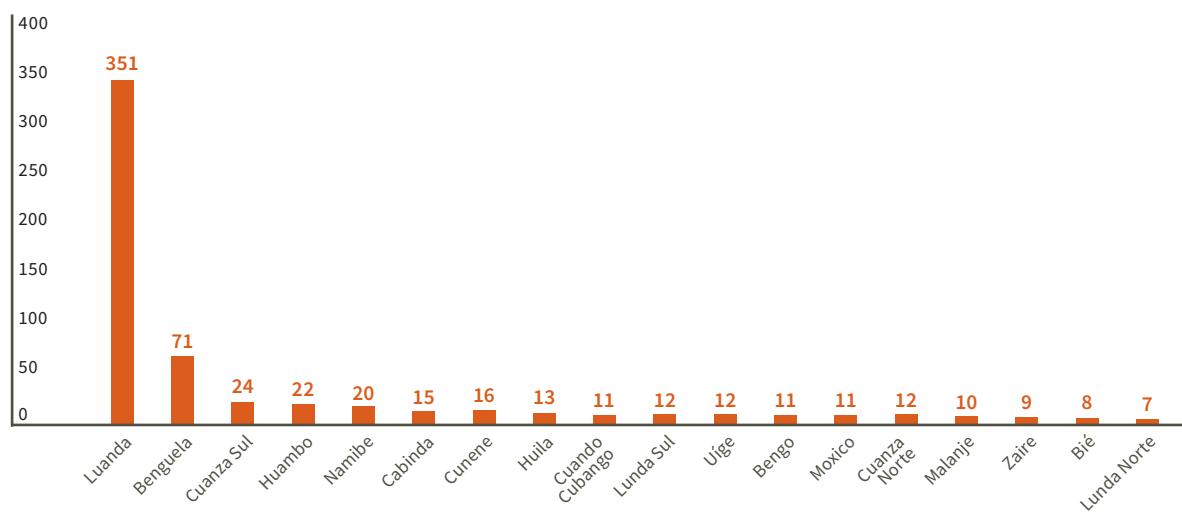
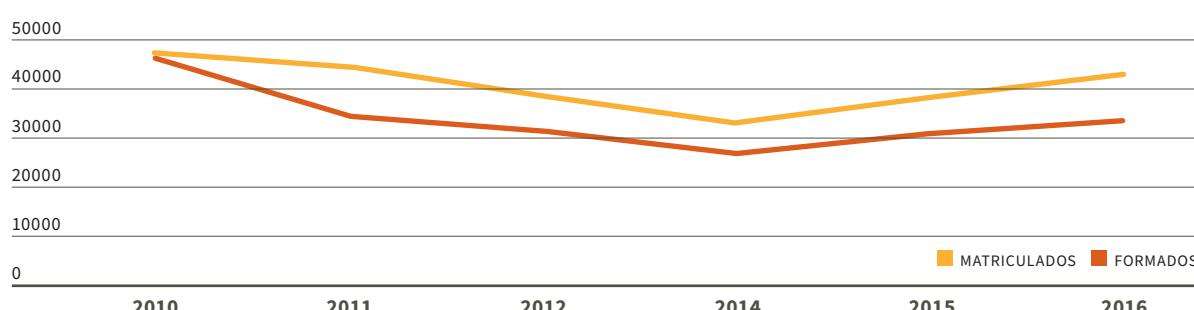
dades Móveis. Estão também incluídas no SNFP 35 instituições de formação tuteladas por “Outros organismos públicos” e 458 instituições privadas. A rede de centros de formação com oferta de formação contínua apresentava uma tendência de crescimento, particularmente com maior expressão no sector privado. (Tabela e Gráfico 7.1).

Até 2015 a maioria das instituições de formação profissional públicas estavam localizadas em Luanda, seguindo-se as províncias de Benguela, Cuanza Sul e Uíge, enquanto a larga maioria das instituições privadas estavam concentradas em Luanda, Benguela e Huíla. Em 2016 verificou-se uma ligeira alteração, mantendo-se Luanda, Benguela e Cuanza Sul nos primeiros lugares, seguidas das províncias do Huambo, Namibe e Cunene (Tabela 7.1).

Tabela 7.1 – Rede de Instituições de Formação Profissional, por Província, Natureza e Ano

Província	INEFOP					Outros Organismos Públicos	Privados	TOTAL 2015	TOTAL 2016
	Centro de Formação Profissional	Centro Integrado Emprego e FP	Unidade Móvel	Pavilhão de Artes e Ofícios	Total				
Bengo	3	0	1	4	8	0	4	12	11
Benguela	2	0	4	5	11	8	49	68	71
Bié	1	0	2	3	6	0	1	7	8
Cabinda	1	0	0	3	4	1	9	14	15
C. Cubango	1	1	0	3	5	0	9	14	11
Cuanza Norte	0	1	2	2	5	0	6	11	12
Cuanza Sul	2	2	3	3	10	1	3	14	24
Cunene	1	0	2	3	6	0	12	18	16
Huambo	1	0	2	3	6	1	9	16	22
Huíla	0	0	2	3	5	3	18	26	13
Luanda	11	4	4	14	33	15	269	317	351
Lunda Norte	1	1	2	2	6	1	2	9	7
Lunda Sul	0	1	4	0	5	0	2	7	12
Malanje	0	1	2	2	5	2	3	10	10
Moxico	2	0	1	2	5	1	4	10	11
Namibe	3	1	0	3	7	2	10	19	20
Uíge	1	0	2	4	7	0	7	14	12
Zaire	0	1	2	2	5	0	4	10	9
TOTAL 2015	30	13	35	61	139	35	421	595	-
TOTAL 2016	30	14	35	61	140	35	458	-	635

FONTE: BASE DE DADOS DA OFERTA FORMATIVA/INEFOP, 2017

Gráfico 7.1 – Distribuição das Instituições de Formação Profissional, por Província em 2016**Gráfico 7.2 – Formação Profissional/INEFOP: Matriculados, Formados (2010-2016)**

FONTE: PLANO NACIONAL DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL 2013-2017, PARA OS DADOS RELATIVOS A 2010, 2011 E 2012;
BDOF/INEFOP (UTG/PNFQ) PARA OS DADOS DE 2014, 2015 E 2016. NOTA: NÃO EXISTEM DADOS RELATIVOS A 2013.

Matriculados e Formados

No período compreendido entre 2011 e 2014, verifica-se um decréscimo, face a 2010, no número de matriculados e formados pelas unidades de formação profissional do INEFOP. Esta tendência inverte-se a partir de 2014 e assiste-se a um aumento do número de matriculados e formados já em 2015, continuando a verificar-se o mesmo comportamento no ano seguinte (Gráfico 7.2).

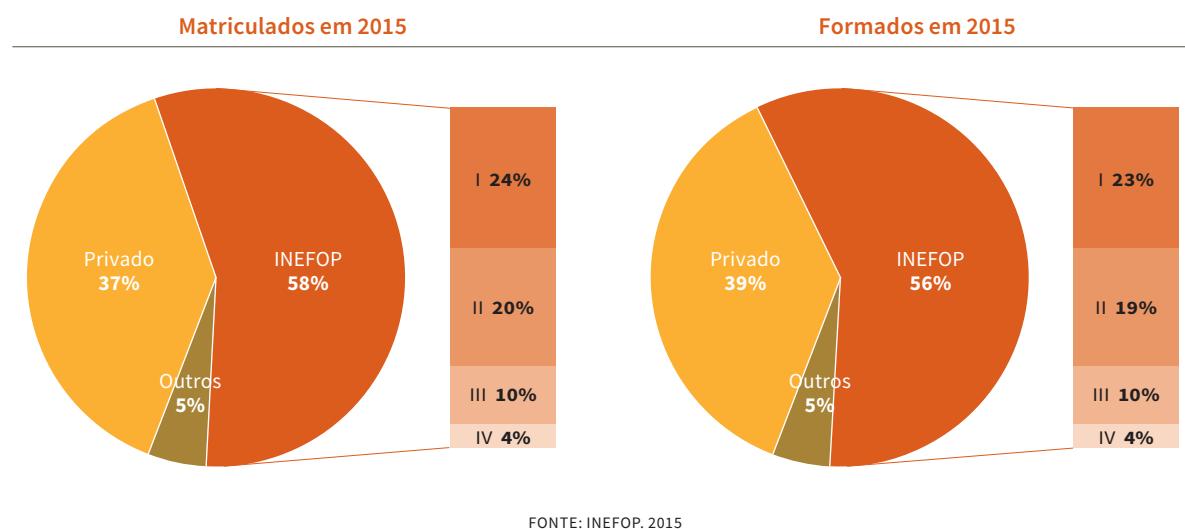
Em 2015, o número total de matriculados em cursos de formação profissional, oferecidos por instituições públicas e privadas ultrapassou os

66.000, dos quais 38.043 nas instituições tuteladas pelo INEFOP e 24.580 nos centros privados¹⁰.

Em 2016 o número de matriculados ultrapassou os valores do ano anterior (67.209), com um maior contributo dos centros de formação de instituições públicas (42.679 nas instituições tuteladas pelo INEFOP contra 16.370 nas instituições de natureza privada). São os matriculados e formados, nos cursos de nível I e II que têm a maior representatividade face ao número total de matriculados e formados nos cursos do INEFOP. A participação das Mulheres nos cursos de formação profissional oferecidos por instituições privadas (43%) é superior à registada nos cursos do INEFOP (28%).

(10) Referente a 76 instituições privadas, constantes da BDOF do SI-PNFQ (INEFOP).

**Gráfico 7.3 – Matriculados e Formados em 2015, nos Cursos de Formação Profissional:
INEFOP, Outros Organismos Públicos e Privados**



FONTE: INEFOP. 2015

Níveis e domínios de formação

De uma forma geral, a oferta de formação pelas instituições tuteladas pelo **INEFOP** abrange diversos domínios de formação, entre os quais se destacam: “Informática”, “Construção Civil”, “Energia e Instalações Eléctricas” e “Mecânica”.

A formação dos **níveis I e II** atende um público-alvo com baixas qualificações académicas e é assegurada, na sua maioria, pelas instituições de formação de âmbito local, como: Pavilhões de Artes e Ofícios, Unidades Móveis, Escolas Rurais e Centros Locais de Empreendedorismo, que oferecem formação na componente do empreendedorismo, gestão de negócios e formação técnica em contexto real de trabalho.

Em 2015, os matriculados e formados nos cursos dos níveis I e II representam cerca de 75% do total de matriculados e formados pelas unidades de formação tuteladas pelo INEFOP. Verifica-se que face a 2011 houve um decréscimo, na ordem dos 30%, do número de formados em cursos de nível I.

Na oferta de formação dos níveis I e II, são os domínios da “Informática”, “Construção Civil” e “Energia e Instalações Eléctricas”, que têm uma maior proporção de matriculados e formados. A oferta no domínio da “Construção Civil” é diversificada, incluindo os cursos de “Caixilharia”, “Alvenaria”, “Carpintaria/

Marcenaria”, “Medição e Orçamento”, “Pedreiro”, entre outros. Nestes dois níveis é também substancial a representatividade de matriculados e formados em “Corte e Costura” que, ao contrário do que acontece nos domínios da “Construção Civil” e “Energia e Instalações Eléctricas”, têm uma forte participação do género feminino, superior a 80%. Situação análoga verifica-se na oferta de formação no domínio de “Hotaria e Restauração”, que abrange, nomeadamente, os cursos de “Cozinha/Pastelaria” e “Recepção”.

Os cursos (sem considerar a sua classificação em domínios de formação) com menor número de matriculados nestes níveis são “Torneamento Mecânico”, “Contabilidade Fiscal e Auditoria”, “Hidráulica”, “Electricidade de Manutenção”.

Em 2015, os matriculados (9.346) e formados (7.952) nos cursos dos níveis **III e IV**, representam cerca de 25% do total de matriculados e formados pelas unidades de formação tuteladas pelo INEFOP. Embora esta formação não confira, em geral, equivalências académicas no ensino formal, ela constitui um importante contributo para a especialização de técnicos profissionais.

Apesar do número de formados de cursos de nível III, em 2015, não ter sofrido grandes alterações face ao registado em 2011, o mesmo não acontece com os formados de cursos de nível IV, cujo resultado mais do

que duplicou. A oferta de cursos de nível III e IV existe apenas em Luanda e Cabinda, sendo que ao nível nacional só uma instituição oferece cursos de nível IV.

Os domínios de formação nos quais incide a oferta de nível III, pelos Centros de Formação Profissional, de âmbito provincial, não divergem dos abrangidos pelos níveis I e II. A oferta no domínio da “Hotelaria e Restauração” assume, no global da oferta de formação de nível III, um peso relativo superior, compreendendo, nomeadamente, os cursos de “Gestão Hoteleira”, “Técnico de Recepção” e “Técnico de Pastelaria”. No quadro da oferta de formação de nível III, estão também enquadrados cursos nos domínios da “Administração e Secretariado” e “Língua Inglesa” (Tabela 7.2).

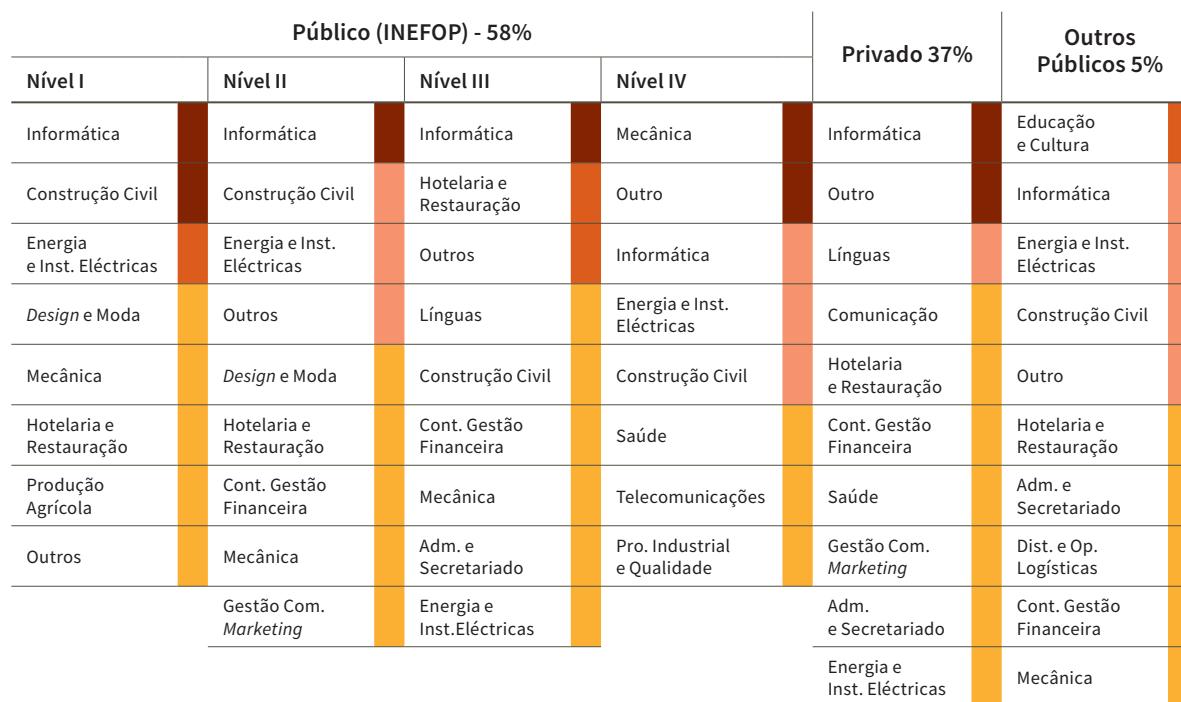
Os cursos (sem considerar a sua classificação em domínios de formação) com menor número de matriculados nestes níveis são “Electrotecnia”, “3D Max”, “Auditoria de Manutenção”, “Gestão e Manutenção de Equipamentos e Instalações”, “Instalações de Linhas Telefónicas”, “Hidráulica/Pneumática” e “Leitura e Interpretação de Desenho”.

A oferta de formação de **nível IV** é assegurada pelo Centro Integrado de Formação Tecnológica (**CINFO-TEC**), localizado em Luanda e atende, essencialmente, os ramos industriais: petróleos, transformação, energia e telecomunicações.

Na oferta formativa por **Outros Organismos Públicos** (Tabela 7.2), destaca-se o domínio da “Educação e Cultura”, com os formados nos cursos de “Educador Pré-Escolar” e “Vigilante” a representarem 30% do total de formados por estas instituições.

A oferta de formação profissional **por instituições privadas** (Tabela 7.2), tem uma maior incidência no domínio da “Informática”, “Contabilidade e Gestão Financeira” e “Língua Inglesa”. Importa referir que a mesma abrange formação inicial e contínua não sendo, contudo, possível distinguir uma da outra. No domínio da “Saúde”, regista-se a oferta em “Primeiros Socorros” e “Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho”.

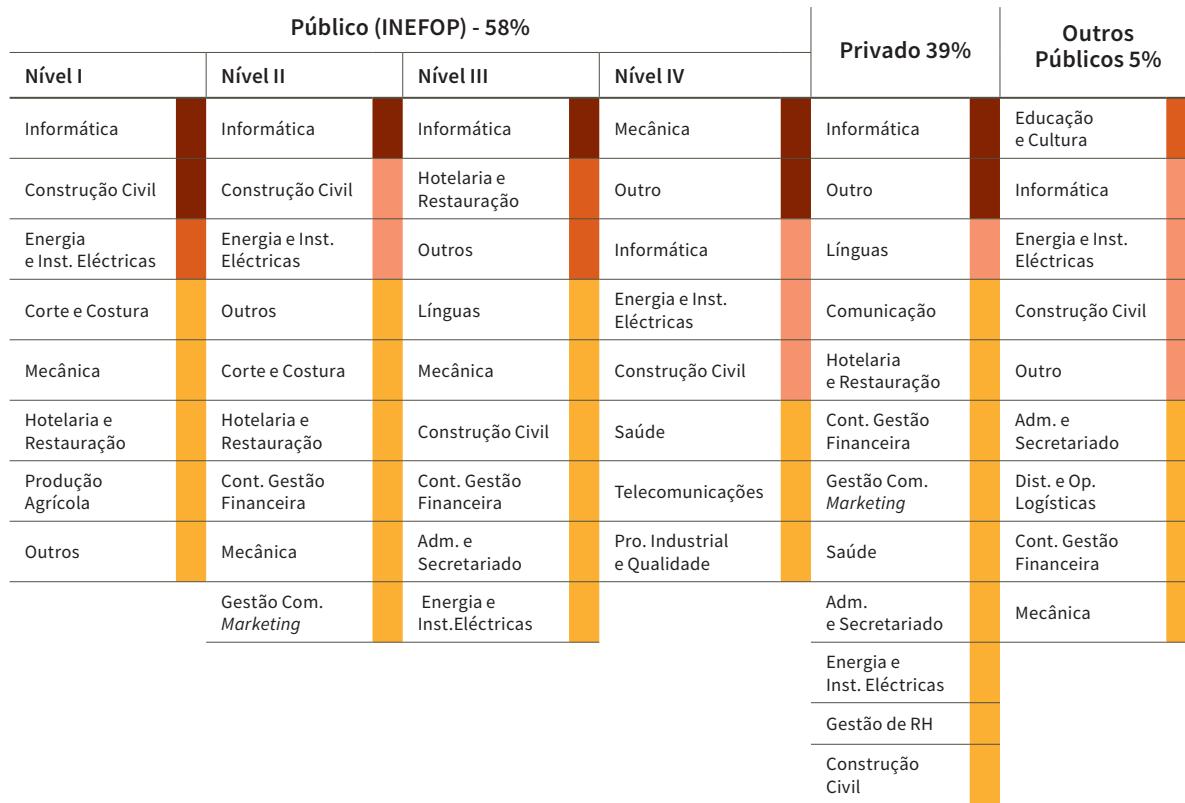
Tabela 7.2 – Peso relativo dos Matriculados no total da oferta do SNFP, por domínio, nos níveis I II III e IV, em 2015



FONTE: MAPTSS. 2015

■ SUPERIOR A 40% ■ ENTRE 20% E 39% ■ ENTRE 10% E 19% ■ INFERIOR A 10%

Tabela 7.3 – Peso relativo dos Formados no total da oferta do SNFP, por domínio, nos níveis I II III e IV, em 2015



FONTE: MAPTSS. 2015

■ SUPERIOR A 40% ■ ENTRE 20% E 39% ■ ENTRE 10% E 19% ■ INFERIOR A 10%

7.3 MEDIDAS DE REGULAÇÃO E GARANTIA DA QUALIDADE DA OFERTA FORMATIVA

Plano Nacional de Emprego e Formação Profissional

Foi elaborado o Plano Nacional de Emprego e Formação Profissional 2013-2017, um instrumento de gestão estratégica do SNFP, estruturado em torno de dois grandes pilares: criação de emprego, acesso ao mercado de trabalho e melhoria da empregabilidade; e contínuo ajustamento, quantitativo e qualitativo, da oferta de formação em função das necessidades do mercado de trabalho.

Coordenação institucional e concertação da oferta de formação profissional

A resposta, eficaz e eficiente, às necessidades do mercado de trabalho tem necessariamente que ser construída a partir do nível local e tendo em conta as especificidades e dinâmicas sociais e económicas que caracterizam a sua envolvente. Neste sentido, foi criada, ao nível das Administrações Municipais, uma Comissão de Coordenação e Concertação da Formação Profissional (COMUFOP)¹¹ que, para além de representantes da administração local, integra os principais actores que intervêm no processo de formação ao nível das comunidades locais, nomeadamente: representantes de associações profissionais, empregadores e autoridades tradicionais. É compe-

(11) Decreto Executivo 90/14 de 28 de Março: Criação, a nível das Administrações Municipais, da Comissão Municipal de Coordenação e Concertação da Formação Profissional (COMUFOP) e indicação da sua composição e competências; Despacho Conjunto 230/15 de 14 de Julho: Aprovação do Regulamento de Organização e Funcionamento da COMUFOP.

tência desta Comissão, proceder ao diagnóstico regular das necessidades de formação, em articulação com os Centros Locais de Formação Profissional e apoiar a organização e implementação da formação.

Avaliação da qualidade

Em 2015 foi aprovado o novo estatuto do INEFOP¹², integrando na sua estrutura o Departamento de Supervisão e Qualidade, com a missão de promover, controlar e avaliar a qualidade das acções de formação, dos materiais e a compatibilidade entre o perfil de qualificação dos formadores e o perfil de desempenho exigido para o exercício da função.

Revisão de Matrizes de Formação de Várias Especialidades

Está em curso a actualização, em colaboração com especialistas com reconhecida competência e experiência nas áreas/sectores relevantes, das matrizes de formação profissional de cursos em 10 domínios, oferecidos pelas unidades de formação INEFOP, de acordo com a metodologia DACUM (Develop A CurriculUM).

Estudo de Formação e Empregabilidade

O Estudo-Piloto de Formação e Empregabilidade, abrangendo os formados pelo sistema de formação profissional em três domínios de formação: “Hotelaria e Turismo”, “Energia e Instalações Eléctricas” e “Contabilidade” de Centros de Formação Profissional

em Luanda, encontra-se concluído.

O Estudo-Piloto teve como objectivos específicos a análise da adequação da oferta de formação às exigências do desempenho profissional e a identificação do grau de satisfação qualitativo, da procura social de quadros face à oferta de técnicos profissionais. A sua elaboração vai permitir identificar as eventuais necessidades de adequação dos conteúdos programáticos e das competências adquiridas durante a formação, às exigências de qualificações e desempenho do mercado de trabalho, nos três domínios acima indicados. Foram abrangidos pelo mesmo cerca de 9.090 formados, dos anos de 2013, 2014 e 2015, de um total de 75 cursos de formação profissional ministrados em 32 unidades de formação, das quais 24 do INEFOP e 8 privadas (Tabela 7.4).

Sistema Nacional de Qualificações e respectivos instrumentos

Em 2015, através de um processo de revisão, foi integrado nos estatutos da UTG-PNFQ competências para a criação, implementação e gestão do SNQ. Até esta data o MED, MES e MAPTSS foram desenvolvendo alguns produtos, de uma forma não integrada, que estão normalmente associados a um SNQ. No 1º trimestre de 2017, iniciou-se a um conjunto de acções preparatórias para a criação e implementação do SNQ no país, nas quais se integra um plano de acção, já elaborado, para a criação e implementação do SNQ nos próximos 3 anos, que se prevê iniciar em 2018.

Tabela 7.4 – Domínios abrangidos pelo Estudo de Formação e Empregabilidade, por Natureza das Instituições

Domínio	Instituições	
	Público	Privado
Hotelaria e Turismo	23	7
Contabilidade + Contabilidade e Gestão	13	10
Energia e Instalações Eléctricas	18	4
TOTAL	54	21

FONTE: ESTUDO DE FORMAÇÃO E EMPREGABILIDADE, UTG-PNFQ, 2016

(12) Decreto Presidencial nº128/15 de 2 de Junho.

Formação de Formadores

O Estatuto da Carreira do Formador do Sistema Nacional de Formação Profissional¹³ exige a certificação pedagógica inicial para acesso à carreira de formador, cuja progressão depende da avaliação periódica do desempenho. O Centro Nacional de Formação de Formadores (CENFFOR) é o organismo responsável pela formação pedagógica inicial de formadores do SNFP, bem como da sua superação contínua. Entre 2013 e 2015, foram formados 562 formadores (Tabela 7.5), através do curso de Formação Pedagógica Inicial do CENFFOR. A Bolsa de Formadores do SNFP conta com cerca de 1.200 formadores¹⁴.

Em 2015 foram realizados 24 Seminários/Encontros Técnicos de Formadores, visando a aquisição e/ou o reforço das competências psicossociais e metodológicas, bem como a partilha de boas práticas, envolvendo 447 formadores, gestores, responsáveis e técnicos de instituições de tutela pública e privada, dos quais 353 homens e 94 mulheres. Foram também formados

5 técnicos em Gestão da Qualidade e 5 formadores em Inspecção e Instalação de Laboratórios e Oficinas.

Entre 2013 e 2015, foi realizado um investimento na formação de formadores nos domínios da “Soldadura” e “Tecnologias de Informação e Comunicação”, dos cursos de níveis III e IV, para a aquisição de certificação internacional, no Brasil, África do Sul, Portugal, Alemanha, Itália e Estados Unidos.

Não obstante os esforços realizados, continua a ser evidente a insuficiência de formadores especializados para as matérias técnicas e tecnológicas, em particular nos domínios em que a oferta interna é deficitária ou inexistente. Está previsto, no âmbito do “Projecto de Revitalização do Ensino Técnico e da Formação Profissional (RETFOP)”, a ser financiado pelo 11º FED da União Europeia, a formação de formadores em metodologias específicas em diferentes áreas disciplinares abrangidas pela formação profissional (Níveis II e III) e ensino técnico-profissional.

Tabela 7.5 – Formação Inicial de formadores, por Ano e Género

Ano	Homens	Mulheres	Total
2013	224	114	338
2014	80	12	92
2015	80	52	132
TOTAL GERAL	384	178	562

FONTE: MAPTSS, 2015

(13) Decreto nº 78/07 de 13 de Novembro.

(14) MAPTSS.

7.4 SÍNTSE: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

7.4.1 Conclusões

Alargamento do âmbito estratégico do PNFQ

O PNFQ inicialmente abrangia apenas quadros médios e superiores. Com a inclusão do PA 8 é alargado o seu espectro ficando o mesmo mais próximo de um Plano Nacional de Recursos Humanos. No início de 2017 começou a desenvolver-se a estruturação de um documento orientador para o PA8, para facilitar o seu processo de monitorização e de avaliação, que não se encontra ainda concluído. Porém, durante o ano de 2018 irá iniciar-se o processo de reflexão conjunta para consolidar o referido documento. Este exercício não integrará metas, porque não está previsto a realização de um exercício de levantamento de necessidades, condição quase essencial para a definição de metas de uma forma objectiva, destinando-se apenas a apresentar a execução das formações que integram o programa.

Alargamento da rede de instituições

Em 2012 a rede de instituições de formação tuteladas pelo INEFOP foi alargada a todo o país. Nesse ano, o INEFOP contava com 135 instituições de formação, tendo passado, em 2016, a dispor de 140 instituições de formação com capacidade para chegar, através das suas Unidades Móveis, a algumas das zonas mais remotas do país.

Oferta Formativa

Verifica-se um decréscimo de 10% no número total de formados em 2015, face a 2010, que é explicado pela diminuição do número de formados de cursos de nível I. Os cursos de formação de nível básico (I e II) têm como destinatários os activos com baixas qualificações e formam, maioritariamente, nos domínios da “Informática”, “Construção Civil”, “Energia e Instalações Eléctricas” e “Corte e Costura”.

Contrariamente à tendência decrescente da evolução do número de formados em cursos de nível I, o número de formados de cursos de nível IV, de natureza pós-secundária, mais do que duplicou em relação a 2011. Os formados de cursos de nível III e IV, representam cerca de 25% (7.952) do total de formados pelas instituições tuteladas pelo INEFOP. Tratam-se, essencialmente, de formados em domínios para os quais a oferta interna de nível médio é considerada deficitária e fundamental para os sectores prioritários para a diversificação da economia, nomeadamente nos domínios da Hotelaria, Turismo e Indústria.

Mecanismos/Ferramentas de gestão dos ajustamentos da oferta formativa

Foram criados, e já iniciada a sua implementação, mecanismos/ferramentas fundamentais de apoio à tomada de decisão de gestão do SNFP: criação da Comissão de Coordenação e Concertação da Formação Profissional (COMUFOP); conclusão da elaboração do primeiro Estudo Piloto de Formação e Empregabilidade dos cursos de formação profissional; e criação do Departamento de Supervisão e Qualidade, no INEFOP.

Formadores

É reconhecida a necessidade de reforçar, em termos quantitativos e qualitativos, a Bolsa de Formadores do SNFP. Neste sentido, no período compreendido entre 2013 e 2015, foram realizadas diversas acções de formação, técnica e pedagógica, inicial de formadores e de superação contínua. Em 2015, o INEFOP/MAPTSS colaborou com a Delegação da União Europeia em Angola na formulação do “Projecto de Apoio à Revitalização do Ensino Técnico e da Formação Profissional”, a ser financiado pelo 11º FED, que contempla, como um dos eixos prioritários de intervenção, a formação de formadores em metodologias específicas em diferentes áreas disciplinares abrangidas pela formação profissional (Níveis II e III).

7.4.2 Recomendações

Melhorar a articulação entre a Formação Profissional e o Ensino Técnico-Profissional

A integração do Plano Nacional de Emprego e Formação Profissional (PNEFP) 2013-2017 no PNFQ é fundamental, no sentido de assegurar o enquadramento comum e coerência na gestão da oferta formativa interna, passando nomeadamente por:

- Considerar o contributo da oferta de formação profissional de nível III e IV para a prossecução das metas de quadros médios;
- Examinar a relevância e possibilidade de definir as metas de formados, no horizonte de 2025, nos cursos de formação de nível I e II, quer pelo sistema de formação profissional quer pela formação profissional básica.

Melhorar a gestão da qualidade da oferta de formação profissional

Aposta na melhoria contínua das ferramentas de gestão da qualidade da oferta de formação profissional, em particular os mecanismos de articulação entre os actores com intervenção no processo de formação profissional, aos níveis central, provincial e local, e definição/clarificação de responsabilidades no processo de gestão da oferta formativa.

Implementar mecanismos de avaliação do impacto da formação

Análise da possibilidade de alargar a implementação de Estudos de Empregabilidade a outros domínios de formação considerados prioritários a outras províncias. Para o efeito, terá que ser verificada a eventual necessidade de ajustamentos na metodologia e nos instrumentos de recolha de informação, tendo em vista a superação de dificuldades na sua aplicação e utilização, enquanto instrumentos de apoio à gestão da qualidade da oferta formativa.

Garantir a formação dos formadores de formadores

Priorizar a formação dos formadores de formadores enquanto agentes multiplicadores da qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

Assegurar o acompanhamento e avaliação dos resultados do Programa de Acção 8 e o seu impacto no stock nacional de quadros formados no Sistema Nacional de Formação Profissional

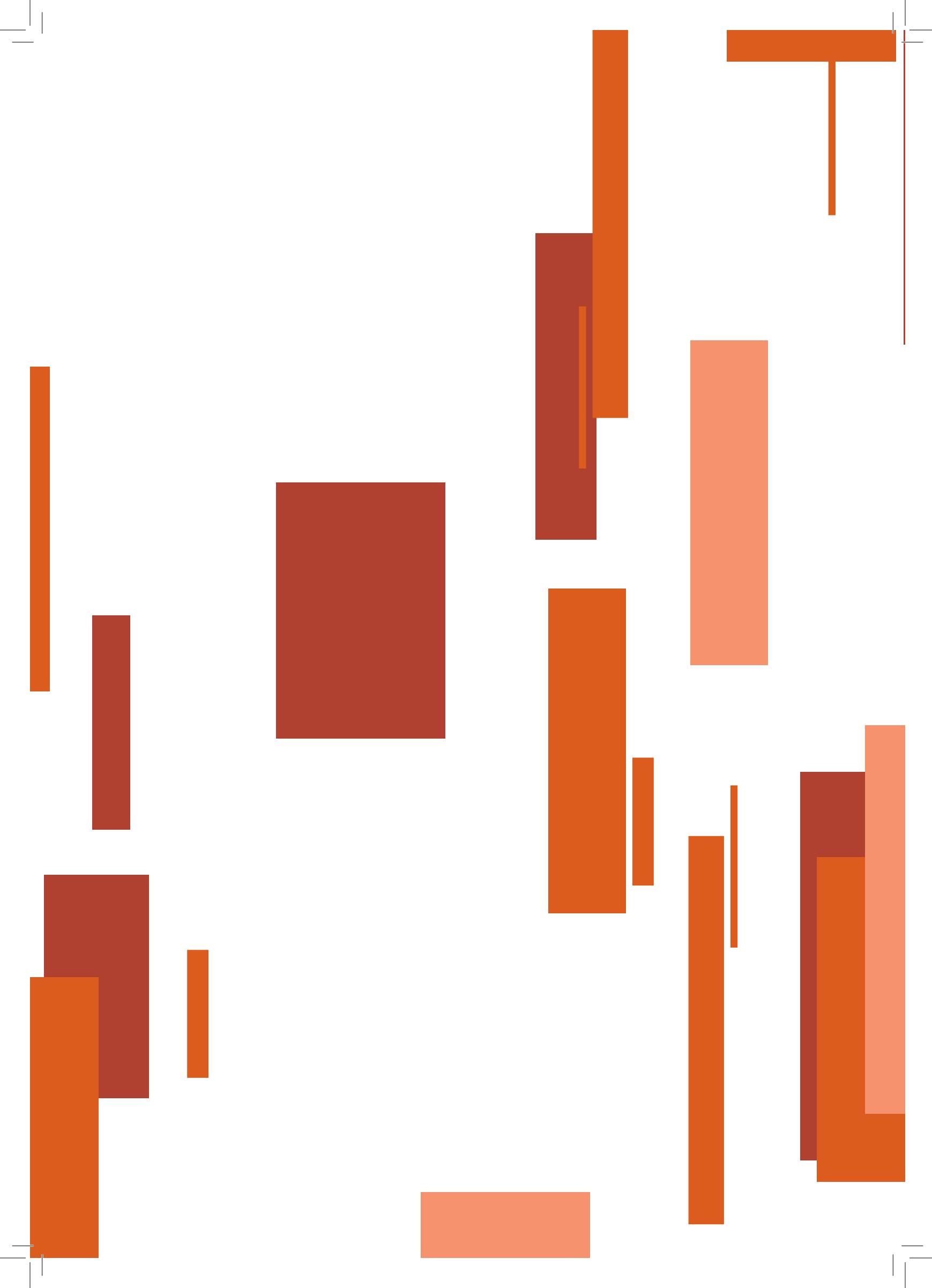
Recomenda-se, para este fim, a criação da Bolsa Nacional de Quadros prevista no PNFQ, a definição das principais linhas orientadas do PA8 e a estruturação de um quadro base com os seus principais projectos.

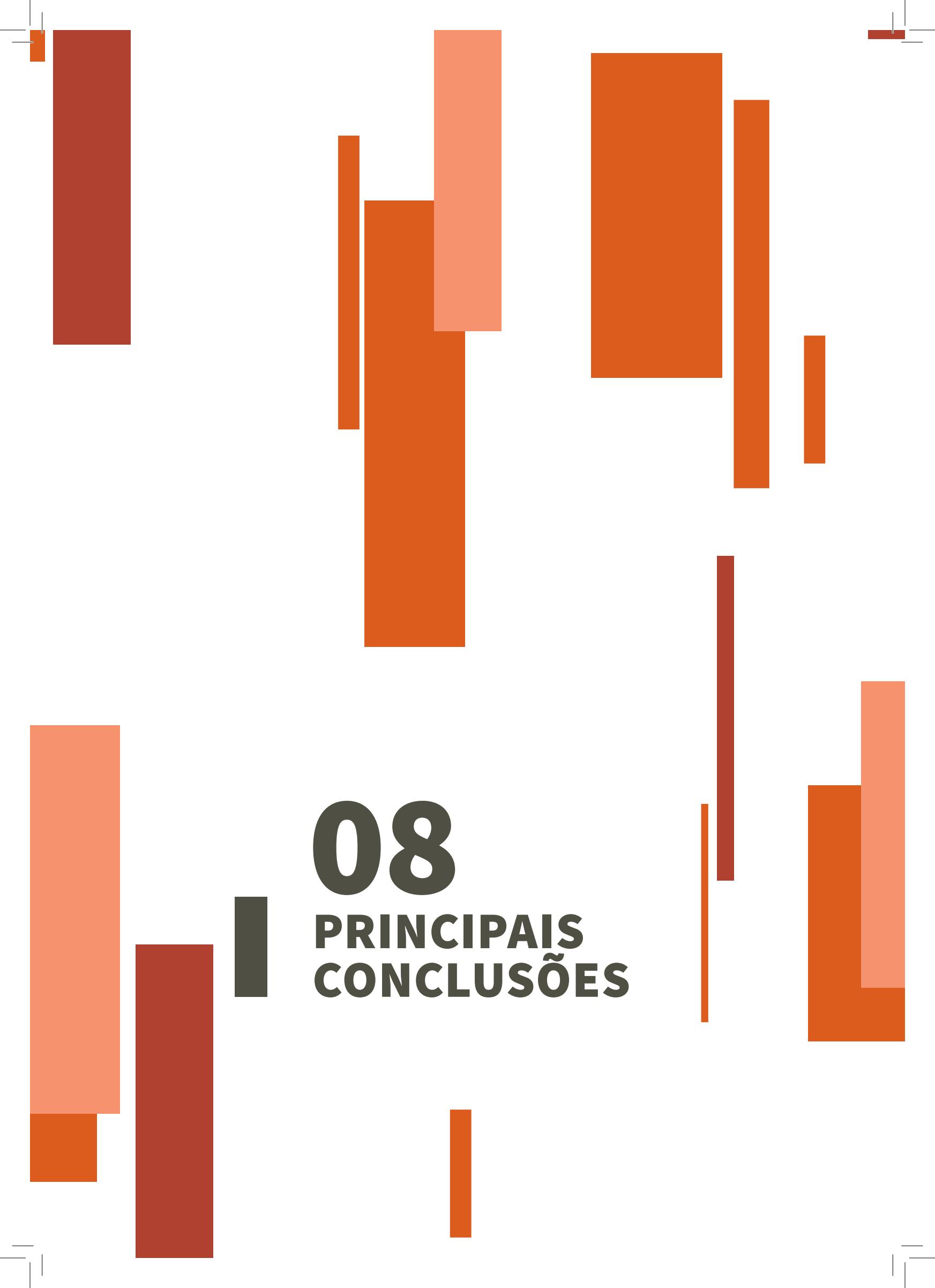
Rever o quadro legislativo e normativo da formação profissional

Para melhor acomodar o Sistema Nacional de Qualificações e os respectivos instrumentos que operacionaliza.

Criar e implementar o Sistema Nacional de Qualificações e os respectivos instrumentos que o compõem

(o SNFP é uma componente desse sistema). •





08

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

8.1 GERAIS

A presente década tem vindo a ser marcada por **significativas alterações nos pressupostos e nos contextos, nacional e internacional**, que presidiram à elaboração do PNFQ, o que deverá ser devidamente considerado no previsto processo de reformulação e reprogramação do PNFQ.

O PNFQ é o principal instrumento de apoio à expansão do capital humano nacional, através da formação e valorização de recursos humanos qualificados e altamente qualificados, constituindo uma experiência singular em toda a África.

A análise da implementação do PNFQ revela que:

→ As metas quantitativas estabelecidas para a oferta deficitária nos vários Programas de Acção poderão ser alcançáveis, considerando o número de matriculados e pressupondo uma taxa de aprovação de 80%. Contudo, é preciso fazer um esforço para as alcançar, em alguns casos (PA1 e PA2), mas continua a observar-se uma entrada excessiva de alunos em cursos do ensino superior em domínios excedentários;

→ Quanto ao redirecionamento da oferta formativa para os **megaclusters prioritários e programas estruturantes** do Executivo, baseada nas competências a desenvolver (“Formar para a realidade”), devemos atender que a criação de novos cursos, nomeadamente nos ensinos médio, superior e pós-graduado, exige algum tempo, indispensável para a concepção, envolvimento dos parceiros, captação de financiamentos, mobilização de recursos (espaços, equipamentos e pessoas) e organização;

→ No que respeita a “**Formar com qualidade**”, todos os intervenientes estão a trabalhar para garantir essa dimensão nos respectivos Programas de Acção, que inclui: (a) Política Nacional de Formação de Professores (MED), (b) Pós-graduação e agregação pedagógica dos docentes do Ensino Superior (MES), (c) implementação do Sistema de Avaliação e Acreditação de Cursos (MED e MES) e (d) reforço da Supervisão e Inspecção, priorizando sempre a qualificação e desempenho dos professores e formadores;

→ Todos os sectores e programas estão a tentar **maximizar e diversificar as fontes de financiamento**

(incluindo externas), por forma a encontrar soluções para contornar as actuais restrições financeiras, que se têm traduzido na identificação de parcerias com instituições internacionais, como é o caso da parceria Angola-França, através do *Projecto Empregabilidade dos Jovens: Parcerias Público-Privadas ao serviço da formação superior em Angola*, que vai permitir a criação de quatro novos cursos em domínios de oferta inexistente e deficitária, tais como Engenharia dos Transportes, Engenharias das Pescas e Aquicultura, Engenharia Mecânica e Engenharia Electrotécnica e Electrónica). Sendo ainda de destacar, no Ensino Superior, o *Estudo sobre Financiamento* e o *Estudo sobre a Implicação do Sector Privado na Formação e Investigação*, e o aproveitamento mais eficaz e racional das bolsas de estudo externas; no ensino técnico-profissional o financiamento da UE, a partir de 2017, o financiamento da UNICEF, Banco Mundial; e no ensino profissional o financiamento também da UE;

→ Realizou-se o *Estudo Piloto de Formação e Empregabilidade* que dará contributos para os desafios e reformulação do PNFQ, no âmbito da quantidade, redirecionamento e qualidade; deu-se, igualmente, início à instalação dos *Gabinetes de Apoio à Inserção da Vida Activa* nas instituições de formação, que terá financiamento Europeu, por três anos a partir de 2017, e foi criada a *Rede das Instituições de Formação da Administração Pública (RIFAP)*.

8.2 POR PROGRAMA DE ACÇÃO

8.2.1 Formação de Quadros Superiores

→ Em relação aos **Domínios Estratégicos de Formação sem Oferta em 2010**, criaram-se, no período, cursos nos domínios de Artes e de Engenharia Alimentar. Estão em preparação os planos curriculares dos cursos de Engenharia de Transportes, das Pescas, da Aquicultura e Design e Moda.

→ Nos **Domínios Estratégicos de Formação Deficitários**, os de Engenharia Florestal, Língua e Literatura Inglesa e Física são os que apresentam maiores taxas de execução em relação às metas. Os domínios de Matemática, Medicina e Engenharia Mecânica apresentam taxas de execução mais fracas. O domínio de Ciências Políticas já ultrapassou a meta estabelecida.

→ Nos **Domínios Estratégicos de Formação Exce-**

dentários. Ao contrário do desejável, verifica-se um aumento global do número de vagas entre 2014-2016 (10.813), embora não concretizadas em matrículas, esperando-se o mesmo padrão no número de diplomados dos próximos anos, o que é necessário contrariar.

→ Nos **Domínios Estratégicos de Formação em Equilíbrio.** A dinâmica de crescimento do número de matriculados (2% a 6%) indica um comportamento favorável à manutenção da sua oferta formativa.

→ Relativamente ao desenvolvimento e implementação de **medidas para a melhoria da qualidade do ensino superior graduado**, há uma dinâmica

instalada nesse sentido e são disso exemplo os esforços de regularização dos cursos que se encontravam em situação ilegal, o desenvolvimento do Sistema de Avaliação e Acreditação dos cursos e a realização do Estudo-Piloto de Formação e Empregabilidade.

→ Numa análise, por Área Científica, destaca-se o **número de matriculados pela primeira vez em 2016** em Ciências Sociais, Políticas e de Comunicação (19.655), que contém muitos domínios excedentários, mas também nas Ciências da Engenharia e Tecnologias (9.600), uma área potencialmente deficitária.

Tabela 8.1 – Estudantes Matriculados pela 1ª Vez por Áreas Científicas e Natureza das IES, em 2016

Áreas Científicas	Pública	%	Privada	%	Total Geral	%
Artes e Humanidades	627	78%	175	22%	802	100%
Ciências Agrárias e da Pesca	542	85%	95	15%	637	100%
Ciências da Educação	9178	86%	1485	14%	10663	100%
Ciências da Engenharia e Tecnologias	3035	32%	6565	68%	9600	100%
Ciências de Gestão e Administração	2888	34%	5686	66%	8574	100%
Ciências Exactas	299	99%	2	1%	301	100%
Ciências Médicas e da Saúde	1735	27%	4796	73%	6531	100%
Ciências Naturais e do Ambiente	239	88%	32	12%	271	100%
Ciências Sociais, Políticas e da Comunicação	5162	26%	14493	74%	19655	100%
TOTAL GERAL	23705	42%	33329	58%	57034	100%

FONTE: MES,2016

8.2.2 Formação de Quadros Médios

→ Nos **Domínios Estratégicos de Formação sem Oferta**, há ainda 8 domínios nesta situação. O esforço realizado até ao momento pouco se traduz na execução das metas.

→ Nos **Domínios Estratégicos de Formação Deficitários** (14 domínios de formação), verifica-se uma taxa de execução de 25% do total de diplomados a alcançar até 2020 (72.600). Geodesia e Topografia, Enfermagem e Técnicas da Saúde e Gestão Comercial e Marketing são os cursos que mais se aproximaram da meta definida no PNFQ. Os que estão mais longe são os domínios de Geologia e Minas e Pescas.

→ Nos **Domínios Estratégicos de Formação Potencialmente Excedentários**, contrariamente à redução desejada, verifica-se uma dinâmica de abertura de cursos, essencialmente nos domínios de Contabilidade e Gestão e Informática, acompanhada por um aumento de diplomados em instituições de natureza pública, e de um aumento do número de matriculados, sobretudo em 2015.

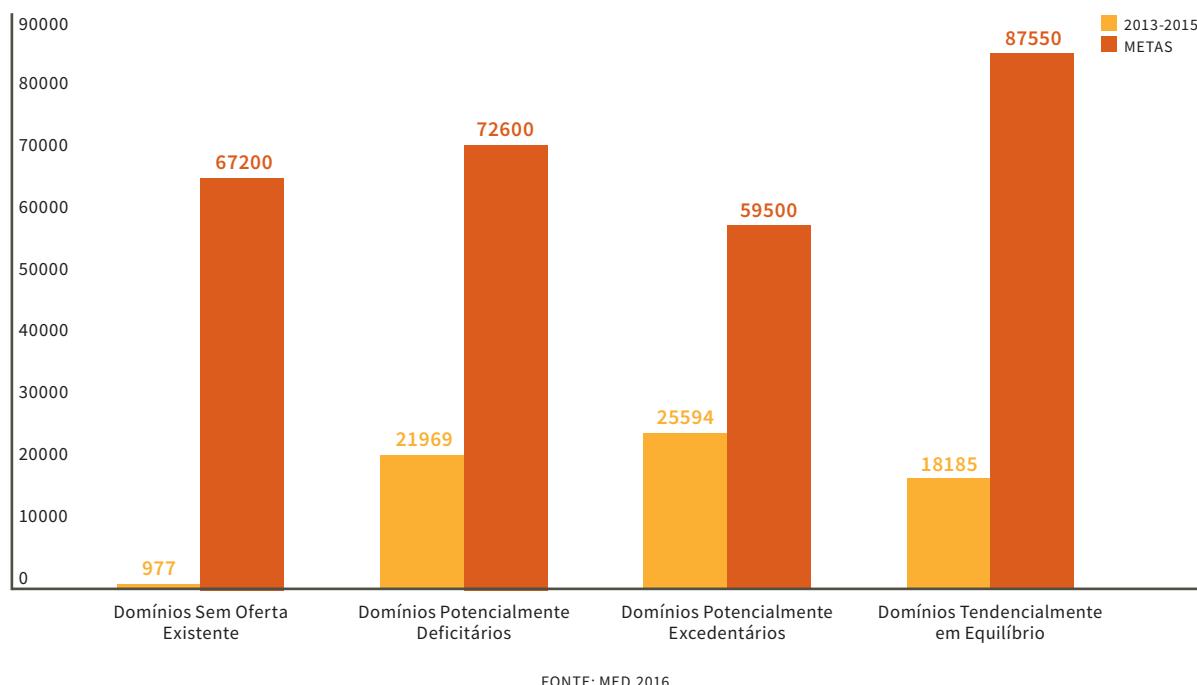
→ Nos **Domínios Estratégicos de Formação em Equilíbrio**, em oposto à dinâmica de não crescimento, nota-se um crescimento de mais 50%, registando, desde 2013, cerca de 20.000 Diplomados e um crescimento de matriculados, em particular nos domínios de Construção Civil e Energia e Instalações Eléctricas.

Ainda que a dinâmica relativamente aos dois primeiros domínios não seja a desejável, regista-se uma expansão da oferta de cursos pelas instituições privadas.

→ Em relação ao desenvolvimento e implementação de **medidas para a melhoria da qualidade**:

Estudo-Piloto de Formação e Empregabilidade, que abrange os cursos nos domínios da Contabilidade e Energia e Instalações Eléctricas, e desenho de um Sistema de Avaliação da qualidade dos cursos.

Gráfico 8.1 – Metas e Resultados do Programa de Acção 2 - Formação de Quadros Médios (2013-2015)



8.2.3 Formação de Docentes

- Entre 2010 e 2016, a rede de escolas públicas do **ensino secundário pedagógico**, que assegura a cobertura nacional e o número de matriculados e de diplomados, em particular, nos domínios da “Educação Pré-Escolar”, “Língua Inglesa”, “Língua Francesa”, “Educação Física” e da “Educação Visual e Plástica”, aumentaram, mas o número de quadros médios docentes formados continua a ser insuficiente para cobrir as necessidades.
- No ensino secundário pedagógico, verifica-se uma taxa de conclusão entre 50% a 60%, registando-se na maioria dos domínios uma tendência decrescente, embora as taxas de conclusão das escolas comparticipadas sejam superiores às apresentadas pelas escolas públicas.
- Relativamente à oferta do **ensino superior pedagógico**, regista-se um alargamento, mas uma redu-

zida diversidade de domínios, acompanhada de um crescimento do número de matriculados e do número de diplomados (duas vezes mais diplomados), que decorre da expansão do ensino superior. No entanto, não existe ainda oferta para algumas disciplinas do II ciclo do ensino secundário geral (Teoria e Prática do Design, Técnicas de Expressão Artística e História das Artes), bem como para todas as disciplinas da Componente Técnica, Tecnológica e Prática da Formação Técnico-Profissional.

→ Em relação ao desenvolvimento e implementação de **medidas para a melhoria da qualidade**, tanto ao nível do ensino secundário como ao nível do ensino superior pedagógico, estão a ser implementadas medidas, tais como o sistema de avaliação da qualidade dos cursos de formação inicial de docentes de nível médio, em fase de experiência-piloto e a metodologia de avaliação e acreditação das instituições e cursos (INAARES).

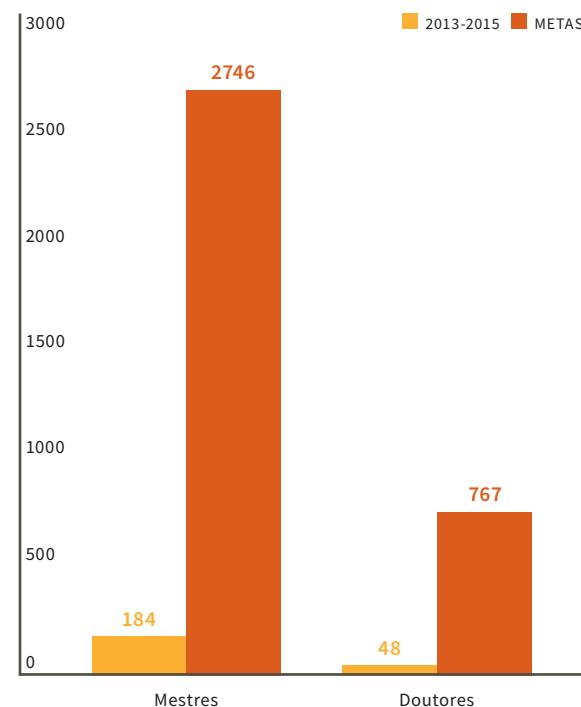
8.2.4 Formação Avançada de Professores e Investigadores

- Do total de docentes do ensino superior, **apenas 10% possui doutoramento e 22% Mestrado.**
- No que respeita à resposta às necessidades de **melhoria da qualificação dos docentes do ensino superior**, a oferta de formação avançada regista um aumento progressivo, com uma oferta actual de 65 cursos de Mestrado e 7 cursos de Doutoramento, em 27 dos 43 domínios estratégicos do PNFQ, maioritariamente oferta pública no caso dos mestrados e totalmente no caso dos doutoramentos.
- O MES tem envidado esforços no sentido de estabelecer **parcerias com instituições estrangeiras**, ao abrigo de acordos de cooperação bilaterais, para a formação avançada de docentes do ensino superior. Contudo, o número de docentes e especialidades abrangidas é ainda reduzido, sendo ainda muito deficitária a oferta nos domínios das metodologias específicas de ensino, da educação pré-escolar, ensino primário e ensino secundário.
- A formação de **Doutores/Investigadores** apresenta um baixo nível de concretização, que se justifica pelo atraso na definição do Plano de Acção do Programa Nacional de Formação Doutoral de Ciência, Tecnologia e Inovação (PNFD/CTI), destinado a formar 140 Doutores/Investigadores.

8.2.5 Formação de Quadros para a Administração Pública

- Em relação às metas para a **formação de quadros da Administração Pública**, uma vez que só existem metas definidas para 2013-2014 e o PNFQ, tem como objectivo formar o efectivo actual e futuro, apostou-se no universo existente para concretizar o plano de acção.
- A Administração Pública Local e Central formou um total de 60.189 quadros das carreiras de Direcção e Chefia, Técnicos Superiores, Técnicos e Técnicos médios, de um universo de 285.604 funcionários.
- O IFAL, devido ao contexto de restrição orçamental, ficou aquém da sua capacidade formativa.
- Foi criada a **Rede de Instituições de Formação da Administração Pública (RIFAP)**, que constitui um mecanismo de gestão concertada da oferta de formação para a Administração Pública.

Gráfico 8.2 – Metas e Resultados do Programa de Acção 3, PNFQ - Formação e Capacitação de Professores e Investigadores para o Ensino Superior e Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (2013-2015)



FONTE: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2016

8.2.6 Formação para o Empreendedorismo e o Desenvolvimento Empresarial

- A **Formação Inicial** para potenciais empreendedores (INAPEM) regista uma taxa de execução de 93% face à meta de 2020. Numa análise por grupo-alvo, verificamos que os jovens já ultrapassaram as metas estabelecidas, mas os ex-combatentes cobriram apenas 4% do número total.
- Na **Capacitação Empresarial** (Formação Contínua e Formação Avançada) a oferta é ainda reduzida, o que se traduz no número baixo de formados.
- Na **Formação em Gestão de Empresas**, a componente média técnica reflecte um estável crescimento anual e uma taxa de execução de 47% e, no âmbito do superior graduado, houve um pequeno declínio no ano de 2015, mas conta com 37% de formados face ao total a abranger até 2020.

8.2.7 Formação Profissional

→ Em relação à **Rede de Instituições** regista-se um alargamento substancial, abrangendo actualmente todo o território nacional e, através das suas Unidades Móveis, chega a algumas das zonas mais remotas do País. Ainda assim, regista-se um decréscimo de 10% no número total de formados em 2015, face a 2010, embora nos cursos de nível IV mais do que duplicou em relação a 2011.

→ Os **cursos de formação de nível básico** (I e II), para indivíduos com baixas qualificações, formam, maioritariamente, nos domínios da Informática, Construção Civil, Energia e Instalações Eléctricas e Corte e Costura.

→ Os **formados de cursos de nível III e IV** representam cerca de 25% (7.952) do total de formados, em domínios para os quais a oferta interna de nível médio é considerada deficitária (Hotelaria e Turismo e Indústria).

→ Em relação aos **Mecanismos de Gestão** dos ajustamentos da oferta formativa, foi criada a Comissão de Coordenação e Concertação da Formação Profissional (COMUFOP) e o Departamento de Supervisão e Qualidade (no INEFOP) e foi realizado o Estudo-piloto de Formação e Empregabilidade.

→ Em relação à **Qualificação dos Formadores** foram realizadas diversas acções de formação, técnica e pedagógica, inicial de formadores e de superação contínua e foi criado o “Projecto de Apoio à Revitalização do Ensino Técnico e da Formação Profissional”, que contempla a formação de formadores em metodologias específicas em diferentes áreas disciplinares abrangidas pela formação profissional (Níveis I, II, III e IV). •

09

RECOMENDAÇÕES

9.1 DE NATUREZA TRANSVERSAL

- A evolução ocorrida nos pressupostos, internos e externos, que suportaram a elaboração do PNFQ deverá implicar a **introdução de ajustamentos e inovações no conceito, na estrutura programática e no modelo de governação do PNFQ, como principal instrumento para a formação e expansão do Capital Humano Nacional;**
- Adoptar uma **abordagem participativa** na elaboração ou revisão dos Planos Curriculares, envolvendo as instituições de formação, parceiros do sector empresarial e associações profissionais;
- **Estender o Estudo de Formação e Empregabilidade a novos domínios** de formação, graduada, média técnica, média normal e formação profissional, e às demais províncias;
- **Avaliar o impacto da implementação do PNFQ no Stock Nacional de Quadros**, médios e superiores, e criar a Bolsa Nacional de Quadros prevista no PNFQ 2013-2020;
- Melhorar os processos de **recolha e validação da informação** sobre a oferta formativa;
- **Melhorar o processo de programação**, tendo em conta o número desejável de vagas a oferecer em cada domínio de formação, mediante as respectivas necessidades nacionais, regionais e provinciais;
- Continuar as **parcerias público-privadas** como alternativa para a maximização dos recursos disponíveis no reforço da formação interna;
- Implementar **sistemas de avaliação da qualidade** das instituições, dos cursos, do desempenho docente e das aprendizagens nos sistemas de educação e formação.

9.1.1 Quadros Superiores

- Promover ajustamentos na oferta formativa, mediante **alargamento nos domínios de formação** deficitários e redução da capacidade formativa nos domínios de formação excedentários.

9.1.2 Quadros Médios

- Promover ajustamentos na oferta formativa, mediante **alargamento, nos domínios de formação deficitários** (oito, de um total de 14, continuam sem ofer-

ta formativa) e **redução da capacidade da oferta formativa** nos *domínios de formação excedentários*, com especial enfoque em Contabilidade e Gestão e Informática;

- Assegurar a **formação dos professores em serviço no ensino não superior**. E, particularmente, para o acesso à profissionalização pedagógica, identificar os cursos, do ensino técnico-profissional e do ensino superior, não orientados para o ensino;
- Assegurar o **envolvimento do sector empresarial** na identificação das necessidades formativas, na elaboração e adequação dos Planos de Estudo e Programas e na disponibilização de estágios profissionais.

9.1.3 Quadros Médios e Superiores Docentes (Ensino Não Superior)

- Tomar medidas no sentido de **evitar o alargamento da oferta de vagas ou cursos** de Ensino Primário, Biologia/Química, Matemática/Física, História/Geografia, EMC, excepto quando justificável;
- **Criar oferta segundo o modelo sequencial**, para algumas das disciplinas para as quais há oferta de formação integrada de professores, nas províncias onde há também oferta de formação superior não orientada para o ensino e onde a oferta integrada existente for considerada deficitária;
- **Priorizar a formação de formadores** em metodologias específicas, recorrendo à oferta interna e/ou externa de formação avançada;
- Assegurar que o **concurso público para a contratação de docentes** para o ensino não superior privilegie a admissão daqueles que possuem habilitação profissional.

9.1.4 Professores para Ensino Superior

- Priorizar a atribuição de **bolsas externas** (80% para pós-graduação e 20% para graduação), para assegurar a existência de docentes nos domínios estratégicos de formação e a sustentabilidade da oferta formativa graduada;
- Reforçar a aposta na **formação avançada dos docentes das IES Pedagógico** em metodologias específicas de ensino de áreas ou disciplinas curriculares dos diferentes subsistemas de educação não superior.

9.1.5 Investigadores

- Recrutar **investigadores na diáspora e investigadores estrangeiros**, de acordo com as necessidades de formação definidas pela PNCTI;
- Definir **mecanismos alternativos de financiamento** (interno e externo) para a atribuição de bolsas de estudo e recrutamento de investigadores internacionais.

9.1.6 Quadros da Administração Pública

- Identificar as necessidades, quantitativas e qualitativas, de formação de formadores, para garantir a sustentabilidade do **Sistema Nacional de Formação para a Administração**;
- Identificar as **necessidades de formação**, quantitativas e qualitativas, dos quadros da administração pública, a oferta formativa disponível e a qualidade técnico-pedagógicas dos seus promotores.

9.1.7 Empreendedorismo e Desenvolvimento Empresarial

- **Alargar a oferta** de cursos e a diversidade de temáticas, no domínio de Gestão e Administração de Empresas, a todo o território nacional.

9.1.8 Formação Profissional

- **Integrar o Plano Nacional de Emprego e Formação Profissional (PNEFP) 2013-2017 no PNQF** para assegurar o enquadramento comum e a coerência na gestão da oferta formativa interna;
- Dar prioridade à formação dos **formadores de formadores**. •

